



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

DIVA MARIA FERLIN LOPES

**O CONCEITO DE URBANO E AS CIDADES DE PEQUENO  
PORTE NO SEMI-ÁRIDO BAIANO: NOVO TRIUNFO, SANTA  
BRÍGIDA E SÍTIO DO QUINTO**

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Geociências como requisito final à obtenção  
do grau de Mestre em Geografia.

Orientador  
*Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva*

Salvador  
2005



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**DIVA MARIA FERLIN LOPES**

**ORIENTADOR: PROF. DR. SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Submetida em satisfação parcial dos requisitos para a obtenção do grau de**

**MESTRE EM GEOGRAFIA**

à

Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

da

Universidade Federal da Bahia

Aprovado:

Comissão Examinadora

\_\_\_\_\_ Dr. SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA (Orientador)

\_\_\_\_\_ Dr.<sup>a</sup>. ROSALI BRAGA FERNANDES

\_\_\_\_\_ Dr. VITOR DE ATHAYDE COUTO

Data da Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Grau conferido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A meus pais, Antonio Lopes (*in memorian*) e Holanda Ferlin Lopes, imigrantes em São Paulo, pelo amor e carinho que me dedicaram e por nos terem encaminhado na vida, a mim e meus irmãos, sob o signo do amor, da ética, da solidariedade, do estudo e do trabalho.

A Dr. Geza Leszek e D. Mary Leszek (*in memorian*), imigrantes internacionais em São Paulo que, sem filhos, dedicaram grande parte de seu amor a uma garotinha a quem deram uma segunda oportunidade de vida.

A meus filhos Raoni e Luís, por iluminarem minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas a quem devo meus mais sinceros e fervorosos agradecimentos. Vou tentar relacioná-las, aproximadamente, por ordem de entrada nos eventos e no cenário que me conduziram à conclusão deste trabalho.

Começo agradecendo a amigas que por longo tempo me incentivaram a cursar um mestrado, que apesar do desejo me parecia impossível: *Kátia Ramos, Patrícia Dias e Ângela Belas*.

À SEI, nas pessoas de *César Vaz*, seu Diretor, especialmente por adotar uma política de incentivo à qualificação do quadro de funcionários e por ter assumido este projeto como parte dos trabalhos da instituição e a *Ângela Franco*, que além da belíssima carta de apresentação a esse Mestrado, sugeriu leituras e ofereceu sugestões interessantes a respeito do anteprojeto de pesquisa.

A meu Orientador, Dr. *Sylvio Bandeira*, por me ter recebido como orientanda, por sua confiança, me emprestando alguns dos raros livros de seu acervo e por sua permanente acessibilidade, disponibilidade e paciência para me apoiar, ouvir, ponderar, orientar e incentivar em cada momento desse percurso.

Aos professores integrantes da Comissão Examinadora, Dra. *Rosali Braga Fernandes* e Dr. *Vitor de Athayde Couto*, por suas argutas e detalhadas observações, contribuições e sugestões ao trabalho, desde o projeto até a elaboração do documento final

Aos professores deste Mestrado, pelo enorme prazer que tive ao participar das aulas de suas respectivas disciplinas, pelo muito que aprendi com cada um, tanto nos conteúdos e discussões em sala, quanto nas sugestões ao projeto, incentivando e apoiando o que, em vários casos, criou laços de amizade. Em ordem alfabética: *Ângelo Serpa, Bárbara-Christine Nentwig Silva, Creuza Santos Lage, Guiomar Inez Germani, Pedro Vasconcelos, Sylvio Bandeira e Vitor de Athayde Couto*, incluindo ainda a professora *Maria Elvira Passos Costa*, responsável pela atividade de Tirocínio Docente. A cada um em particular, minha admiração pela dedicação a esse Mestrado e pela competência no trabalho que executam.

À amiga e colega da SEI, *Margot Motta*, pela dedicação, carinho, atenção e competência com que elaborou e formatou cartogramas, tabelas, fotos e textos desde a elaboração do anteprojeto de pesquisa, até este trabalho final, integralmente formatado por ela, que ainda trouxe soluções extremamente requintadas para a apresentação das informações gráficas.

Nas raras impossibilidades de Margot, *Aline Melo* elaborou cartogramas e *Raoni Silva* (meu filho) cuidou do tratamento gráfico das fotos.

Duas amigas do coração e companheiras de Mestrado, cuja amizade envolve nossas famílias, estiveram na condição de constantes interlocutoras, discutindo minhas idéias, lendo e criticando parcial ou integralmente os textos produzidos: *Antonia Eloísa Brasil e Patrícia Chame Dias*. A elas se juntou *Guaraciaba Lopes Perides*, minha prima, cujas questões e observações associadas às de Antonia e Patrícia, muito enriqueceram o trabalho

A *Isabel Harris* que, pega de surpresa, ajudou a elaborar o resumo em língua inglesa

Aos colegas de mestrado como um todo, pelo clima de cooperação e amizade que se formou, mas especialmente a *Agripino, Jânio Roque, Simone, Valério, e Vilma*. E a *Edvaldo Hilário*, que dividiu comigo as angústias do Mestrado em Geografia por outra universidade.

A *Nete Novais*, que além de amiga de longa data, me acompanhou nas viagens de campo, revelando-se, além de excelente companheira de viagens, grande entrevistadora. Mais ainda, digitou os 180 questionários respondidos, no mapa-resumo final, para facilitar a análise.

A *Ismênia Santana* pela dedicação e cuidados na revisão bibliográfica, confecção da ficha catalográfica, dicas de organização e apoio até na revisão do abstract, através de seu filho.

Sou muitíssimo grata, também, às prefeituras de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. Em Novo Triunfo, nas pessoas de D. *Eridan Pereira Almeida*, Assessora de Gabinete da Prefeitura; Sr. *José Carlos Almeida*, Secretário de Administração; Sra. *Saionara Santana de Jesus*, Chefe do Posto de Saúde e Professor *George Macário*, por todo auxílio prestado e a esse último ainda por ter cedido

trabalhos pessoais para inclusão nesse estudo. Em Santa Brígida, agradeço a *Fernando Mota*, Chefe de Gabinete, ao Sr. *João Milton Brito Júnior*, Assessor da prefeitura, e ao fotógrafo Sr. *José Rogério Alves Sobrinho* pelas muitas fotos cedidas e em parte aqui estampadas. Em Sítio do Quinto, agradeço ao Sr. *Euclides Borges Santana*, ensaísta e historiador, Secretário da Câmara Municipal, ao Sr. *José Gonçalves dos Santos*, Secretário de Transportes; ao Sr. *Lucas Manoel dos Santos*, Chefe de Gabinete do Prefeito e a *Carlino Souza Santos*, meu mui especial assessor de pesquisa para assuntos de Sítio do Quinto. A todas essas pessoas, pela atenção com que fui recebida e pelas informações prestadas.

Nas três cidades a todas as pessoas que gentilmente se dispuseram a responder com paciência, a questões sobre as quais talvez, jamais tenham pensado antes.

Mesmo com tanto apoio, mas considerando que nada nesse mundo é perfeito, as imperfeições do estudo são de minha responsabilidade.

Sobretudo, agradeço a **Deus**, princípio e fim de todas as coisas, a oportunidade de cursar e concluir esse Mestrado, com todas as experiências que me foram proporcionadas e cada lição recebida. Agradeço-Lhe ainda, as presenças em minha vida, de cada um de meus amigos e de cada amizade conquistada e aprofundada. Agradeço por minha família de origem e pela que formei. Por tudo isso, por tudo que tenho e por tudo que sou.

Muito obrigada.

*É o humor de quem olha que dá a  
forma à cidade...*

Ítalo Calvino. 1990.

## **RESUMO**

Este estudo representa um esforço de análise de três pequenas cidades do semi-árido baiano, Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, verificando se possuem ou não as características de um espaço urbano. Para tanto, considerou-se que uma cidade — entendida, como espaço urbano e socialmente produzido — deve conter certo número de habitantes, vivendo em um aglomerado, com certa centralidade econômica, algumas características espaciais — refletidas na multiplicidade de uso do solo — e certa diversidade econômica articulada com a presença de classes sociais distintas; além de alguma proporção de residentes ocupados em atividades não agrícolas. Desse modo, tenta participar de uma discussão no campo da Geografia Urbana — sobre cidades e áreas urbanas, na qual pequenas cidades (menos de 20 mil habitantes) não deveriam ser consideradas áreas urbanas. A hipótese principal deste estudo, portanto, é que elas não constituem áreas urbanas. Tal análise foi apoiada por pesquisa bibliográfica, documental e de campo, comparando o espaço dessas cidades com as premissas conceituais, acima, considerando ainda as características socioespaciais específicas da região e dos municípios onde se inserem.

## **ABSTRACT**

This study represents an effort to analyze the space of three little cities, in the semi-arid of Bahia State, Novo Triunfo, Santa Brígida and Sítio do Quinto, verifying if they have or not the characteristics of an urban space. For such purposes we considered that a city — viewed like an urban space socially produced — must have a certain number of inhabitants, living in an agglomerate with a kind of economic centrality, some spatial characteristics, reflected in a multiplicity of uses of the soil, and a certain economic diversity, articulated with the presence of different social classes and also a proportion of residents occupied in non agricultural activities. By this way, it tries to participate in a discussion in the field of Urban Geography, about cities and urban areas, in which small towns (less than 20 thousand inhabitants), should not be considered urban areas. Therefore, the main hypothesis of this study is that they are not urban areas. Such analysis was made supported by a bibliographic, documental and field research, comparing the reality of the space of these cities with the above conceptual premises, taking into consideration, in addition, the socialspatial specific characteristics of the region and the municipalities where they are inserted.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Bahia: Três Grandes Áreas: Litoral, Semi-Árido e Cerrado – Localização da Região Econômica Nordeste

Figura 2 – Região Econômica Nordeste da Bahia. Limites e localização de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida

Figura 3 – Bahia. Região Econômica Nordeste da Bahia. A BR-110 e as Cidades de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida

Figura 4 – Recorte do Mapa do Sistema de Transportes da Bahia, trecho percorrido pela BR-110 Bahia RE Nordeste da Bahia – 2000

Figura 5 – Município de Novo Triunfo: Localização

Figura 6 Município de Santa Brígida: Localização

Figura 7 – Município de Sítio do Quinto: Localização

Figura 8 – Novo Triunfo – Desenho a mão livre, com indicação dos principais logradouros e equipamentos

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Distribuição proporcional dos estabelecimentos pela área total em Novo Triunfo – 1996

Gráfico 2 – Distribuição proporcional dos estabelecimentos pela área total em Santa Brígida – 1996

Gráfico 3 – Distribuição proporcional dos estabelecimentos pela área total em Sítio do Quinto – 1996

## **LISTA DE QUADRO E TABELAS**

Quadro 1 – Classificação das principais cidades baianas na Rede Urbana Brasileira, segundo o IBGE, IPEA e UNICAMP

Tabela 1 – População residente por situação do domicílio e grau de urbanização, segundo os municípios, por ordem decrescente da população urbana Região Nordeste da Bahia, – 2000

Tabela 2 – População, área e densidade demográfica de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e da RE Nordeste da Bahia e proporção de área e da população sobre a RE Nordeste da Bahia – 2000

Tabela 3 – População total e taxas de crescimento de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, por ordem decrescente das taxas de crescimento 1991-2000 e população total e taxas de crescimento da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000

Tabela 4 – População rural e taxas de crescimento de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, por ordem decrescente das taxas de crescimento 1991-2000 e população rural e taxas de crescimento da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000

Tabela 5 – População urbana e taxas de crescimento de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto por ordem decrescente das taxas de crescimento 1991-2000 e população urbana e taxas de crescimento da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000

Tabela 6 – Grau de urbanização de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto, por ordem decrescente do grau de urbanização em 2000 e grau de urbanização da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000

Tabela 7 – População total e distribuição percentual da população residente, por grandes grupos etários em Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e RE Nordeste da Bahia – 2000

Tabela 8 – Domicílios particulares permanentes e proporção de domicílios com saneamento básico adequado em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 9 – Domicílios e proporção de domicílios por existência de alguns bens duráveis e de iluminação elétrica em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, indicadores de desenvolvimento social e posição de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto no ranking estadual e nacional – 2000

Tabela 11 – Indicadores de desenvolvimento municipal e posição de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto na classificação estadual – 2000

Tabela 12 – Indicadores de desenvolvimento municipal e posição de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto na classificação estadual – 2001

Tabela 13 – Área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor das culturas temporárias de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e da Bahia e participação no total do Estado – 2000

Tabela 14 – Área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio da cultura de castanha de caju de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e da RNe e participação percentual em relação à RNe e participação dessa no Estado – 2000

Tabela 15 – Produção e valor de produção de ovos de galinha e mel de abelha de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto e RNe – 2000

Tabela 16 – Proporção da produção e do valor de produção de mel de abelha e ovos de galinha de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto, em relação à RNe e dessa em relação ao Estado – 2000

Tabela 17 – Efetivo dos rebanhos de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto, da RE Nordeste da Bahia e do Estado – 2000

Tabela 18 – Proporção do efetivo dos rebanhos de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto em relação à RNe e dessa em relação ao Estado – 2000

Tabela 19 – Grupos de área total por número de estabelecimentos e área em Novo Triunfo – 1996

Tabela 20 – Grupos de área total por número de estabelecimentos e área em Santa Brígida – 1996

Tabela 21 – Grupos de área total por número de estabelecimentos e área em Sítio do Quinto – 1996

Tabela 22 – Evolução histórica do Índice de Gini de Santa Brígida 1970-1995/1996 e Índice de Gini de Novo Triunfo e Sítio do Quinto – 1996

Tabela 23 – Área total e tipo de utilização das terras em 31.12.1995 em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1995-1996

Tabela 24 – Proporção das terras por tipo de utilização em 31.12.1995 em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1995-1996

Tabela 25 – Condição do produtor por número de estabelecimento e área ocupada em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996

Tabela 26 – Distribuição proporcional dos produtores por condição e proporção de estabelecimentos e área em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996

Tabela 27 – Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996

Tabela 28 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996

Tabela 29 – Valor do rendimento médio e mediano mensal dos responsáveis pelos domicílios, por sexo do responsável, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 30 – Valor do rendimento nominal médio mensal e valor do rendimento nominal mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 31 – Residentes de 10 anos ou mais, por grandes grupos de atividade no trabalho principal e situação do domicílio em Novo Triunfo Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 32 – Proporção de residentes de 10 anos ou mais, por situação do domicílio, segundo grandes grupos de atividade no trabalho principal em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 33 – Proporção de residentes de 10 anos ou mais, por grandes grupos de atividade no trabalho principal e situação do domicílio em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 34 – Componentes e valores da composição da receita própria de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 35 – Composição percentual dos valores de composição da receita própria de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000

Tabela 36 – Receita orçamentária e composição percentual da receita orçamentária (receita própria, de transferência e operações de crédito) de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto e receita orçamentária e composição da receita orçamentária do total dos municípios – 2000

Tabela 37 – Componentes e valores da composição da receita orçamentária (receita própria, de transferência e operações de crédito) de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto e participação percentual desses componentes sobre os da receita orçamentária do total dos municípios – 2000

## **LISTA DE FOTOS**

Foto 1 – Sítio do Quinto – Gruta *Lampião*

Foto 2 – Sítio do Quinto – Gruta *Lampião*

Foto 3 – Sítio do Quinto – Gruta *Maria Bonita*

Foto 4 – Novo Triunfo – Vista aérea

Foto 5 – Santa Brígida – Vista aérea

Foto 6 – Sítio do Quinto – Vista aérea

Foto 7 – Novo Triunfo – Localizações

Foto 8 – Novo Triunfo – Outras localizações

Foto 9 – Novo Triunfo. Igreja e Praça de São Pedro

Foto 10 – Novo Triunfo – Detalhe da Praça Pedro Macário

Foto 11 – Novo Triunfo – Espacialização do centro

Foto 12 – Novo Triunfo – Delegacia

Foto 13 – Novo Triunfo – Loja de Calçados

Foto 14 – Novo Triunfo – Lojas e Residências

Foto 15 – Novo Triunfo – Delegacia, Residência e Igreja Batista

Foto 16 – Novo Triunfo – Confecções e Presentes e Materiais de Construção

Foto 17 – Novo Triunfo – Lotérica e Loja de 1,99

Foto 18 – Novo Triunfo – Materiais de Construção

Foto 19 – Novo Triunfo – Venda de Passagens Interestaduais

Foto 20 – Novo Triunfo – Mercado Municipal e Correio

Foto 21 – Novo Triunfo – Posto de Saúde

Foto 22 – Novo Triunfo – Colégio Municipal

Foto 23 – Novo Triunfo – Detalhe da Praça Antônio Guerra

Foto 24 – Novo Triunfo – Busto de Antonio Guerra

Foto 25 – Novo Triunfo – Igreja e Monumento a São Sebastião

Foto 26 – Novo Triunfo – Igreja de São Sebastião

Foto 27 – Novo Triunfo – Homenagem a São Sebastião

Foto 28 – Santa Brígida – Espacialização do centro da cidade

Foto 29 – Santa Brígida – Localizações

Foto 30 – Santa Brígida – Museu Pedro Batista

Foto 31 – Santa Brígida – Homenagem à Madrinha Dodô

Foto 32 – Santa Brígida – Estátua de Pedro Batista

Foto 33 Foto 33 – Santa Brígida – Estátua de Pedro Batista

Foto 34 – Santa Brígida – Cruzeiro e “Relicário” dos Beatos

Foto 35 – Santa Brígida – O beato e a Beata no “Relicário”

Foto 36 – Santa Brígida – Igreja de São Pedro

Foto 37 – Santa Brígida – Sede da Prefeitura

Foto 38 – Santa Brígida – Entrada do Museu Pedro Batista

Foto 39 – Santa Brígida – Painel do Museu Pedro Batista

Foto 40 – Santa Brígida – Parte interna do Museu Pedro Batista

Foto 41 – Santa Brígida – Câmara dos Vereadores

Foto 42 – Santa Brígida – Igreja de Santa Brígida

Foto 43 – Santa Brígida – Colégio Estadual

Foto 44 – Santa Brígida – Detalhe da Caminhada Penitencial

Foto 45 – Santa Brígida – Detalhe da dança dos Bacamarteiros

Foto 46 – Sítio do Quinto – Localizações

Foto 47 – Sítio do Quinto – Espacialização das atividades

Foto 48 – Sítio do Quinto – Secretaria Municipal de Saúde

Foto 49 – Sítio do Quinto – Aspecto da Avenida Antônio Marques

Foto 50 – Sítio do Quinto – Sede da Prefeitura

Foto 51 – Sítio do Quinto – Câmara dos Vereadores

Foto 52 – Sítio do Quinto – Posto de Saúde

Foto 53 – Sítio do Quinto – Trecho da Avenida Antônio Marque

Foto 54 – Sítio do Quinto – Detalhe da área interna do Colégio

Foto 55 – Sítio do Quinto – Mercado na Avenida Antonio Marques

Foto 56 – Sítio do Quinto – Bar, piscina e pousada

Foto 57 – Sítio do Quinto – Fundos do Mercado Municipal

Foto 58 – Sítio do Quinto – O Mercado Municipal e a Câmara

Foto 59 – Sítio do Quinto – Casas Damacena

Foto 60 – Sítio do Quinto – Detalhe do comércio

Foto 61 – Sítio do Quinto – Correio

Foto 62 – Sítio do Quinto – Igreja de Santo Antônio

Foto 63 – Sítio do Quinto – Parte da Praça Santo Antônio

Foto 64 – Sítio do Quinto – Praça Tancredo Neves

Foto 65 – Sítio do Quinto – Quadra de esportes

Foto 66 – Sítio do Quinto – Mercado na Praça João José

Foto 67 – Sítio do Quinto – Módulo de Feira

Foto 68 – Novo Triunfo – Detalhe da feira

Foto 69 – Novo Triunfo – Barracas de carnes e vísceras

Foto 70 – Novo Triunfo – Diversão na feira

Foto 71 – Novo Triunfo – Diversão na feira. Bingo

Foto 72 – Santa Brígida – Caminhão pau-de-arara

Foto 73 – Santa Brígida – Frutas e legumes

- Foto 74 – Santa Brígida – Artefatos agrícolas
- Foto 75 – Santa Brígida – CDs piratas e outras quinquilharias
- Foto 76 – Sítio do Quinto – Barraca de utensílios e armarinho
- Foto 77 – Sítio do Quinto – Frutas e legumes
- Foto 78 – Sítio do Quinto – Bacias de pneu
- Foto 79 – Sítio do Quinto – Potes de barro
- Foto 80 – Sítio do Quinto – Barraca de Móveis
- Foto 81 – Sítio do Quinto – Detalhe da feira
- Foto 82 – Santa Brígida. Espacialização da ocupação residencial por diferencial de porte e padrão de construção
- Foto 83 – Santa Brígida – Casas de bom padrão de construção, na Praça Pedro Batista
- Foto 84 – Santa Brígida – Casario popular, afastado do centro
- Foto 85 – Novo Triunfo – Espacialização da ocupação residencial por diferencial de porte e padrão de construção
- Foto 86 – Novo Triunfo – Área de assentamento de população pobre
- Foto 87 – Novo Triunfo – Residências de alto padrão
- Foto 88 – Sítio do Quinto – Espacialização da ocupação residencial por diferencial de porte e padrão de construção
- Foto 89 – Sítio do Quinto – Rua São João
- Foto 90 – Sítio do Quinto – Provavelmente a melhor casa da cidade

## SUMÁRIO

### LISTA DE FIGURAS

### LISTA DE GRÁFICOS

### LISTA DE QUADRO E TABELAS

### LISTA DE FOTOS

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ADVENTO DAS CIDADES E DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
2.1 CIDADE, URBANO E URBANIZAÇÃO.....	36
2.2 ÁREAS URBANAS: PORTE, FUNÇÕES, CENTRALIDADE E MERCADO .....	43
<b>3 REGIÃO NORDESTE DA BAHIA: ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL .....</b>	<b>55</b>
3.1 O INÍCIO DA OCUPAÇÃO DA ZONA SEMI-ÁRIDA.....	55
3.2 A OCUPAÇÃO DA REGIÃO ECONÔMICA NORDESTE DA BAHIA .....	57
3.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO SEMI-ÁRIDO DA BAHIA .....	63
<b>4 NOVO TRIUNFO, SANTA BRÍGIDA E SÍTIO DO QUINTO: CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS .....</b>	<b>68</b>
4.1 NOVO TRIUNFO .....	69
4.2 SANTA BRÍGIDA .....	71
4.3 SÍTIO DO QUINTO.....	72
4.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS .....	73
<b>5 CIDADES DO SEMI-ÁRIDO: NOVO TRIUNFO, SANTA BRÍGIDA E SÍTIO DO QUINTO. ESTRUTURAS ESPACIAIS E FUNÇÕES URBANAS .....</b>	<b>104</b>
5.1 ESTRUTURAS E FUNÇÕES.....	107
5.2 CIDADE E URBANO NO ÂMBITO DAS CONCEPÇÕES POPULARES.....	144
<b>6 CONCLUSÃO: O URBANO POSSÍVEL .....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>171</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Uma viagem de trabalho em 1999, a uma área do semi-árido no Nordeste da Bahia, cujo objetivo era buscar compreender os motivos pelos quais alguns pequenos municípios teriam registrado crescimento demográfico muito acima do esperado, causou um efeito inesperado. Um estranhamento derivado da observação não apenas “[...] de quem vem de outro sonho feliz de cidade [...]” (VELOSO, 1992), mas de quem vindo de e conhecendo outras realidades constatou, logo à primeira vista, que as sedes desses municípios eram muito pequenas e praticamente desprovidas da inúmera variedade de serviços geralmente encontráveis nas cidades.

Paralelamente, à mesma época deste trabalho, começou a tomar corpo na mídia, uma discussão encabeçada por José Eli da Veiga (2001, 2002)<sup>1</sup>, sobre os graus de urbanização do Brasil, o qual não seria tão urbano quanto se divulgavam nas estatísticas oficiais, propondo que não se considerassem urbanos, os moradores de municípios pequenos (com menos de 20 mil habitantes). Vale lembrar que a distinção entre urbano e rural — e, por essa via, os critérios de classificação de áreas e habitantes — é uma discussão bem mais antiga que vem sendo travada há muito tempo no âmbito das diversas ciências sociais, como a própria Geografia, a Sociologia e a Economia.

Observe-se que na Bahia, em 2000, foram registrados 254 municípios — mais de 60% do total — com menos de 20 mil habitantes (DIAS, 2003). São unidades cujo porte demográfico e, conseqüentemente, econômico e político apenas lhes conferem alguma expressividade no cenário baiano, quando vistas em conjunto. Sob os critérios de Veiga a Bahia, entre outros, perderia o *status* de Estado com maioria da população urbana. Para as populações envolvidas isso, em si, não mudaria nada, pois tal classificação é, antes de tudo, uma questão ideológica, mas que qualifica os locais. Para além do fato de que isso poderia criar uma sensação geral de que Bahia é um estado atrasado — pois o senso comum associa rural com conservadorismo arraigado e condições atrasadas de vida —, em médio prazo, isso poderia significar também que maior número de áreas e pessoas estaria disputando os recursos de investimento destinados às áreas rurais. Essa disputa estaria à mercê, obviamente, das prioridades e interesses de investimento em áreas rurais e, sobretudo, na capacidade específica de essas áreas se colocarem como alternativa rentável a eles. Por outro lado, da alteração

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e ex-diretor da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados— SEADE, de São Paulo.

proposta resultaria a necessidade de ajustes nos trabalhos de pesquisa em andamento no país, de modo a garantir a comparabilidade com informações de períodos anteriores.

Outro aspecto bastante significativo para esse trabalho e igualmente relativo às cidades visitadas na ocasião do projeto de estudo demográfico, em 1999, é que essas cidades são sedes de municípios do semi-árido, região que compreende cerca de 360 mil quilômetros quadrados, correspondentes a 62% do território baiano e, aproximadamente, 50% do semi-árido brasileiro. Com o desmembramento de Barrocas<sup>2</sup>, em março de 2000, o semi-árido da Bahia passou a contar com 260 municípios nos quais, naquele ano, se concentravam aproximadamente seis milhões de pessoas, ou seja, mais de 45% da população estadual.

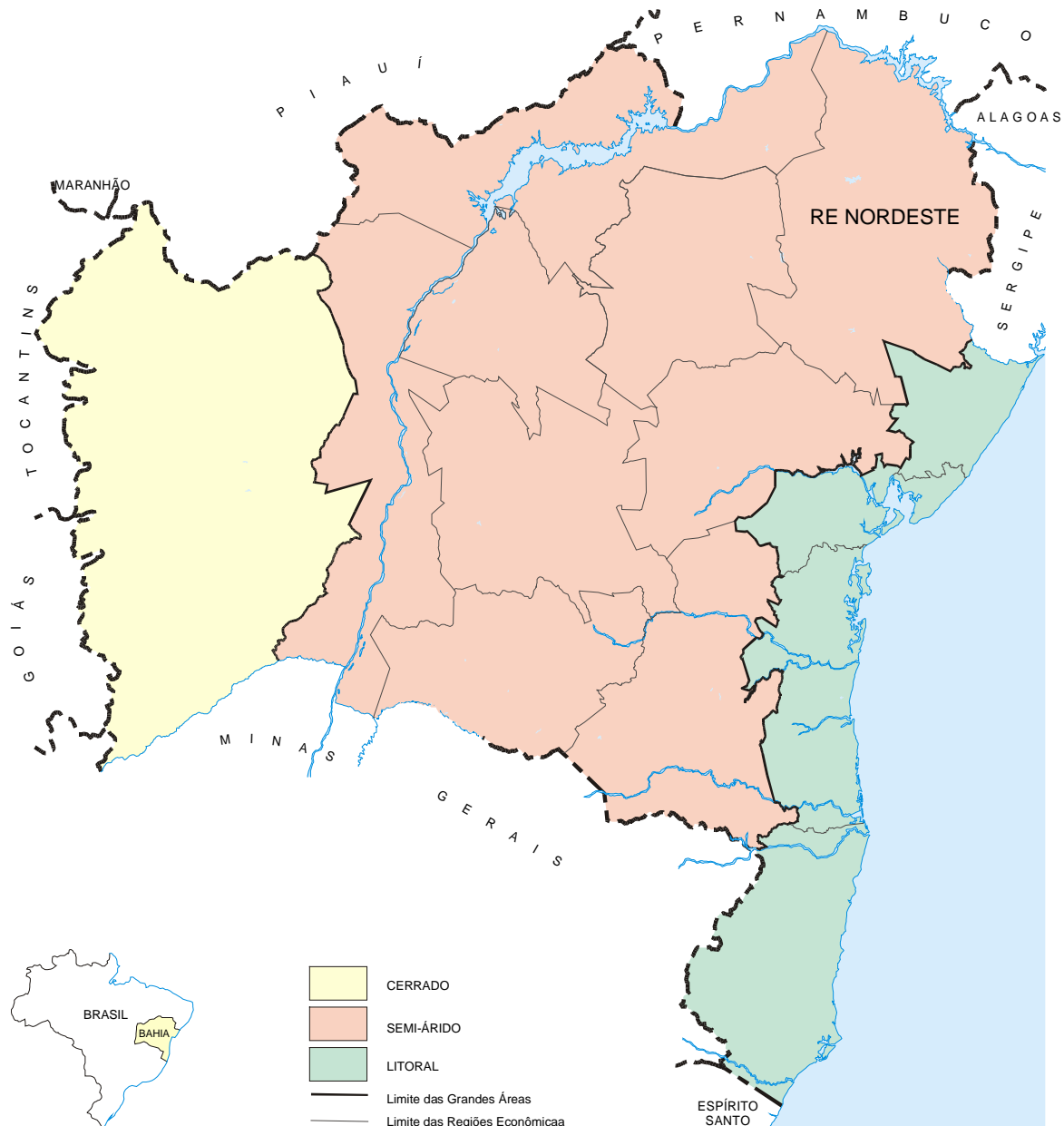
Para efeitos políticos, administrativos e de planejamento a Bahia foi subdividida em 15 áreas denominadas Regiões Econômicas, nas quais se agregaram municípios com características comuns. Os 260 do semi-árido foram agregados em nove Regiões Econômicas sendo que 47 deles formam a Região Econômica Nordeste (RNe)<sup>3</sup>, a maior em área e a segunda maior em população (Figura 1). O povoamento e a economia do semi-árido brasileiro e, por extensão, o da Bahia são historicamente marcados pelo fenômeno das secas que, frequentemente, desmonta seu sistema produtivo, repercutindo gravemente na vida das pessoas que nele residem, provocando intensa mobilidade inter e intra-regional, quando não forte emigração.

Caracterizada, portanto, por apresentar reservas insuficientes de água em seus mananciais, pela aridez do clima e do solo, pela irregularidade na distribuição pluviométrica, pela reincidência de secas, e pela vegetação tipicamente de caatinga, a RNe é tida como a mais árida do semi-árido baiano e, em conversa informal com pessoas conhecedoras da região foi avaliada como “com vocação para deserto”. Apesar disso, apresenta também algumas manchas de solo fértil de boa produtividade, onde se praticam essencialmente cultivos tradicionais, possuindo ainda uma faixa pertencente hoje aos territórios dos municípios de Tucano e Cipó, onde brotam águas termais. Limitada ao norte pelo Rio São Francisco, nele foi construída a partir de Paulo Afonso — por isso mesmo seu município mais populoso e economicamente dinâmico —, um importante conjunto de hidrelétricas, do mesmo nome, que gera grande parte da energia consumida pelo Nordeste brasileiro.

<sup>2</sup> Em março de 2000 foram criados dois novos municípios na Bahia: Barrocas, desmembrado de Serrinha, na Região Econômica Nordeste e Luiz Eduardo Magalhães, desmembrado de Barreiras, na Região Econômica Oeste. Contudo, a divulgação inicial dos resultados do Censo Demográfico não os desagregou dos municípios de origem.

<sup>3</sup> A sigla RNe identificará, a partir desse ponto, a Região Econômica Nordeste da Bahia, que poderá também ser identificada, ao longo desse trabalho, sob as formas RE Nordeste e Nordeste da Bahia quando se fizer referência a essa Região, de forma a evitar confusão com a Região Nordeste do Brasil e também de modo a simplificar a leitura e evitar repetições desnecessárias.

**Figura 1 – Bahia: Três Grandes Áreas: Litoral, Semi-Árido e Cerrado – Localização da Região Econômica Nordeste**



Fonte: SEI. 2003.

Em 2000, o sistema produtivo da RNe apresentava sinais de estagnação econômica dado ser ainda fundado na agropecuária tradicional, predominando a agricultura de sequeiro de baixa rentabilidade e calcada nos cultivos de subsistência. A maior parte de seus habitantes residia na área rural<sup>4</sup> (58,5%), sendo que apenas nove municípios apresentavam grau de urbanização<sup>5</sup> superior a 50% (Tabela 1). A elevada proporção de habitantes no meio rural, que é também uma singularidade baiana — em discrepância com a maioria dos estados da Federação, especialmente

<sup>4</sup> Embora esse trabalho discuta o conceito de urbano e as características específicas de uma área urbana, por necessidade de distinção e por ser a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a que se dispõe, rural e urbano serão usados tal como classificados oficialmente por tal instituição.

<sup>5</sup> Grau de urbanização indica a proporção de residentes em áreas urbanas, conforme classificação oficial, em relação ao total.

os mais dinâmicos —, segundo Borges, estaria associada a diversos fatores, dentre os quais uma estrutura fundiária caracterizada por poucos e grandes latifúndios e muitos minifúndios, bem como pelo fato de o padrão migratório dos moradores das áreas rurais, ser marcado por “[...] idas e vindas para outras regiões da Bahia ou para outros Estados [...]” (BORGES, 1993, p. 64). Essa autora se referiu também às características da modernização agrícola e sua concentração, basicamente, em áreas pouco povoadas, assim como à ampla sobrevivência dos cultivos tradicionais, que em alguns casos são intensivos em mão-de-obra.

Esses dados mostram que a RNe vem se urbanizando lentamente em relação a várias outras Regiões Econômicas<sup>6</sup> e à Bahia, como um todo, pois, sob a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tem um dos menores graus de urbanização do país (67%), acima apenas do Maranhão (59,50%) e do Piauí (62,01%). Note-se ainda, que a população urbana dos municípios dessa região equivale, quase sempre, à das sedes municipais, das quais em 2000, apenas cinco, contavam com mais de 20 mil habitantes: Paulo Afonso, Serrinha, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha (Tabela 1).

Desse panorama regional, portanto, de mais de 40 pequenos municípios, e suas também pequenas cidades — bem como da discussão sobre o que deve ou não ser considerado urbano —, surgiu a indagação sobre se tais cidades seriam ou não urbanas, ou se seus residentes seriam, ou poderiam ser considerados, ou não, urbanos.

Ainda que tal classificação não tenha uma importância especial ou imediata sobre a vida de tais residentes citadinos, se procurou entender as especificidades das sedes de três municípios a partir de seus arranjos espaciais, ou seja, os aspectos morfológicos dos aglomerados, sua organização espacial e as características urbanas que apresentam ou não, bem como sua inserção econômica regional e estadual.

Observou-se, assim, que os municípios de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto (Figura 2), integrantes do grupo dos 27 que, na RNe, possuíam menos de 20 mil residentes totais, registraram taxas de crescimento demográfico médio anual, bastante elevadas e sugestivas de crescimento por imigração, entre os períodos 1980-1991 e 1991-2000, tratado com maior detalhe no Capítulo 4. Além disso, suas sedes, em 2000, abrigavam respectivamente, 5.247, 4.408 e 3.662 habitantes, equivalentes ao total das respectivas populações urbanas, constituindo-se em cidades muito pequenas. Acrescente-se que o grau de urbanização registrado pelo IBGE, em 2000, foi 38,58% em Novo Triunfo; 26,08% em Santa Brígida e 21,50% em Sítio do Quinto (Tabela 1).

<sup>6</sup> Apenas quatro Regiões Econômicas (Serra Geral, Médio São Francisco, Nordeste e Chapada Diamantina) têm menores proporções de residentes urbanos que rurais.

**Tabela 1 – População residente por situação do domicílio e grau de urbanização, segundo os municípios, por ordem decrescente da população urbana Região Nordeste da Bahia, – 2000**

Municípios	População Residente			Grau de urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
Paulo Afonso	96.499	82.584	13.915	<b>85,6</b>
Serrinha	71.039	41.587	29.452	<b>58,5</b>
Conceição do Coité	56.317	28.026	28.291	49,8
Ribeira do Pombal	46.270	25.383	20.887	<b>54,9</b>
Euclides da Cunha	53.885	24.531	29.354	45,5
Tucano	50.948	18.597	32.351	36,5
Santaluz	30.955	17.966	12.989	<b>58,0</b>
Araci	47.584	16.189	31.395	34,0
Cícero Dantas	30.934	15.797	15.137	<b>51,1</b>
Jeremoabo	34.916	14.764	20.152	42,3
Olindina	23.909	11.152	12.757	46,6
Nova Soure	24.405	10.869	13.536	44,5
Queimadas	24.613	9.783	14.830	39,7
Uauá	25.993	9.608	16.385	37,0
Cipó	14.285	9.527	4.758	<b>66,7</b>
Valente	19.145	9.511	9.634	49,7
Cansanção	31.947	9.221	22.726	28,9
Paripiranga	26.591	7.781	18.810	29,3
Monte Santo	54.552	7.226	47.326	13,2
Canudos	13.761	7.012	6.749	<b>51,0</b>
Crisópolis	19.037	6.855	12.182	36,0
Fátima	18.298	6.343	11.955	34,7
Teofilândia	20.432	5.858	14.574	28,7
Coronel João Sá	19.665	5.538	14.127	28,2
Abaré	13.648	5.528	8.120	40,5
Retirolândia	10.891	5.474	5.417	<b>50,3</b>
Novo Triunfo	13.599	5.247	8.352	38,6
Itapicuru	27.315	5.085	22.230	18,6
Antas	14.059	5.014	9.045	35,7
Quijingue	26.376	4.892	21.484	18,5
Rodelas	6.260	4.786	1.474	<b>76,5</b>
Adustina	14.302	4.484	9.818	31,4
Santa Brígida	16.903	4.408	12.495	26,1
Barrocas	12.167	4.356	7.811	35,8
Água Fria	14.718	4.324	10.394	29,4
Heliópolis	13.108	4.232	8.876	32,3
São Domingos	8.526	3.711	4.815	43,5
Sítio do Quinto	17.031	3.662	13.369	21,5
Banzaê	11.156	3.414	7.742	30,6
Nordestina	11.800	2.875	8.925	24,4
Glória	14.559	2.365	12.194	16,2
Macururé	8.612	2.355	6.257	27,3
Biritinga	14.641	2.347	12.294	16,0
Chorrochó	10.171	2.155	8.016	21,2
Pedro Alexandre	16.953	2.131	14.822	12,6
Lamarão	9.523	1.928	7.595	20,2
Ribeira do Amparo	13.903	1.459	12.444	10,5
<b>Total RNe</b>	<b>1.176.201</b>	<b>487.940</b>	<b>688.261</b>	<b>41,5</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

A constatação de serem municípios de pequeno porte demográfico, com a maior parte dos habitantes residindo em área rural, levou à indagação sobre qual o significado do “urbano” nesses aglomerados com *status* de cidade, em termos das funções que exercem.

Em paralelo a essas indagações, algumas outras características, comuns a esses municípios, foram consideradas importantes e contribuíram para a seleção de suas sedes como objeto de observação deste estudo. Entre tais características comuns, estão:

a) são municípios do semi-árido;

b) estão situados, entre 11 e 14 quilômetros da BR-110, estrada federal que liga a BR-101 — no trecho entre Alagoinhas e Entre Rios, na Região Econômica Litoral Norte —, a Paulo Afonso, de onde sai da Bahia em direção a Arcoverde em Pernambuco (Figuras 3 e 4);

c) são municípios próximos um do outro — Novo Triunfo e Sítio do Quinto são fronteiros e Santa Brígida fica a uns 50 km mais ao norte;

d) por esse motivo são quase equidistantes dos centros econômicos mais importantes, o que os torna relativamente participantes da mesma dinâmica socioeconômica regional;

e) seus habitantes vivem essencialmente da agricultura e pecuária tradicionais, além das transferências da União, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Previdência Social e, finalmente

f) registraram, como já mencionado, taxas de crescimento demográfico médio anual de 1980 a 2000, compatíveis com crescimento por imigração<sup>7</sup> (SUPERINTENDÊNCIA..., 2003). Esse último aspecto assumiu enorme importância quando associado às características acima, dado que o semi-árido tem sido tradicionalmente emissor de migrantes.

<sup>7</sup> A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia— SEI diante da impossibilidade de efetuar o cálculo do crescimento vegetativo para cada município baiano, estabeleceu como hipótese, com base na estimativa de crescimento vegetativo da Bahia — que foi de 2,20% ao ano, entre 1980-1991 (MARTINE; WONG, 1997, *apud* SUPERINTENDÊNCIA..., 2000a) e de 1,35% ao ano entre 1991-2000 (SUPERINTENDÊNCIA..., 2000a) —, que entre 1980-1991, todos os municípios que registrassem taxas de crescimento entre 1,5% a.a. e 2,49% a.a., teriam crescido sem ganhos ou perdas demográficas líquidas significativas; de 2,5% a.a. e acima teriam crescido por imigração líquida, enquanto que crescimento positivo de 1,49% a.a. e menos seria sugestivo de perdas líquidas. Para o período 1991-2000, seriam sugestivos de não terem sofrido ganhos ou perdas demográficas líquidas significativas os municípios que registrassem taxas médias anuais entre 1% e 1,99% a.a.; taxas de 2% a.a. ou mais seriam de imigração líquida, ao passo que crescimento positivo mas igual ou inferior a 0,99% a.a. seria sugestivo de perdas migratórias. A diferença entre nos dois períodos reflete, em grande medida, a queda da fecundidade, observada desde meados dos anos 70, do século XX, em toda as classes sociais de toda Bahia, fenômeno que já vinha ocorrendo em outros Estados brasileiros, especialmente do Sul e Sudeste (SOUSA, 1996).

**Figura 2 – Região Econômica Nordeste da Bahia. Limites e localização de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida**



Fonte: SEI, 2003.

**Figura 3 – Bahia. Região Econômica Nordeste da Bahia. A BR-110 e as Cidades de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida**



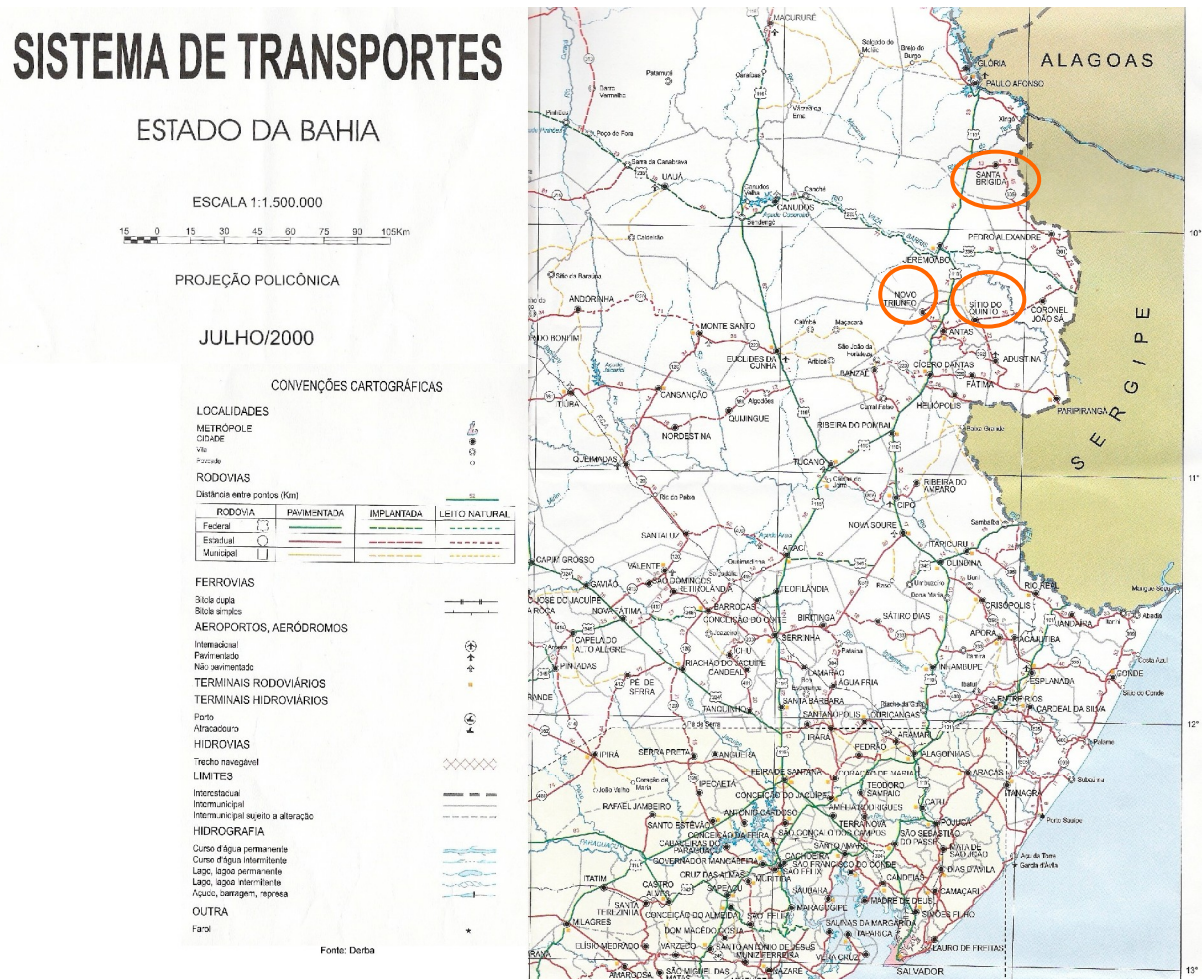
**CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**

<b>LOCALIDADES</b>	<b>RODOVIAS</b>	Fed. Est.
CIDADE	Prefeças	○
<b>LIMITES</b>	Pavimentada	—
Interestadual	Implantada	—
Intermunicipal	Leito natural	—
Intermunicipal provisório		
<b>ELEMENTOS HIDROGRÁFICOS</b>		
Curso d'água permanente		
Curso d'água intermitente		

Fonte: SEI  
Fonte: SEI. 2003.



**Figura 4 – Recorte do Mapa do Sistema de Transportes da Bahia, trecho percorrido pela BR-110 Bahia RE Nordeste da Bahia – 2000**



Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia – DERBA, 2000.

Em síntese, as sedes de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, portadoras do *status* de cidade, conferido por legislação específica, são, por esse motivo, consideradas áreas urbanas, embora, à exceção de Novo Triunfo, detenham menos de cinco mil habitantes.

Contudo, face às definições correntes de área urbana — basicamente associada a grandes aglomerações, com ampla diversidade de ocupações, serviços e uso do solo — interessou verificar se esses espaços seriam ou não urbanos. Qual seria sua função em relação à totalidade do município, dada a presença de uma população classificada como majoritariamente rural e ocupada em atividades do setor primário da economia?

Nesse ponto é necessário mencionar que, considerando que “[...] o espaço antecede o território [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), os objetivos deste trabalho estão associados a uma análise do espaço, reconhecendo que o espaço de uma cidade constitui um território como caracterizado por Le Berre (1993), a seguir:

- Todo território é uma porção mais extensa do planeta que possui uma localização

particular (latitude e longitude) e características naturais que lhe conferem especificidades.

- Todo território resulta de um processo de apropriação, em geral marcado por conflitos mais ou menos violentos e longos com outros grupos. Dar um nome ao território constitui uma das primeiras, formas de apropriação. Dessa apropriação resulta a especificação da área de extensão e dos limites territoriais no interior do qual o grupo exerce seu poder. Extensão e limites são conteúdos de uso político administrativo, etológico e, sobretudo, geográfico.
- Todo grupo para se manter sobre o seu território e assegurar a satisfação de suas necessidades planeja um certo número de intervenções, cuja natureza está ligada a suas, opções éticas e políticas, ao seu nível tecnológico. Ele organiza e gerencia esta extensão de terra que passa então a uma unidade de funcionamento com uma configuração que, o grupo lhe imprime. O ordenamento pode ser definido como o conjunto de ações empreendidas pelo grupo social com um objetivo preciso de assegurar a sua manutenção e reprodução. O resultado é a produção do território dotado no tempo de uma certa estabilidade. O termo ordenamento se reserva particularmente para designar as ações que dão origem à criação de equipamentos (redes de transporte, usinas, alojamentos): a materialidade física do território. Enquanto que o termo gestão está associado à produção de bens à manutenção dos equipamentos a salvaguarda do patrimônio. (LE BERRE, 1993, Traduzida e adaptada por LAGE, p. 3, 2003).

Raffestin, sobre esse mesmo tema, afirmou que território é “[...] o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Considerando, portanto, que as cidades, assim como os aglomerados selecionados para efeito deste trabalho têm essas características, não se fará aqui uma análise do território, o que implicaria em outro tipo de abordagem não contemplado pelos atuais propósitos, que no caso implicam discutir o que caracteriza uma área urbana.

Nesse sentido, há uma discussão em curso sobre como classificar as populações brasileiras em urbanas ou rurais, pois, a complexidade da situação atual não permite distinguir uma situação da outra com clareza. A classificação feita pelo IBGE sob critérios baseados na legislação vigente e utilizada em todas as pesquisas por ele realizadas — como o Censo Demográfico e a partir dele, o Censo Agropecuário, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — PNAD, a Pesquisa de Orçamento Familiar — POF, etc. — e que, por sua vez, norteiam estudos, pesquisas e levantamentos realizados por outros estudiosos ou instituições que necessitem distinguir áreas e/ou populações urbanas e rurais, vêm sendo considerados pouco elucidativos. Isso porque essa classificação estabelece como áreas urbanas todas as sedes municipais e áreas distritais, independentemente do tamanho de suas populações, ou de qualquer outra condição ou característica.

Diversos autores têm apontado dificuldades analíticas colocadas pelas classificações adotadas por aquela instituição, considerando que equalizam e criam similitudes entre áreas e populações cujas características e funções seriam desiguais, não permitindo apreender com propriedade, a dinâmica da sociedade atual, em especial em

relação à compreensão dos processos de urbanização e das atuais tipologias urbanas.

Ainda que, a partir de 1991, o IBGE passasse a distinguir novas categorias de urbano e de aglomerados rurais essa categorização — embora mais detalhada que as dos censos anteriores — não trouxe uma mudança essencial em relação aos procedimentos precedentes. São urbanas desde aquele Censo: **a)** todas as sedes municipais (cidades); **b)** as sedes distritais (vilas); **c)** as áreas urbanas isoladas, separadas de uma cidade ou vila por área rural ou outro limite legal e **d)** os aglomerados do tipo expansão urbana: assentamentos fora do perímetro urbano legal, que se desenvolveram a partir da extensão de uma sede municipal ou distrital, ou são por ela englobados.. São consideradas áreas rurais: **a)** os povoados ou aglomerados rurais isolados, cujos habitantes exercem atividades, essencialmente, nos setores primário e terciário; **b)** núcleo: aglomerado rural isolado, que se vincula a um só proprietário do solo, a exemplo de uma empresa agrícola; **c)** outros aglomerados não vinculados a um único proprietário do solo e que não se enquadrem nessas categorias (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2001). A decisão sobre qual área é urbana ou não, em cada município, mesmo com essa nova distinção, permaneceu atrelada às respectivas Câmaras Municipais. Continuaram sendo urbanos as sedes municipais e os distritos, conforme estabelecido pela legislação de cada município.

Em vista disso, alguns estudiosos como Andrade e Serra (1997), por exemplo, aceitaram como critério de urbanização em seu estudo, um porte de no mínimo 20 mil habitantes. Cidades médias estariam entre 100 mil e 500 mil habitantes. Por essa via, a Região Nordeste da Bahia, pelo Censo 2000, não teria entre seus 46 municípios, uma única cidade de porte médio dado que Paulo Afonso, a maior delas, naquele ano registrou 82.514 residentes. Outros quatro municípios<sup>8</sup> contabilizaram em suas sedes, entre 20 mil e menos de 50 mil habitantes. Todas as outras cidades contavam com menos de 20 mil habitantes, portanto, por tais critérios 41 entre 46 cidades não seriam consideradas localidades urbanas.

Em outras palavras, toda essa argumentação se refere ao fato de que para diversos pesquisadores das questões urbanas, os critérios atuais, em grande medida, são insuficientes para compreender o panorama urbano brasileiro e, por extensão, o baiano. Desse modo, buscando trabalhos e autores que aportem teorias explicativas sobre cidade e urbano, realiza-se aqui uma discussão sobre o conceito e as características do urbano a partir das três sedes municipais de bem pequeno porte demográfico, situadas no semi-árido da Bahia, acima mencionadas, a saber: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

<sup>8</sup> Serrinha, Ribeira do Pombal, Conceição do Coité e Euclides da Cunha.

Esse estudo, dessa maneira, busca participar de uma discussão pertinente ao campo da Geografia Urbana a respeito dos conceitos de cidade e de urbano, estabelecendo comparações tanto entre as afirmações de estudiosos das questões urbanas entre si, como desses conceitos e observações em relação às sedes municipais selecionadas na RE Nordeste da Bahia. Esse trabalho se faz relevante, portanto, como contribuição a um debate de grande atualidade nos meios acadêmicos. Ademais, o presente estudo se justifica também em face do fato de que é grande o número de trabalhos, seja na Geografia, Sociologia, Economia ou mesmo na Arquitetura, sobre cidades, urbanização e áreas urbanas focalizando metrópoles ou cidades de médio ou grande porte — geralmente, acima de 100 ou 500 mil habitantes. A maior parte dos estudos que vêm sendo desenvolvidos focalizam os grandes centros demográficos, econômicos, políticos, administrativos, estratégicos, etc. As cidades pequenas, com reduzido número de residentes e/ou baixas densidades demográficas, sem as complexas funções ou estruturas que caracterizam os grandes centros urbanos, em que pese serem muito numerosas, especialmente na Bahia, apenas recentemente passaram a ser objeto de análise, seja na Geografia — a exemplo dos diversos trabalhos apresentados no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Goiânia/Goiás, em julho de 2004 — ou outras áreas acadêmicas. Desse modo, a pertinência deste trabalho se afirma, também, pelo fato de o tema, cidades pequenas, ter sido abordado até o momento, por um muito reduzido número de pesquisadores<sup>9</sup> podendo contribuir para a compreensão de uma realidade ainda tão pouco estudada, especialmente do ponto de vista urbano.

Considere-se ainda que esse trabalho abre um novo foco de análise sobre o semi-árido: o urbano e as cidades. Até o momento, os estudos sobre o semi-árido têm analisado, sobretudo seus aspectos físicos (como clima, relevo, tipo e qualidade dos solos, vegetação e hidrografia), ambientais (como o eco-sistema do Raso da Catarina, também na RNe, e a degradação ambiental) e socioeconômicos, sendo esses voltados quase exclusivamente para os aspectos do mundo rural e da produção agrícola.

Entendendo que os municípios selecionados — até por se situarem no semi-árido, zona que, nos termos de Motta, Mueller e Torres (1997), é economicamente deprimida e afetada por calamidades naturais (secas) —, não vêm se constituindo em área de expansão do capital; que por tais motivos e outros decorrentes de sua formação socioespacial, não são populosos (menos de 20 mil habitantes); e que suas sedes agregavam, em média, cinco mil

<sup>9</sup> O XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB, realizado em Recife, de 10 a 14 de novembro de 2003, parece ter marcado um ponto de inflexão na curva de interesse pelo tema, registrando cerca de oito trabalhos sobre cidades pequenas. Posteriormente o VI Congresso Brasileiro de Geógrafos realizado em Goiânia, entre 18 e 23 de julho de 2004, trouxe ainda maior relevância ao tema, com novas apresentações.

habitantes, colocou-se o seguinte problema: seriam, ou não, essas sedes áreas urbanas? A partir de tal questão central, indaga-se: o que caracteriza o espaço de tais sedes municipais? Que funções tais aglomerados desempenham?

Dadas as características acima listadas dos municípios de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, a hipótese que norteou esse trabalho, foi de que suas sedes não se caracterizam como espaços urbanos (*strictu sensu*), embora possuam o *status* de cidade, conferido por legislação específica. Desse modo, os objetivos deste trabalho se associam à análise das características da estrutura, da dinâmica espacial e funções das sedes municipais de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida verificando se se constituem em áreas urbanas. Para tanto, adotaram-se especificamente os seguintes passos:

Caracterização dos processos históricos, econômicos e socioespaciais, regionais e locais, que contribuíram para o exercício atual de suas funções.

- Apresentação dos conceitos de cidade e espaço urbano.
- Discussão da questão do porte demográfico na definição de urbano.
- Definição das características e funções urbanas em sedes municipais.
- Análise das funções urbanas nas sedes dos municípios de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida e o papel que exercem em relação a seus municípios.
- Análise diacrônica do processo de formação dessas sedes municipais.

Pierre George, explicitando a metodologia da pesquisa em Geografia afirmou que esta é uma “[...] ciência de relações, implica um processo de pensamento específico, que parte da descrição para chegar à explicação em três termos principais: observação analítica, detecção de correlações, busca das relações de causalidade” (GEORGE, P., 1986, apud LAGE, 2002).

Verifica-se com isso que, desde sua origem, este trabalho, um estudo de caso, partiu de uma observação analítica específica — embora de um fato bastante generalizado —, devendo procurar nos diferentes autores e pesquisadores que colocaram as cidades e as questões urbanas como foco de suas preocupações, as teorias que permitam uma aproximação e compreensão da realidade observada, ou seja, a detecção de correlações e das relações de causalidade mencionadas. Considerando, por outro lado, que na verdade não existe concordância sobre os modos de identificar o que é, ou não, urbano, suas funções, atribuições e características, e seu porte torna-se relevante levantar as bases das discordâncias existentes, tendo em vista, cada um desses aspectos relativamente às cidades objeto deste estudo.

A detecção das correlações e causalidades foi feita à base de informações socioeconômicas gerais — dados secundários e levantamentos estatísticos — que permitam uma análise diacrônica dos três municípios: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. A necessidade de compreender o tipo de inserção e de relações que tais municípios e suas sedes estabeleceram com a região e o Estado, obriga ao levantamento dos processos históricos que levaram à configuração do atual cenário da organização socioespacial da Região Econômica Nordeste da Bahia e da constituição específica desses três municípios e suas cidades.

Depois de caracterizar os municípios de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida, apresenta-se um levantamento das funções e do espaço urbano de seus distritos sedes, com base em uma pesquisa de campo. Registre-se aqui, que, doravante, os distritos sedes de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto serão referidos inclusive pelo termo “cidade”, por dois motivos principais: o primeiro porque esse é seu *status* legal, que não cabe desconhecer; segundo porque facilita a identificação em relação ao município que sediam.

A pesquisa de campo foi feita em duas viagens e teve como objetivos, de um lado, levantar a espacialização da cidade, ou melhor, verificar, de acordo com os objetivos anteriormente definidos, se existe essa espacialização, ou uso diferenciado do solo, seja ele por distinção de classe ou estrato social, seja por tipo de atividade. A primeira viagem, de caráter exploratório, foi realizada entre os dias 28 a 31 de janeiro de 2004, buscando uma primeira aproximação com o objeto de observação, de modo a operacionalizar a segunda viagem.

Na verdade, o contato com essas cidades em janeiro de 2004 era o segundo, visto já terem sido visitadas, cerca de quatro anos antes, embora com outros propósitos, como mencionado antes. Contudo, foi o impacto daquela primeira visita que deflagrou as questões deste trabalho, sobre o que é efetivamente um espaço urbano. Sua aparência pouco atrativa e a visível carência de tantos serviços e elementos urbanos, aos quais se está acostumado, foi parte das características que, entre outros, levaram a incluí-las como objeto de análise. Portanto, embora constituindo uma primeira abordagem do objeto da pesquisa, era a segunda visita ao local.

Esse fato foi muito importante porque o crescimento afirmado pelo Censo demográfico foi, com alguma surpresa, percebido concretamente, nas três cidades, comparativamente à estada no local, anos antes. Áreas anteriormente vazias estavam agora ocupadas com casas e arruamentos mais recentes e foi importante notar isso. Constatou-se um crescimento físico dessas cidades a partir da ocupação de novas áreas.

Apesar da curta permanência em cada local, nessa primeira viagem, foram feitos

alguns contatos, obtendo-se informações gerais sobre a dinâmica socioeconômica de cada uma das cidades selecionadas. No caso de Novo Triunfo, por ter a visita coincidido com uma quarta-feira, foram vistos alguns aspectos do final da feira semanal. Essa viagem teve um complicador adicional porque chuvas intensas estavam caindo sobre a região e as estradas, especialmente a BR-110, que já não tinham boa conservação estavam sendo profundamente danificadas, obrigando a desvios, em vários trechos. Segundo relatos da época, isso estava causando dificuldades de abastecimento local de vários produtos, especialmente gás de cozinha.

A segunda viagem de pesquisa foi realizada durante 15 dias, entre 14 de fevereiro e 01 de março de 2005 — com permanência mínima de quatro dias em cada cidade — e visou: a) compreender a organização espacial das cidades — de modo a verificar se nelas existem as características definidas de um espaço urbano: diferenciais no uso do solo e presença de distintos estratos sociais. Em existindo tais características, restaria mapeá-las e anotar possíveis especificidades locais. b) levantar informações relativas ao funcionamento e dinâmica interna da cidade e c) tipo de relacionamento com outros níveis geográficos. Esses dados foram buscados a partir de três tipos de questionários — Questionário 1, Questionário 2 e Questionário 3, cujas cópias podem ser verificadas no Anexo — cuja aplicação foi feita sempre ao acaso, sem a preocupação de obter uma amostra estatística para a construção de indicadores. De cada modelo foram feitas 60 cópias e aplicadas 20 em cada cidade, totalizando 60 questionários por cidade (20 de cada modelo) e 180 no final de todo trabalho.

O Questionário 1 foi aplicado a residentes ou trabalhadores locais com alguma qualificação profissional tipo médicos, dentistas, advogados, empregados de repartições públicas ou empresas privadas, proprietários ou gerentes de lojas comerciais ou de serviços, professores ou diretores escolares, etc. Entendeu-se que tais pessoas têm conhecimento da vida local tanto por serem residentes, como por exercerem atividades que implicam certo grau de contato com o público.

Nesse questionário foram levantadas algumas características essenciais como: nome, idade, local de nascimento (cidade e estado) e de moradia (cidade e estado, com enfoque se em área urbana ou rural). A seguir, buscou-se caracterizar brevemente a atividade econômica do entrevistado e, no exercício dela, qual a origem de seus clientes, compradores ou usuários. O objetivo foi saber de onde clientes, compradores ou usuários dos empreendimentos locais, se deslocam para obter aquele serviço ou produto. Em outras palavras, considerando como Christaller (1966) e Weber (1979) que uma cidade é um local de mercado, objetivou-se verificar o alcance de cada loja, serviço ou produto junto à clientela, ou

seja, se a cidade atende a residentes externos a ela, ou não, e se alcança ainda outras localidades fora do município.

No item seguinte, perguntou-se onde o entrevistado faz compras pessoais — de modo a entender se gasta sua renda na localidade onde vive e trabalha — e onde faz compras para seu empreendimento — de modo a perceber as conexões com outras localidades.

As duas perguntas seguintes, incluídas nos questionário, tiveram por objetivo saber como as pessoas definem uma cidade, de modo a entender como vêem, o que esperam de uma cidade e, em seguida, verificar se chegam a descrever o local onde estão e se reconhecem, nesse lugar, uma cidade como descreveram.

O Questionário 2 foi aplicado indistintamente às pessoas que faziam compras durante o período da feira. Nele se buscou a mesma identificação básica solicitada no Questionário 1, incluindo, além disso, suas atividades. Nesse caso, a moradia fora da sede é que permitiria apreender o alcance da feira tanto no atendimento aos consumidores locais, como externos. Por isso também se perguntou: quais os motivos de freqüentarem essa feira e não outra e se tinham alternativas de abastecimento em seu local de moradia. Perguntou-se ainda onde buscariam adquirir aquilo que, por acaso, não encontrassem nessa feira.

O Questionário 3 foi aplicado aos feirantes, também durante a realização da feira semanal. Além do nome e idade, local de nascimento e moradia buscou-se uma caracterização da barraca e informações sobre quais outras feiras e em quais dias da semana tal comerciante estaria presente. O objetivo foi levantar o tipo de produto comercializado e, através do movimento dos feirantes, verificar as ligações com outras cidades e de onde o feirante é atraído para negociar ali.

Fundamentalmente, o objetivo, em todos os questionários, foi buscar o que é uma cidade para cada pessoa que nela vive ou com ela se relaciona, como a define, como a vê e suas expectativas quanto ao que oferece, ou deveria oferecer em termos de serviços. Enfim se é um local de mercado.

Buscou-se entender também, as relações da cidade através dos serviços e da feira e quais necessidades são atendidas, ou não, ali e, por essa via, sua centralidade. Em outras palavras, a quem a cidade atende e suas relações com outras cidades, a região ou o Estado.

Pela exigüidade de tempo e recursos associados às dificuldades impostas pela distância não houve um pré-teste dos questionários em campo, para verificar possíveis deficiências ou inadequações, que normalmente ocorrem, pois a realidade é sempre mais complexa. Resultou que feitas as primeiras entrevistas verificou-se não haver qualquer pergunta direta sobre a questão urbana. Haveria para aquelas pessoas alguma distinção entre



cidade e urbano? A partir dessa constatação foram então introduzidas, oralmente, as seguintes questões: a) *Se o Presidente do IBGE lhe pedisse para classificar os moradores daqui, em urbanos ou rurais, como o(a) Sr(a) os classificaria: urbanos ou rurais? Por que?* b) *E o(a) Sr(a) como se classificaria, como urbano ou como rural? Por que?*

Como essas questões foram introduzidas em campo, nem todos os questionários registraram tais respostas, além de alguns entrevistados que se negaram a respondê-las, especialmente os consumidores e feirantes, pelas dificuldades impostas por uma entrevista feita na rua. Mas a consistência das respostas obtidas no conjunto dos questionários compensou a parte não respondida.

Feita a pesquisa resta apresentar os resultados. Para tanto, o trabalho apresenta no Capítulo 2 a seguir, um histórico sucinto da formação das cidades e do desenvolvimento urbano, de modo a levantar os autores cujos trabalhos fundamentaram teoricamente e metodologicamente a realização deste.

O Capítulo 3 trata da Região Econômica Nordeste da Bahia, seu povoamento, formação e desenvolvimento socioespacial, de modo a situar o cenário onde se localizam os municípios cujas sedes são o alvo deste estudo.

No Capítulo 4 caracterizaram-se os municípios de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto em seus aspectos físicos, demográficos e socioeconômicos, situando-os — quando permitido pelos indicadores utilizados —, comparativamente à região, ao Estado ou aos demais municípios baianos.

O Capítulo 5 contempla, fundamentalmente, as sedes municipais em seus aspectos socioespaciais, estruturais e funcionais, a partir dos resultados e levantamentos da pesquisa de campo, com um mapeamento dos usos do solo, feito principalmente sobre vistas aéreas obtidas de cada uma dessas cidades.

O Capítulo 6 conclui o trabalho considerando que os processos urbanos em cidades pequenas necessariamente diferem daqueles das grandes aglomerações, dado que suas estruturas socioespaciais não são tão complexas, pois tais estruturas são função de seu porte demográfico e de processos históricos de formação socioeconômica, bem como de sua inserção regional, os quais por sua vez definem os níveis de renda e riqueza nelas em circulação.

## 2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ADVENTO DAS CIDADES E DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Cidades existem desde a Antigüidade e, embora com variações quanto às datas de seu surgimento — 3.500 ou 8.000 AC —, a Revolução Agrícola é considerada como o marco a partir do qual emergiram as condições que levaram a seu surgimento. Marcelo Lopes de Souza, (2003) identificou Jericó, em 8000 AC como a primeira delas. Para Sjoberg (1972) foi há cerca de 5.500 anos que o homem começou a viver em cidades, tendo as primeiras se formado por volta do ano 3.500 AC, na região situada entre os rios Tigre e Eufrates, onde a existência de solo fértil, grande oferta de água e um cruzamento de estradas permitiram o desenvolvimento e a comunicação entre povos de diferentes culturas, contribuindo para o crescimento e a transformação de vilas e povoados em cidades.

Sjoberg (1972, p. 38) define cidade como “[...] uma comunidade de dimensões e densidade populacional consideráveis, abrangendo uma variedade de especialistas não agrícolas, nela incluída a elite culta”. De forma didática, o autor distingue três períodos na evolução das cidades, relacionados respectivamente a três níveis de organização social, com padrões tecnológicos, econômicos, sociais e políticos específicos.

O primeiro desses períodos — que Sjoberg qualifica como pré-urbano, chama de “sociedade de gente”, e o situa em fase anterior à alfabetização —, seria constituído de pequenos grupos homogêneos e auto-suficientes voltados preponderantemente para a busca da alimentação. Nessas condições, quase não existia estratificação social, especialização do trabalho e condições de acumulação e reservas de alimentos, considerados elementos básicos necessários ao surgimento posterior de uma cidade.

A possibilidade de existência de reservas ou excedentes alimentares criou as condições de sobrevivência dos primeiros aglomerados humanos, embora esses excedentes não tivessem inicialmente um sentido econômico, ou valor de troca. Tais aglomerados evoluíram demográfica e tecnicamente ao longo do tempo, tornando-se vilas, aperfeiçoando seus métodos e técnicas, chegando ao estágio que o citado autor chamou de pré-industrial ou “feudal”. Nesse segundo período já se estocavam alimentos provenientes tanto da agricultura como da criação de animais. Surgiram, entre outras coisas, a especialização do trabalho e uma estrutura de classes, sendo que, a maior parte das sociedades pré-industriais já dispunha da metalurgia, do arado, e da roda “[...] elementos capazes de multiplicar a produção e facilitar a distribuição [...]” (SJOBORG, 1972, p. 37). Outras características desse estágio, nessa época,

foram também de um lado, as poucas fontes de energia disponíveis além da força braçal e da tração animal e, de outro, a disponibilidade da escrita usada para fins administrativos, contábeis, jurídicos, literários e religiosos e todas suas implicações e desenvolvimentos diretos e indiretos.

Singer (1975), descrevendo o processo de constituição das cidades, afirmou que a produção do excedente alimentar, embora necessário, não se constituiu em condição suficiente para seu surgimento, sendo preciso que se criassem instituições sociais e relações de dominação, que assegurassem a transferência desse excedente — que ele chamou de ‘mais-produto’ —, do campo para a cidade. Com o surgimento da cidade, num segundo momento, se deu a divisão do trabalho entre essas áreas. O campo manteve suas atividades tradicionais e a cidade se desenvolveu com uma atividade produtiva própria como “[...] resultado de um processo de constituição de uma classe que, por ser dominante, está livre das obrigações da produção direta [...]” (SINGER, 1975, p. 13). Para esse autor, portanto, a origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes, sendo que essa precedeu àquela historicamente.

Esse é o contexto da emergência das cidades pré-existentes à era industrial, cujas funções eram administrativas, políticas, comerciais ou religiosas, mas não necessariamente originaram as cidades industriais. O texto de Davis (1972) mostrou isso quando afirmou:

[...] É curioso notar que milhares de anos transcorreram desde o aparecimento das primeiras vilas até que as sociedades se urbanizassem no século XIX. É também curioso notar que a região onde surgiram as sociedades urbanizadas — Noroeste europeu — não foi a que tinha sido ocupada pelas grandes cidades do passado; pelo contrário, foi a região onde a urbanização tinha sido até então extremamente baixa (DAVIS, 1972, p. 16).

Afirmando, portanto, que as sociedades se urbanizaram a partir do século XIX, Davis se alinha a outros autores, que associaram o processo de urbanização à Revolução Industrial, período ao qual Sjoberg (1972) atribuiu um terceiro nível de complexidade na organização social, caracterizado por uma divisão em classes, educação de massas, grande avanço tecnológico em função do surgimento e do uso de máquinas e do desenvolvimento de novas fontes de energia.

[...] Com o advento da Revolução Industrial, as cidades experimentaram mudanças substanciais que levaram ao surgimento da cidade industrial moderna. O processo de industrialização teve por base uma profunda alteração nos modos de produção, expropriando o antigo artesão, o produtor direto, de suas ferramentas de trabalho, transformando-o paulatinamente em trabalhador assalariado. Nessas novas condições, o antigo produtor não mais possuía os instrumentos de trabalho, bem como perdera o controle das condições de produção, que passaram às mãos do empregador, que as subordinou ao capital (SINGER, 1975, p. 27).

Com isso, Singer descreveu o surgimento do fabricante — bem como da burguesia industrial — e da fábrica, ambos em cenário urbano e capitalista. Observe-se, ainda, a explanação de Castells quanto a esse período.

[...] O desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos. Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de uma classe específica, a burguesia (CASTELLS, 1983, p. 22).

A argumentação de Castells e a de Davis são concordantes quanto ao fato de a Revolução Industrial ter provocado o surgimento de novas cidades — sem reforçar as pré-existentes — e também a de Singer quanto à emergência da burguesia industrial. Acrescente-se, ainda, que a Revolução Industrial acarretou mudanças substanciais nas relações entre campo e cidade, pois num primeiro momento os residentes rurais se transformaram em consumidores de produtos industriais, cuja matéria prima provinha do campo e, posteriormente, ela revolucionou a “[...] tecnologia agrícola, passando a fornecer ao campo seus principais instrumentos de produção: arado de ferro, fertilizantes, tratores, colhedoras, energia elétrica, vacinas, etc. [...]” (SINGER, 1975, p. 26). O processo descrito por Singer evidencia que, se em sua origem as cidades dependiam do campo, gradualmente as relações se tornaram de interdependência entre esses espaços.

## 2.1 CIDADE, URBANO E URBANIZAÇÃO

A síntese histórica sobre a origem e formação das cidades as mostrou como espaços onde se concentraram as classes dominantes e onde as alterações mais profundas ocorreram com as mudanças nas relações sociais de produção, advindas do desenvolvimento industrial. Esse é também o histórico do processo de urbanização — associado ao desenvolvimento do capitalismo — na maioria das sociedades ocidentais, sendo que para Castells urbanização é um termo que comporta, nitidamente, dois sentidos extremamente distintos:

- Concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensões e de densidade.
- Difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados ‘cultura urbana’ (CASTELLS, 1983, p. 16).

Dessas afirmações pode-se observar que seu primeiro sentido do termo urbano se fez praticamente com as mesmas características que Sjoberg (1972) atribuiu à definição de cidade. As diferenças entre essas definições ocorrem nas características que cada um dos autores lhes acrescentaram. Sjoberg se referiu à presença de uma variedade de especialistas e de uma elite culta — que, em outros termos, é o mesmo que falar da presença de uma estrutura de classes, como referida por Singer, na medida em que essa elite estaria dispensada das atividades diretamente produtivas. Já Castells (1983, p. 16), se referiu à difusão de uma cultura urbana, que em outro trecho esclareceu se tratar de um sistema cultural característico das sociedades industriais capitalistas, de um lado situando-o em determinado momento histórico e, de outro, salientando seus aspectos imateriais. Esses últimos foram também identificados por Clark (1985) quando afirmou que a urbanização é um “[...] processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades [...]” (CLARK, 1985, p. 61-62). Para esse autor, o crescente movimento de pessoas morando em cidades provoca mudanças irreversíveis em seus modos de vida tradicionais (CLARK, 1985, p. 62), o que implica necessariamente em mudanças nos modos de pensar, sentir e agir.

A partir das explicitações de Castells, Sjoberg e Clark, se observa que os termos cidade e urbano, pelas estreitas vinculações que exibem, passaram a ser utilizados pelos mais diversos estudiosos desses temas, como sinônimos um do outro, em que pese inclusive o fato de pertencerem a classes gramaticais distintas: um substantivo e um adjetivo. Nesse ponto, considera-se necessário fazer referência ao Dicionário Houaiss... (2001), que permite compreender, parcialmente, as origens da associação conceitual entre cidade e urbano (grifos da obra).

urbe s.f. (sXX cf. AGC) m.q. CIDADE (‘aglomeração humana’) ETIM. lat. urbs, is ‘cidade’; p.opos. a campo;  
**urb(i)**– el.comp. antepositivo, do lat. urbs, is ‘cidade; p.opos. a campo’; der. latinos urbanitas, átis ‘morada na cidade; urbanidade; fig. polidez, civilidade’ (DICIONÁRIO HOUAISS..., 2001).

Tais verbetes mostram a etimologia latina do termo urbano significando cidade acrescentando-lhe, ainda, “por oposição a campo”, trazendo também alguns termos derivados, de viés comportamental, como urbanidade e, figuradamente, polidez. Não é desprovida de lógica, portanto, a associação conceitual entre cidade e urbano e o uso quase indiferenciado que costumeiramente se faz entre eles.

Como adjetivo, entretanto, o termo urbano constitui uma qualidade ou característica que teoricamente pode ser atribuída — ou não — a determinado substantivo: área urbana, sítio

urbano, valores urbanos, cultura urbana, etc. Assim, pelo menos gramaticalmente uma cidade poderia ser ou não urbana, o que, no caso, criaria o paradoxo — cidade não urbana —, que parece não existir, ao menos na literatura consultada das Ciências Sociais.

Ainda sobre esse tema, Maria Adélia de Souza (1999), foi clara ao observar a liberdade com que se confundem, em muitos dos textos produzidos, dois conceitos distintos: o urbano e a cidade. Dispensando-se de explicitar a associação conceitual entre esses termos, a autora, citando Santos (1992, p. 241), assim os distinguiu: “[...] a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade [...]” (SANTOS, 1992, p. 241, apud SOUZA, 1999, p. 9), o que, novamente, realçou os aspectos imateriais do fenômeno urbano.

Dentre os aspectos imateriais da cidade, Sylvio B. de M. e Silva (2003) chamou a atenção para

[...] três sentidos classicamente bem diferenciados [...]:

- a) de *urbe*: como uma expressão material que se opõe ao *rus*, o mundo rural;
- b) de *civitas*: uma complexa comunidade humana concentrada, formada por diferentes grupos sociais e instituições;
- c) de *polis*, no sentido político e administrativo (SILVA, S., 2003, p. 109).

Os quais, segundo esse autor, devem ser vistos agora de forma integrada, de modo a enfrentar com eficiência as transformações impostas pelos atuais processos de globalização (SILVA, S., 2003, p. 110).

Mas, além de ser o que dá sentido e natureza à cidade — que em outras palavras, inclui implicitamente, a “difusão de uma cultura urbana” nos termos de Castells — urbano seria, também em princípio, tudo aquilo que teve origem em áreas ditas urbanas, que passou por um processo de urbanização, ou seja, recebeu a qualidade de urbano. Nesse sentido, vale lembrar que para os arquitetos e administradores políticos, por exemplo, a abertura, melhoria ou alinhamento de uma rua ou calçadas, a extensão dos serviços de transporte, de água encanada ou esgotamento sanitário, são chamados genericamente de urbanização. Isto porque, por seus altos custos financeiros, são oferecidos apenas quando há nos aglomerados uma população suficientemente adensada e com capacidade de compra e manutenção dos mesmos. Do mesmo modo, o mero tratamento paisagístico de uma praça — com eventual plantio de mudas de árvores ou flores — ou a introdução de melhorias instalação de postes de iluminação também são chamados genericamente de urbanização.

Os conceitos de urbano, processo de urbanização ou fenômeno urbano se desenvolveram dentro das Ciências Sociais, que por sua vez constituíram seus objetos e estabeleceram seus respectivos métodos analíticos, a partir do século XIX, em pleno

florescimento da Revolução Industrial — que alterando os modos de produção, entre outras coisas, reorganizou o espaço, demarcando, com nitidez, o urbano em oposição ao rural — e de forte desenvolvimento do sistema capitalista. Por esse motivo, para Castells (1983), a qualidade de urbano só pode ser atribuída às cidades ou áreas que passaram pelo processo de urbanização decorrente da Revolução Industrial, que consolidou o capitalismo, com a conseqüente criação e difusão de um sistema de valores a ele característico.

Também para Lefévre (1991, p. 3), a urbanização e a problemática urbana são efeitos induzidos pela industrialização, o que, aliás, caracterizaria a sociedade moderna, pelo fato de as cidades serem preexistentes a esse processo. Urbanas, portanto, segundo esses autores, se tornaram as aglomerações que surgiram no bojo do desenvolvimento industrial, pois as anteriormente existentes, como já mencionado, de modo geral, se degradaram.

Se a urbanização foi um dos efeitos da industrialização verifica-se que a partir das primeiras décadas do século XX, observou-se uma dissociação gradativa entre esses processos em boa parte do mundo, fenômeno observado e analisado por Milton Santos, especialmente em relação ao Brasil, em várias de suas obras (1965, 1979, 1981, para citar algumas). Por esse motivo, importa registrar, por revelar um “olhar” europeu, o texto de Paquot (1992), na introdução do livro *Villes & Civilisation urbaine: XVIIIe - XXe siècle* — uma coletânea de artigos e ensaios de diversas fontes e autores, reunidos por Roncayolo e Paquot — no qual, em dado momento, o autor trata da urbanização no “terceiro mundo” (colocado entre aspas pelo autor), caracterizando-o como economias não industriais, dando a entender, entre outras coisas, que se trate de um todo homogêneo.

[...] Nas economias não industriais, essas a que se denomina comumente de “terceiro mundo”, a urbanização não resulta da industrialização, mas da explosão demográfica, induzida pelo progresso médico, melhoria dos rendimentos agrícola, interdependência das economias nacionais à escala mundial, etc. A “inflação urbana do terceiro mundo”, para retomar a expressão de Paul Bairoch, não se articula necessariamente a um ímpeto industrial qualquer ao contrário, ela se autoproduz demograficamente e provoca o florescimento de mil e um pequenos serviços urbanos que os estatísticos, que nem lhes podem medir a importância econômica, agrupam sob o termo vago de “setor informal. (PAQUOT, 1992, p. 12-13)<sup>10</sup>.

Paquot, nesse trabalho, reconheceu a existência de processos de urbanização não associados a processos industriais. Porém, é preciso registrar que a urbanização não foi homogênea — nem se fez de um só golpe — seja nos países desenvolvidos, seja nos do Terceiro mundo, ou subdesenvolvidos. Mas, se é verdade que nesses tais processos não se articularam necessariamente “a um ímpeto industrial”, conforme afirmou aquele autor, é certo

<sup>10</sup> Tradução da Autora

que apresentam características específicas derivadas, de um lado, de sua formação socioeconômica, incluindo os efeitos do período colonial — e de como isso influenciou a distribuição da população e os movimentos migratórios internos. De outro lado, os processos de urbanização nesses países se fizeram sob a influência de seu modo de inserção nos processos políticos e econômicos mundiais, especialmente da posição na divisão internacional do trabalho, também em cada momento histórico.

Milton Santos abordou essas questões, relativamente ao Brasil e a outros países subdesenvolvidos, em diversos trabalhos como, por exemplo: *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965), *Manual de geografia urbana* (1981), *A urbanização brasileira* (1994), *As cidades do terceiro mundo* (1971), *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos* (1979b), entre outros. Além disso, se que na América Latina como um todo e no Brasil em particular — como registrado especialmente por Milton Santos em seus trabalhos mencionados acima —, nem sempre o crescimento e desenvolvimento urbanos estiveram associados aos processos industriais, também nunca resultaram de uma explosão demográfica, em que pese um crescimento populacional acelerado decorrente, num primeiro momento, especificamente dos avanços e maior cobertura dos procedimentos médicos — como apropriadamente Paquot (1992) mencionou —, que fizeram baixar as taxas de mortalidade geral e, especialmente, da mortalidade infantil. Num segundo momento, os avanços da medicina, facilitando o controle da concepção fizeram sua parte na redução do número de filhos, bem como a modernização e a ampla penetração dos meios de comunicação de massa, contribuíram para a troca de experiências e informações científicas que possibilitaram a redução das taxas de fecundidade em todos os cantos do país e em todos os níveis e classes sociais, como exposto por Guaraci Souza (1996). A mesma autora afirmou ainda que se deve atentar para o fato de que nunca houve o risco de uma explosão demográfica, considerando que modos de controle da natalidade já eram praticados, especialmente nas camadas médias e altas da população, desde as primeiras décadas do século XX (SOUZA, 1996).

Evidencia-se, portanto, em Paquot (1992), uma visão ideologizada da urbanização nos países subdesenvolvidos, como se formassem um bloco homogêneo, não industrializado e cuja urbanização decorresse de uma população em crescimento acelerado, que não encontrando fontes de renda oriundas do emprego no setor industrial, se abriga na prestação de serviços informais — no sentido de não contarem com cobertura previdenciária. Apesar da existência de um setor informal inchado —no que o citado autor tem razão — seu crescimento, pelo menos nas cidades brasileiras, tem razões — não explicitadas aqui, por não



fazerem parte dos objetivos deste trabalho — não vinculadas, como se viu acima, a um explosivo crescimento demográfico.

A origem das cidades brasileiras como um todo e das baianas em particular é bastante diversificada. Algumas surgiram e se desenvolveram a partir de missões religiosas em aldeamentos indígenas, outras como entreposto comercial ou de abastecimento, bastante comuns na zona costeira, originando as cidades portuárias. Entrepostos comerciais ou de abastecimento também estiveram presentes no interior, a partir de cruzamentos de passagens de mercadores itinerantes, de comerciantes ou transportadores de gado.

Esses não foram os únicos processos, mas são dos mais frequentes na origem do cenário urbano brasileiro. O crescimento demográfico e o desenvolvimento socioeconômico desigual imprimiram maior importância a determinadas aglomerações, assim como decisões político-administrativas promoveram subdivisões em várias delas, criando novas cidades e municipalidades. Desses processos e outros não mencionados resultou a existência, no ano 2000, de cerca de 5500 cidades brasileiras, das quais 415 na Bahia.

A variabilidade da origem, dos portes demográficos e do desenvolvimento econômico dos aglomerados urbanos é enorme não apenas no Brasil, mas no mundo todo, o que torna muito difícil, senão impossível, estabelecer bases satisfatórias comuns de comparabilidade ou análise. Para tanto, seria necessária uma definição que, de fato, não existe como tal, exatamente por causa dessa variabilidade das características do objeto cidade, sendo que cada pesquisador interessado nesse objeto, estabelece os conceitos a partir dos quais vai desenvolver seu trabalho. Observem-se alguns exemplos começando com Claval (1981), que assim se exprimiu: “[...] Partimos da idéia que a cidade é uma organização destinada a maximizar a interação social; assim é possível esclarecer a localização dos centros, a formação de redes e a estrutura interna do espaço. [...]” (CLAVAL, 1981, p. 4)<sup>11</sup>.

Perguntando o que é cidade, Thomlinson (1969) começou observando que nem cientistas sociais ou governos entram em acordo sobre uma definição comum, havendo discordâncias entre instituições de um mesmo país e apontou o exemplo dos Estados Unidos. Para tanto, ele levantou e descreveu detalhadamente 16 tipos diferentes de critérios de abordagem na busca de uma caracterização de cidade, sendo que o 16º, segundo ele próprio envolvendo vários dos elementos listados, definiria uma cidade, aproximadamente, como:

1. uma larga aglomeração de pessoas vivendo em uma área construída de modo contíguo,
2. cujas funções seriam produzir bens não agrícolas e serviços e, mais

<sup>11</sup> Tradução de SILVA, S.

particularmente, distribuir todo tipo de bens e serviços,  
3. a qual, como resultado dessas funções desenvolve um modo de vida caracterizado pelo anonimato, contatos impessoais e segmentados com outras pessoas e controles secundários.

Mesmo essa abordagem ajustada não é isenta de defeitos por sua maior semelhança com uma complexa área metropolitana do que com uma simples cidade (THOMLINSON, 1969, p. 41-42)<sup>12</sup>.

Thomlinson, como se viu, criticou sua própria definição, apontando seus limites em relação a cidades isoladas — sem referência ao porte —, com isso demonstrando, na prática, a dificuldade de um consenso. Beaujeu-Garnier (1980), por sua vez, trouxe uma contribuição de Aydalot (1976) que teria condensado o pensamento de vários especialistas da seguinte forma:

[...] a cidade existe concretamente; é o quadro do exercício de uma função social (cultura, valor, proteção do indivíduo); é o elemento funcional de um sistema econômico; o quadro de um poder de decisões exercidas por uma burguesia coerente; é uma unidade definida pelo cotidiano do mercado de trabalho (AYDALOT, 1976, apud BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 19).

Essa autora “dissecou” esse texto de Aydalot, salientando, nele, as áreas de pesquisa das várias ciências sociais. Assim é que, o existir concretamente é de interesse da Geografia, a função social é área da Sociologia, mas a concepção funcional seria preocupação dos economistas e por aí adiante para, a seguir, trazer sua própria conceituação.

O importante é considerar que a cidade, concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação), com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo a que eles necessitam; a cidade é o lugar que favorece os contactos de toda a natureza e maximiza as resultadas; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas. Mas o corolário desta **função objeto** é um verdadeiro papel de intervenção, de **função sujeito**. O quadro urbano, o ambiente urbano exercem influência nos seus habitantes; podem transformá-los pouco a pouco; pelas suas exigências (alimentação, matérias-primas, comércio), a cidade desempenha papel importante nessas atividades internas e periféricas; pelo seu próprio poder, a cidade favorece, difunde ou bloqueia os diversos impulsos vindos do exterior. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira<sup>13</sup> (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 19 e 22).

A mesma autora apontou ainda que o papel a cidade desempenha nas sociedades humanas e que pode variar em função de seu tamanho, equipamentos e riqueza ou ‘poder’, se mantém, ao longo do tempo, relativamente igual, o de ser “[...] *uma organização medianeira*

<sup>12</sup> Tradução da Autora

<sup>13</sup> Os grifos são da autora.

*entre os indivíduos e grupos locais, por um lado, e o meio exterior do outro [...]*” (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 22). Sua conceituação trouxe a questão da influência recíproca dos homens sobre o ambiente urbano e desse sobre os homens.

Esse levantamento histórico e bibliográfico — mesmo longe de se esgotar — sobre cidades, seu surgimento e desenvolvimento, bem como dos processos de urbanização teve como finalidade compreender a natureza socioespacial do surgimento das cidades e do urbano tal como o percebemos nesse momento. Objetivou também, verificar os modos como esses conceitos, objetos e processos, vêm sendo tratados pelos diversos autores. A delimitação do conceito, com o qual se trabalha neste estudo, depende ainda, de outros elementos vistos a seguir.

## 2.2 ÁREAS URBANAS: PORTE, FUNÇÕES, CENTRALIDADE E MERCADO

Os estudos sobre cidades ou áreas urbanas, pelo menos nos ambientes técnico-acadêmicos, quase sempre, têm como referência aglomerações de médio ou grande porte a exemplo de Corrêa (1989), Carlos (1994) ou Vasconcelos (1999 e 2001), para citar apenas alguns. Isso parece indicar a existência de uma noção consensual de urbano, associada a uma quantidade considerável de residentes. Contudo, nem sempre é possível saber, com precisão, a que dimensão um autor se referiu ao qualificar uma aglomeração como de pequeno, médio ou grande porte, porque essas são noções de grandeza sobre as quais não há consenso.

Alguns consideram de grande porte apenas as cidades de um milhão de habitantes ou mais, enquanto outros incluem nessa categoria aquelas a partir de 500 mil residentes. Assim, um aglomerado com 500 mil habitantes tanto pode ser enquadrado como de porte médio, quanto de grande porte, a depender do ponto de vista e dos objetivos de cada pesquisador. Com relação aos pequenos espaços urbanos, ou às pequenas cidades — menos de 20 mil habitantes —, o problema dos que pretendem observar tais unidades tem sido encontrar na literatura estudos urbanos referentes a elas.

Grosso modo, os portes demográficos constituem o ponto de partida na demarcação de objetos e áreas de estudos urbanos, para os quais a importância de uma cidade se fundamenta no volume de sua população e nos tipos de relações socioespaciais, que vão determinar a produção desse espaço, esta traduzida pelas demandas sociais, econômicas e políticas envolvidas. Urbano ou não urbano, para Milton Santos (1992), o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação, pois

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e

especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (SANTOS, 1992, p. 49).

Corrêa (1989) ao abordar a cidade em um de seus trabalhos, considerou como urbano: “O espaço de uma grande cidade capitalista [...]” (CORRÊA, 1989, p. 7). Para esse autor, portanto, cidade além de ser urbana e capitalista, também é grande, sem lhe definir o porte especificamente.

A obra de Vasconcelos (1999) constitui outro exemplo de como as noções de cidade e de urbano estão associados às grandes aglomerações. Nela, um grande número de autores e pensadores da Geografia e áreas afins — que estudaram e escreveram sobre cidades entre os séculos XIX e XX —, trataram, na prática, apenas de cidades que em cada época, país ou região, se destacavam principalmente por seu porte demográfico e, a seguir, por sua importância política, administrativa, comercial, histórica, religiosa, estratégica, etc.

A constatação de que para a grande maioria dos autores cidade e urbano se referem a grandes aglomerações, além de focar um objeto facilmente reconhecível demonstra, em vários casos, a existência de dificuldades em estabelecer parâmetros de comparabilidade com unidades de menor tamanho. Valores numéricos como o porte demográfico, apesar de sua aparente objetividade, pouco esclarece quando se busca estabelecer comparações entre países ou mesmo regiões de um país — como no caso do Brasil. Não foi sem motivo que Leão (1993), tratando das diferenças de classificação de urbano em diversos países, afirmou que, pelo fato de que cada país adota seu próprio critério, se alguém tentasse comparar as estatísticas mundiais baseando-se em um único critério, logo desistiria da empreitada, dadas as dificuldades de realização que surgiriam. Nesse mesmo sentido Santos assim se referiu: “Os critérios sobre o que é ‘urbano’, quase tão numerosos quanto os países a que se referem, são tão diversos que não permitem nenhuma tentativa de generalização” (SANTOS, 1979a, p. 7).

Amorim Filho e Rigotti (2002), buscando a caracterização de cidades médias, mostraram a variabilidade dos limiares demográficos que separam pequenas e médias cidades na América do Sul. Na Argentina, por exemplo, a cidade média pode variar de 50 mil a um milhão de residentes; já na Bolívia, a amplitude vai de 3.000 a mais de 50 mil habitantes. Esses autores — e não apenas eles — afirmaram que limites demográficos não são suficientes para classificar as cidades, mas que se devem levar em consideração os aspectos ligados às funções, posição na rede urbana e a localização geográfica da aglomeração. Também para Marcelo de Souza, o porte demográfico pouco explica sozinho, pois “[...] o que explica as características econômico-espaciais, em matéria de diversificação, sofisticação e centralidade, é o que ela representa enquanto mercado [...]” (SOUZA, 2003, p. 31).

A respeito, portanto, de um valor numérico para definir uma área como urbana, sabe-se que a ONU – Organização das Nações Unidas utiliza, como critério geral, o porte de 20 mil habitantes. Assim também, no Brasil, o Estatuto da Cidade (Lei 10257/01), em seu Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira), Capítulo II (Da Política Urbana), prevê o seguinte:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, **obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes**, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (sem grifo no original).

Isso significa por um lado, o reconhecimento de um indicador de urbanização na marca de 20 mil habitantes. De outro lado, fica claro que dessa forma o Estatuto reconhece que as cidades de menor porte são administráveis e podem se desenvolver, sem um plano diretor, pois não têm as complexidades geradas pelas demandas de 20 mil residentes, nem dispõem dos recursos necessários para custear uma obra de tal envergadura, que implica na mobilização de inúmeros técnicos especializados para elaboração de estudos, pesquisas, diagnósticos e relatórios, com os quais, de modo geral, os pequenos municípios não podem arcar.

O importante trabalho do IBGE em colaboração com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e a Universidade de Campinas - UNICAMP, *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (2001), estabeleceu uma hierarquização das cidades brasileiras, assentada em forte base teórica, inumeráveis indicadores sociais, econômicos, políticos e regionais e apoiado por considerável e sofisticado aparato estatístico. Em relação à Bahia, se observa — no volume *Redes urbanas regionais: Norte Nordeste e Centro-Oeste*, (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2001) — que aparentemente o porte demográfico, nessa classificação, só não foi preponderante no caso de a cidade integrar uma área metropolitana — a exemplo de Madre de Deus, na Região Metropolitana de Salvador —, ter grande proximidade e forte ligação com uma cidade com características de importante centro urbano regional (como no Grupo 2), ou quando tem uma vocação específica como o turismo, por exemplo (caso do Grupo 4). Assim, pelos critérios classificatórios estabelecidos nessa obra, todas as cidades mais importantes do Nordeste brasileiro estão relacionadas, contudo, optou-se por mostrar, no Quadro 1, a seguir, a partir do Grupo 2, apenas o enquadramento das cidades baianas. Os quantitativos de população apresentados são relativos ao ano de 1996, conforme a referida publicação.

**Quadro 1 – Classificação das principais cidades baianas na Rede Urbana Brasileira, segundo o IBGE, IPEA e UNICAMP**

<b>Grupo 1</b>	Metrópole Nacional	São Paulo Rio de Janeiro	
	Aglomerado Urbano Metropolitano	Salvador Recife Fortaleza Belo Horizonte Brasília Curitiba Porto Alegre	Nesse estudo, o Aglomerado Urbano Metropolitano de Salvador é composto de mais 11 cidades, além da capital, sendo Madre de Deus a menor delas, com menos de 10 mil habitantes.
<b>Grupo 2</b>	Aglomerados urbanos, não metropolitanos	Ordem 1	Conjuntos de cidades, com ligações sócio-econômicas-administrativas, associadas às demais capitais nordestinas não classificadas como Metrôpoles. A Bahia não tem cidades listadas nessa categoria porque Salvador constitui uma metrópole.
		Ordem 2	Feira de Santana (450.487 hab.) e mais quatro cidades, tendo a menor delas, Conceição de Feira, cerca de 17 mil habitantes;
			Ilhéus-Itabuma: 242.445 e 183.403 habitantes respectivamente
		Ordem 3	Teixeira de Freitas (96.512 hab.), Eunápolis (85.982 hab.) e Porto Seguro (64.957 hab.);
Santo Antonio de Jesus (71.932) e outras três cidades, sendo Nazaré a menor delas, com 25.106 habitantes.			
<b>Grupo 3</b>	Centros urbanos regionais	Ordem 1	Vitória da Conquista (242.155 hab.), Jequié (165.345 hab.), Alagoinhas (122.838 hab.), Barreiras (113.695 hab.), Jacobina (85.556 hab.) e Guanambi (68.603 hab.);
		Ordem 2	Paulo Afonso (da RNe, com 93.609 hab.), Senhor do Bonfim (84.752 hab.), Serrinha (RNe, 78.810 hab.), Valença (74.661 hab.), Itamaraju (62.406 hab.), Brumado (62.271 hab.), Ituberaba (56.381 hab.), Itapetinga (54.279 hab.), Conceição do Coité (RNe, 51.960 hab.) e Irecê (52.267 hab.);
		Ordem 3	Ipirá (62.712 hab.), Campo Formoso (59.331 hab.), Euclides da Cunha (RNe, 50.213 hab.) e Monte Santo (RNe. 52.551 hab.).
<b>Grupo 4</b>	Novas territorialidades	Lençóis (9.689 hab.), Andaraí (16.055 hab.), Nova Viçosa (27.323 hab.), Caravelas (18.669 hab.), Prado (24.227 hab.), Conde (18.695 hab.) e Santa Cruz Cabrália (17.334 hab.).	

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA..., 2001.

Pretende-se mostrar com esse esquema, que a questão do volume populacional teve grande importância nessa classificação. Pelo arranjo dos grupos há, uma organização em ordem decrescente do porte demográfico, ainda que associado a outras dinâmicas espaciais, econômicas ou políticas. Nas três ordens do Grupo 3, último a conter subdivisões, nenhuma

cidade, em 1996, tinha menos de 50 mil habitantes. Já no Grupo das “Novas territorialidades”, no qual, de toda a Região Nordeste do Brasil, foram enquadradas apenas cidades da Bahia, pela listagem, se percebe que são cidades com forte apelo turístico, sendo a única categoria que individualizou aglomerados isolados com menos de 20 mil habitantes.

Lembrando que a Região Metropolitana de Salvador contou, nesse trabalho, com outras 11 cidades, além da capital, verifica-se que somadas às unidades mencionadas acima, a Bahia registrou apenas 53 cidades, entre 415 — considerando que as referências desse trabalho são anteriores ao ano 2000 —, listadas na rede urbana brasileira. As 362 cidades baianas restantes, e outras tantas do Nordeste Brasileiro, foram colocadas numa vala comum denominada Grupo 5 – “Demais Núcleos Urbanos”, embora representassem quase 57% de toda população urbana nordestina em 1980 e 51,5% em 1996.

Autores como Martine (1993) e os já citados Andrade e Serra (1997) adotaram 20 mil habitantes como limite mínimo para considerar uma aglomeração como urbana em seus trabalhos. Para esses autores, cidades pequenas teriam entre 20 e 50 mil habitantes, enquanto no outro extremo estariam as grandes cidades, com 500 mil residentes ou mais. Cidades médias ou intermediárias estariam entre 50 mil e 500 mil habitantes. As metrópoles contariam com pelo menos um milhão de pessoas. Praticamente inexitem referências ou estudos sobre cidades com menos de 20 mil habitantes e um exemplo que confirma isso é um trabalho de pesquisa do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, denominado *Nordeste: as pequenas cidades e o planejamento local* (1981), no qual a cidade selecionada, na Bahia, foi Cruz das Almas, que em 1980 já contava com mais de 20 mil habitantes.

Marcelo de Souza, (2003), comentando os graus de urbanização em diversas partes do mundo, fez referências a estimativas que apontam crescimento generalizado e constante do

[...] percentual da população mundial vivendo em núcleos com mais de 5.000 habitantes (o que, muito simplificada e generalizadamente, pode-se tomar como a parcela da população do globo vivendo em espaços urbanos) [...] (SOUZA, 2003, p. 20).

Fica claro que para o autor, 5.000 habitantes é um valor — ainda que quatro vezes menor que o proposto pela ONU, ou pelo Estatuto das Cidades — minimamente aceitável na caracterização de um espaço urbano, pelo menos no Brasil.

Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Bárbara Christine Nentwig Silva (1989), num estudo comparativo do crescimento urbano, em quatro décadas na Bahia (1940-1980), agregaram as populações das cidades por classe de tamanho e consideraram que

[...] Para 1980, seria possível juntar também pela sua importância e em função da disponibilidade de informações, o papel dos grandes povoados da Bahia. Nesse ano, o Estado da Bahia dispunha de nove povoados com mais de 5.000 habitantes [...] (SILVA; SILVA, 1989, p. 207).

Há, portanto, uma concordância entre esses autores brasileiros, de que diante da diversidade das características entre países e regiões e dos processos de urbanização se pode aceitar um espaço urbano com 5.000 habitantes.

Pelletier e Delfante (1997) definiram cidade — sempre urbana — como “[...] uma concentração humana com tamanho mínimo de 2.000 habitantes, onde a atividade fundamental é a função serviços, função essa muitas vezes associada à da indústria [...]” (PELLETIER; DELFANTE, 1997, p. 15). Esses autores, cuja referência é o continente europeu, assumiram que sua definição é vaga, abarcando uma multidão de realidades diferentes. Todavia aceitaram um porte demográfico que é um décimo da proposição da ONU, como suficiente para definir uma cidade, ainda que não isoladamente, mas apoiado em algumas outras características. Vale lembrar aqui que o desenvolvimento socioeconômico europeu, bem como sua organização espacial, política e territorial guardam considerável distância da realidade brasileira, especialmente das regiões menos industrializadas. O que significa que a estrutura econômica e a distribuição de serviços à disposição de uma aglomeração com 2.000 habitantes na Europa são qualitativa e quantitativamente diferentes das de mesmo porte no Brasil e, mais ainda, no semi-árido brasileiro.

No trabalho de Rodríguez González (1997), uma minuciosa análise dos recentes processos de urbanização dos aglomerados rurais da Galícia — cujos portes variavam entre 2.000 e 15.000 pessoas —, as diferenças acima podem ser observadas com bastante propriedade. O trabalho apresenta um diagnóstico das especificidades da urbanização nessa região da Espanha, apontando — entre as diversas variáveis de análise — os processos de integração territorial que contribuíram para a urbanização interiorana, salientando entre eles, uma industrialização com base em iniciativas e recursos locais, em estreito contato com o espaço agrário de sua área de influência.

Essa é uma realidade absolutamente díspar em comparação com o semi-árido da Bahia, onde as inúmeras sedes municipais de pequeno porte — e mesmo as de porte médio — são pontos esparsos num território quase equivalente ao da própria Espanha, com baixos níveis de integração social, econômica ou política com o Estado ou com o país.

Do conjunto de argumentos expostos se observa que teoricamente o volume mínimo de população aceitável como área urbana para inclusão em um estudo varia em função do tamanho médio das localidades do espaço sob análise. Embora sem um cálculo de



correlação estatística, parece claro que os analistas de países ou regiões com muitas cidades grandes e áreas densamente povoadas tendem a estabelecer como limites populacionais mínimos, volumes de população maiores que os que se interessam por regiões pontilhadas de pequenos núcleos populacionais, os quais tendem a aceitar como urbanas aglomerações de menores limites demográficos, ainda que não se atenham apenas a esses aspectos. Contudo, quase sempre o que se deseja é extrair uma regra geral que possa ser aceita o mais amplamente possível.

Santos (2005), buscando definir as aglomerações “[...] em seu nível mais fundamental, abaixo do qual não se pode mais falar da existência de verdadeira cidade [...]” (SANTOS, 2005, p. 87), usou o conceito de cidade local “[...] a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira ‘especialização do espaço’[...]” (SANTOS, 2005, p. 87).

Uma regra geral é o que Veiga (2002), constatando a diversidade da realidade brasileira trouxe a público quando propôs que se considerassem urbanos os municípios (*sic*) a partir de 20 mil habitantes. Porém, ele próprio observou que muitos dos municípios brasileiros possuem populações menores que essa, mas têm alta densidade demográfica e se localizam em regiões metropolitanas ou em sua área de influência. Portanto, localização e densidade demográfica — mínima de 80 habitantes por km<sup>2</sup>, conforme sua proposta —, também deveriam ser combinados ao tamanho da população para definir quais municípios, no Brasil, seriam ou não urbanos. Como se observa, esse autor propôs considerar urbanos ou rurais os territórios dos municípios como um todo, propondo que seus residentes sejam classificados a partir do enquadramento do município, independentemente do local de moradia — se em aglomerados mais ou menos densos, ou se em domicílios em áreas esparsas — e do tipo de ocupação dessas pessoas, se em atividades primárias, secundárias ou terciárias.

A modernização da agricultura brasileira ocorrida a partir da segunda metade do século XX se fez predominantemente a partir dos municípios e regiões economicamente mais desenvolvidos e de populações majoritariamente urbanas, acentuando as desigualdades socioeconômicas regionais, o que de qualquer modo é a marca do desenvolvimento capitalista. A partir dos anos 80, um conjunto de novas transformações — que José Graziano da Silva (1999) denominou de Novo Rural, caracterizado, entre outras coisas, pelo desenvolvimento, transformação ou penetração no campo de uma série de atividades não agrícolas, como a agroindústria, ou o turismo — especialmente o voltado para a exploração de amenidades paisagísticas — que imprimiu maior proximidade ou inter-relação entre

atividades agropecuárias, industriais e de serviços, com as áreas e atividades urbanas, dificultando ainda mais essa diferenciação.

Diversos pesquisadores já apontaram não fazer mais sentido uma diferenciação urbano-rural — e talvez mesmo nas distinções entre os setores econômicos — uma vez que tais distinções surgiram a partir das transformações patrocinadas pela Revolução Industrial, quando então campo e cidade eram efetivamente diferentes e as atividades econômicas exercidas nessas áreas eram claramente discerníveis umas das outras. No campo se vivia da agropecuária e nas cidades do emprego industrial ou do comércio. Mas a contínua evolução tecnológica tornou o mundo muito mais complexo, tornando quase impossível saber onde uma cidade acaba e onde inicia o campo, pois as cidades se expandem para além de seus limites, extravasam e levam para o campo atividades caracteristicamente urbanas. Por esse motivo se diz não haver sentido em continuar tentando delimitar, definir ou mesmo manter essas distinções.

Santos (1994), ao examinar diferenciais de crescimento populacional, entre 1960 e 1980, distinguiu população agrícola de rural. Mostrou com isso, que enquanto a população agrícola — pessoas ocupadas em atividades agropecuárias — crescia, a rural se mantivera um crescimento irrelevante, fruto da existência de trabalhadores agrícolas sazonais, também chamados bóias-frias, residentes nas áreas urbanas, o que considerou “[...] Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo” (SANTOS, 1994, p. 33).

Singer (1975), também, já havia colocado que a divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu tão amplas transformações que:

[...] hoje já é legítimo se colocar a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade. Não é difícil prever uma situação em que a maioria da população ‘rural’, no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura — mecanizada, automatizada, computadorizada — em nada se distingue das demais atividades urbanas (SINGER, 1975, p. 27).

José Graziano da Silva (1999) além de considerar que está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano, afirmou que essa diferença é cada vez menos importante e que:

[...] o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 1999, p.1).

Beaujeu-Garnier (1980), mencionando um texto de Weber (1971), considerou que mais complicado que estabelecer limites estatísticos por área de residência ou atividade seria o que chamou de limites psicológicos, pois informados e ‘massacrados’ pela publicidade

veiculada pelos modernos meios de comunicação de massa — principalmente rádio e televisão — que atingem lugares cada vez mais distantes; liberados pela mecanização de algumas tarefas específicas; mais reivindicativos em termos de salários e condições de trabalho e com maior capacidade de deslocamento, rurais e urbanos estariam se tornando menos diferentes uns dos outros (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 15). Na seqüência a mesma autora citou Derek Senior (1966), para quem também o urbano e o rural já não apresentam diferenças significativas pelo “[...] desenvolvimento revolucionário das comunicações e dos transportes, na industrialização que se opera em todas as atividades, inclusive na agricultura, no impacto generalizado da educação e cultura de massas [...]” (DEREK SENIOR, 1966, apud BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 15).

Essas afirmações são relevantes no contexto deste trabalho na medida em que focando os espaços de cidades muito pequenas, sedes de municípios sustentados à base da economia agrícola, nelas, boa parte da população em atividade, trabalha na agricultura ou pecuária, embora também, por vezes, busque complementação de renda na área urbana.

Voltando ao tema cidades, observa-se que na análise de seu crescente nível de complexidade refletido em sua organização social e espacial — mas sob outro ângulo de observação —, se devem acrescentar os aspectos funcionais que as caracterizariam. Para Weber (1979), por exemplo, a característica de uma cidade, em sentido econômico, é ser “um local de mercado”, um local de “[...] intercâmbio regular, e não ocasional de mercadorias na localidade [...] no qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica também a população não-urbana se abastece [...]” (WEBER, 1979, p. 69-70).

Christaller, em 1966 (grifos do autor), informava que não observaria a aparência do todo das cidades, mas apenas as características que considerava

[...] decididamente importantes para o significado da cidade e para a geografia dos assentamentos. É o sentido que Gradmann (1916, p. 427), chamou de principal função de uma cidade, a saber, ‘*a de ser o centro dos arredores rurais e mediadora do comércio local com o mundo exterior*’. Como se pode perceber esta função principal afeta as pequenas cidades do campo, que [...] nada mais são que centro dos arredores rurais. Mas afeta também [...] as grandes cidades, não apenas com relação a sua vizinhança imediata, mas também com respeito a seus lugares em sistemas de regiões menores. Todas as regiões têm alguns centros que estão mais próximos, no entanto, seus centros de mais alta ordem são encontrados em cidades maiores, que satisfazem as demandas do campo e das cidades menores, que não estão aptas a satisfazê-las (CHRISTALLER, 1966, p. 16)<sup>14</sup>.

Por essa via, Christaller ampliou e generalizou a afirmação de Gradmann assegurando que “[...] a principal função — ou característica — de uma cidade é ser centro de

<sup>14</sup> Todas as citações de Christaller nesse trabalho foram traduzidas pela autora.

uma região” (CHRISTALLER, 1966, p. 16.). Desse modo, ele introduziu o conceito de “lugares centrais” referindo-se às cidades — mas não apenas a elas — como localidades cuja centralidade estaria referida a sua importância com vistas à região circundante, estabelecendo a noção de rede hierarquizada de cidades, ou lugares centrais. A centralidade, para esse autor, é um princípio de ordem existente na natureza, que pode ser encontrado nas formas humanas de vida comunitária. Para ele, essa ordem centralística permanece mesmo nas importantes cidades modernas embora não de modo tão visível e, claro, como nas cidades medievais. Referia-se assim, “[...] menos à mera localização espacial que à função em sentido mais abstrato [...]” (CHRISTALLER, 1966, p. 18.), que seria a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços para suprir uma dada região. Sua importância seria medida pelo tamanho da região atendida. E, mais ainda “[...] não é a produção de bens, mas a oferta de bens e a prestação de serviços que estão associados ao lugar central. Em economia a oferta de serviços é associada à oferta de bens” (CHRISTALLER, 1966, p. 20.).

Esse autor distinguiu, ainda, lugares centrais de lugares dispersos — aqueles que não são centros — referidos a uma região inteira. Sobre esse aspecto H. Hassinger, citado por Christaller, estabeleceu que tal distinção é

[...] diferente da distinção entre assentamentos centrípetos (cidades nas quais o interesse econômico dos habitantes está principalmente dirigido ao centro desse aglomerado) e assentamentos centrífugos (aldeias nas quais a área das atividades econômicas dos habitantes se liga à periferia) [...] (HASSINGER, H., 1910, apud CHRISTALLER, 1966, p. 24).

Nesse caso o autor identifica dois tipos de aglomerações — as quais ele distingue inclusive com o uso de termos diferentes (*town* - cidade e *village* - povoado) — com arranjos espaciais que, ou atraem as atividades econômicas para a área central da cidade (*town*), ou as dirigem para a periferia do povoado (*village*). O conceito de centralidade, portanto, foi estabelecido também com referência à região como um todo e de modo a proceder a uma hierarquização das cidades em rede.

Corrêa (1996) — cujos estudos sobre o espaço urbano são parte do referencial teórico deste trabalho —, tendo por ponto de partida a obra de Christaller, afirmou que a rede de localidades centrais se constitui em uma forma de ocupação e organização do espaço, vinculado ao capitalismo, tendo as cidades — interligadas através do comércio atacadista, varejista e de serviços —, como locais que cumprem, simultaneamente, dois papéis complementares: de um lado, se constituem em meio para o processo de acumulação capitalista e, de outro, servem para a reprodução das classes sociais.

Em estudo de Corrêa (1989), já citado, o espaço urbano foi identificado como um

conjunto de diferentes usos do solo, onde se definem áreas

[...] como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Esse complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1989, p. 7).

Como definição que tem em vista a grande cidade capitalista, tais características podem ser identificadas, com intensidades variadas nas diferentes aglomerações brasileiras. Mas, deve-se considerar também, que quanto menor seu porte demográfico e menor importância socioeconômica, menos visível se torna a fragmentação de seu espaço ou a variabilidade dos usos da terra.

Quanto à questão da ocupação da população economicamente ativa, não foi abordada diretamente, mas esteve presente, mesmo *en passant*, nos diferentes modos de definir ou caracterizar cidades e espaços urbanos. Por exemplo, quando Sjoberg (1972) mencionou a presença nas cidades, de uma variedade de especialistas não agrícolas; ou quando Singer (1975) afirmou que com o surgimento das cidades se deu a divisão do trabalho entre campo e cidade, sendo que o desenvolvimento dos processos industriais criou o operário, ou trabalhador das fábricas, a partir da expropriação paulatina dos artesãos e dos trabalhadores rurais.

Uma das principais características de uma cidade, portanto, é contar com boa parte de sua população economicamente ativa ocupada nos setores industriais, de comércio e de serviços, para o que se faz necessário um levantamento estatístico que o comprove. Disso decorre que as cidades devem possuir certa diversidade de atividades econômicas, que vão configurar sua organização espacial e os diferentes usos do solo. Acrescente-se ainda, que da concentração de pessoas e de atividades urbanas em espaços mais adensados emergem, sem dúvida, modos de agir, usos e costumes, incluindo o uso e organização do tempo, amplamente diferentes dos modos e tempos rurais.

Como já visto, os autores, ao tratarem do urbano, falam das cidades, além disso, para a Geografia importa compreender o espaço enquanto instância socialmente produzida, portanto a referência para conceituar urbano, nesse trabalho, serão as definições de cidade expostas em Corrêa (1989), Souza (2003) e Silva e Silva (1991), assim sintetizadas.

Uma cidade — entendida, como espaço urbano e socialmente produzido — deve conter certo número de habitantes, vivendo em um aglomerado com certa centralidade econômica, algumas características espaciais — refletidas na multiplicidade de uso do solo —

e certa diversidade econômica articulada com a presença de classes sociais distintas; além de alguma proporção de residentes ocupados em atividades não agrícolas.

Acrescente-se ainda que conforme Silva e Silva — cujos trabalhos sobre as cidades, regiões e hierarquia urbana da Bahia, constituíram a base de compreensão do espaço regional urbano baiano — a cidade deve ser entendida “[...] como uma localidade centro de região e, neste sentido, pode-se defini-la como um sistema dentro de um sistema de cidades [...]” (SILVA; SILVA, 1991, p. 119).

Assumindo, então, que o urbano é um atributo das aglomerações humanas, que nelas se materializa, mas a elas não se limita — dado que é resultado de múltiplas interações sociais e dos modos de sentir, pensar, e agir derivados do viver em locais adensados —, é através das características que apresentem, que poderão ser chamadas plenamente de cidade com características urbanas, o que significa, também, que aglomerados sem status de cidade, mas portadores de tais características seriam áreas urbanas.

Contudo, o conceito de cidade, aqui exposto e com o qual se analisam as sedes de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, é derivado também de trabalhos de pesquisadores que pensaram em grandes cidades, ou seja, que pensaram em um aglomerado bastante populoso — por vago que seja esse termo —, que apresente certo dinamismo socioeconômico — mesmo que isso já seja passado ou esteja decadente —, apreensível na complexidade tanto de sua estrutura física quanto socioeconômica. Sinaliza-se com isso, que é possível que tal conceito não seja adequado às condições das pequenas ou muito pequenas cidades, porque essas, ao menos nos contatos iniciais, não apresentam marcantes diferenças internas, sejam elas de caráter espacial (nítidas diferenças no uso do solo urbano), social (diferenciais entre classes, configuradas no modo de vida, especialmente no morar), ou econômico (diferenciais de renda ou poder).

Considerando, assim, as dificuldades que possam se apresentar ao longo do trabalho, além do suporte nos estudos dos autores já citados, esse trabalho vai se apoiar ainda nas categorias de análise estabelecidas por Milton Santos (1992), a saber: forma, função, estrutura e processo, bem como na observação dos aspectos econômicos das cidades selecionadas, relacionando-os aos circuitos da economia urbana identificados também por Milton Santos (1979b).

O capítulo a seguir introduz as questões do semi-árido e a formação socioespacial da Região Econômica Nordeste da Bahia.

### 3 REGIÃO NORDESTE DA BAHIA: ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL

O semi-árido brasileiro ocupa uma área de aproximadamente 900.000 km<sup>2</sup>, apresentando características edafoclimáticas, naturalmente adversas à ocupação humana, incidindo profundamente nas circunstâncias em que ocorreram seus processos de povoamento e de formação econômica. Entende-se, por conseguinte, que a economia do semi-árido resulta de um processo histórico, durante o qual as condições básicas para a fixação do homem sempre foram frágeis. De todo modo, não existe no mundo uma área tão extensa, nem tão densamente povoada, submetida ao fenômeno da seca.

Sem a pretensão de reconstituir detalhadamente o histórico da formação socioespacial da Região Nordeste da Bahia, neste capítulo apresentam-se alguns aspectos de seu processo de povoamento e desenvolvimento socioeconômico e urbano considerados significativos para traçar o perfil regional, de modo a compreender a área de inserção dos municípios e, principalmente, das cidades objeto de observação e análise deste trabalho, atendendo aos objetivos traçados.

#### 3.1 O INÍCIO DA OCUPAÇÃO DA ZONA SEMI-ÁRIDA

A ocupação do semi-árido começou a acontecer de forma sistemática, no Brasil e na Bahia, pela intervenção do primeiro Governador Geral do Brasil, pois em decorrência da expansão da economia açucareira, ampliou-se a demanda de alimentos e de animais para o trabalho. Como a criação de gado e a lavoura canavieira não podiam ser praticadas conjuntamente, Tomé de Souza estabeleceu a separação das duas atividades deslocando o gado para as grandes extensões de terras inaproveitadas, distantes das destinadas ao cultivo da cana. As lavouras de subsistência seriam isoladas por cercas de pau-a-pique ou por valões.

Instalou-se no semi-árido, portanto, uma atividade econômica que veio representar uma opção para os colonizadores dotados de pequena capacidade financeira. Apesar da reduzida margem de lucro passível de ser auferida na época, comparativamente à lavoura canavieira, a criação de gado necessitava de pouco ou nenhum investimento, tanto no que se refere à aquisição da terra, como para expansão da capacidade produtiva. Além disso, era compatível com os hábitos dos índios, a única — embora escassa — mão-de-obra disponível na região.

A introdução da pecuária no sertão foi importante por ter permitido a ocupação de extensa faixa territorial, sem necessitar de grande quantidade de pessoas para habitá-la. Praticada em regime de extensão e se desenvolvendo, em certa medida, de forma itinerante, a criação de gado se constituiu em fator fundamental entre as formas de penetração e ocupação do interior brasileiro (FURTADO, 1988). Desse modo, a economia do semi-árido se formou como um sistema produtivo dependente e subsidiário da economia açucareira.

Esse sistema produtivo estava baseado em duas atividades fundamentais: a pecuária — praticada pelos proprietários de terras — e a agricultura de subsistência, com ínfima produtividade, praticada essencialmente pela mão-de-obra recém instalada na área. Com o passar do tempo, o sertão passou a concentrar a produção de animais para o trabalho, e, principalmente, de alimentos e carne destinados ao consumo, tanto de seus moradores, como dos que residiam mais próximo do litoral.

A organização do espaço seguiu de acordo com os interesses dos grandes proprietários, que morando em Salvador ou Olinda conseguiam, via influência política, receber doações de terras que eram entregues aos cuidados dos vaqueiros de sua confiança. Os pequenos criadores, que administravam os próprios rebanhos, alugavam sítios dos grandes proprietários e, tão logo quanto podiam, também iam residir no litoral, deixando a fazenda nas mãos de subordinados. Ficavam no sertão somente aqueles que não conseguiam fazer fortuna.

Com a crise da cultura canavieira da segunda metade do século XVIII, houve de um lado, comprometimento da rentabilidade da pecuária — uma vez que esta dependia, em grande medida, da indústria canavieira. De outro, parte da mão-de-obra livre migrou para o sertão resultando no aumento do setor de subsistência. Assim, a crise econômica que atingiu a economia litorânea resultou em maior adensamento de habitantes no sertão que, mesmo tendo uma economia de mais baixa produtividade, disponibilizava maior oferta de alimentos (FURTADO, 1988).

Com o crescimento do número de habitantes, já no século XIX, as escassas regiões úmidas do sertão se tornaram saturadas e se mostraram insuficientes para minimizar os efeitos da seca. Conforme Vidal (1999), a lógica da colonização — que continuamente ampliava a penetração para o interior, atingindo localidades cada vez mais distantes e precárias no que tange aos recursos naturais —, expunha as pessoas, de modo cada vez mais intenso, aos efeitos das prolongadas estiagens.



### 3.2 A OCUPAÇÃO DA REGIÃO ECONÔMICA NORDESTE DA BAHIA

No que se refere à região Nordeste da Bahia, seu povoamento fundamentalmente derivou, além da necessidade de expansão dos espaços destinados à criação de bovinos, da ação da igreja católica em seu trabalho de catequese dos índios. A importância de tais processos emergiu da própria história de criação dos seus municípios, iniciada em séculos passados. Dentre os mais antigos, Itapicuru, Nova Soure e Ribeira do Pombal, fundados no século XVIII, e Tucano, no século XIX, tiveram o começo de seu povoamento ligado ao trabalho dos padres católicos, que fundavam missões e erigiam capelas. Os demais resultaram da exigência de maiores e mais distantes áreas para pastagens devido à ampliação dos rebanhos. Em menor escala, a busca de metais preciosos também favoreceu a ocupação da região, caso de Cícero Dantas e Queimadas. O primeiro, além de boas terras para expansão da pecuária, possuía metais preciosos; o segundo consistia em importante via de acesso para as localidades de onde se extraía ouro.

Antigas fazendas também se constituíram em motivo importante para a formação dos núcleos que resultaram nos municípios criados desde o século XVII até meados do século XX, incluindo Santa Brígida. Dos municípios datados dos anos 80 — entre os quais Novo Triunfo e Sítio do Quinto —, o motivo fundamental da criação foi o aumento do número de habitantes.

A história comum dos municípios da RNe revela particularidades bastante interessantes. Desse modo, não se pode tratar do povoamento e organização espacial da região sem abordar muito sucintamente, três personagens: Garcia d'Ávila, Antônio Conselheiro e Lampião.

Garcia d'Ávila foi essencial para o desbravamento do interior da Bahia; pois ao expandir as fronteiras de suas propriedades contribuiu para fixar colonizadores em diferentes porções do estado. Considerado o patriarca da pecuária baiana se preocupou em avançar pelos sertões, estabelecendo seus currais e expandindo suas propriedades em função da necessidade de aumentar as áreas de pastagens. Conforme Cid Teixeira (1978), essa postura fez dele a mais forte presença latifundiária na Capitania da Bahia.

Sua ação na região Nordeste da Bahia pode ser observada em boa parte do território atualmente compreendido pelos municípios de: Coronel João Sá, Jeremoabo, Glória, Monte Santo, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Rodelas e Uauá. Pelo poder político e a capacidade empreendedora que detinha, apesar dos inúmeros desmembramentos que os municípios sofreram ao longo do tempo, pode-se inferir a vasta influência dessa família na região, que incorporava áreas que hoje abrigam grande parte de toda a RNe.

Se a expansão da pecuária levou à intensificação da colonização nas regiões semi-áridas, o desbravamento do sertão ocorreu numa relação direta com a ampliação da criação de gado, de tal modo que as estradas de bois se tornaram importantes vias de comunicação e transporte. Ao longo delas foram florescendo novos vilarejos. Portanto, o desbravamento realizado por Garcia d'Ávila visando, sobretudo, a implantação de seus currais, contribuiu largamente para estabelecer os primeiros moradores (não índios) na região.

[...] *haverá quatro fogos, os três primeiros serão meus, o quarto eu entrego nas mãos do Bom Jesus* (ANTÔNIO CONSELHEIRO, 1844 apud, BELLO, 2003).

Antônio Conselheiro — certamente o mais conhecido personagem da história do nordeste baiano e, certamente, dos mais famosos da História da Bahia e do Brasil — se notabilizou por aglutinar pessoas a seu redor, através de pregações, chegando a formar uma comunidade de grandes proporções no final do século XIX. Antônio Francisco Mendes Maciel, o Conselheiro — nascido no Ceará, em 1830 —, foi um carismático líder religioso, que caminhou pelo sertão nordestino arrebanhando milhares de seguidores fiéis. Iniciou suas andanças pelo Nordeste em 1871, com a promessa de construir 25 igrejas. Afirmava "vou para onde me chamam os mal aventurados" (ANTONIO CONSELHEIRO, s/d apud CONSELHEIRO, 2003) e, assim, se embrenhou pelos sertões. Euclides da Cunha (1995), falou de Antônio Conselheiro como alguém na fronteira entre a loucura e a sanidade, um apóstolo desnordeado.

Em 1893, mais particularmente em junho, Conselheiro escolheu o local onde assentou seus seguidores. Era um povoado decadente — oriundo de uma fazenda de gado —, denominado Canudos, nas margens do rio Vaza-Barris e rodeado por imponentes morros. Lá chegando, o beato rebatizou o lugar como Belo Monte e iniciou a construção de uma comunidade sem polícia, impostos ou propriedade privada, regida por rigorosos padrões morais.

Há pessoas que afirmam que Canudos era, na verdade, uma cidade comum, fundada para que seus moradores pudessem viver em paz. Ocorreu que a pregação de Conselheiro contra a República, mais precisamente contra a separação entre a Igreja e o Estado, entre outras, irritaram as autoridades. Era previsível que não tardaria o confronto entre o povo de Conselheiro e as elites. Os próprios conselheiristas vislumbravam tal possibilidade, pois tão logo se estabeleceram em Belo Monte, cavaram trincheiras e praticaram exercícios de tiro.

O estopim do conflito entre Conselheiro e as tropas do Governo foi, porém, uma compra de madeira para a construção da Igreja Nova (ou Igreja do Bom Jesus), cujo pagamento feito previamente, não teve o produto entregue no prazo combinado. Com os boatos de que Conselheiro invadiria Juazeiro, a cidade entrou em pânico e solicitou reforço policial ao então governador Luís Viana.

Assim, em 1896, teve início a Guerra de Canudos que começou com uma expedição com 100 soldados, com três batalhas vencidas pelos canudenses, que culminaram com a morte do Coronel Moreira César “O Corta Cabeças”<sup>15</sup>. A quarta e última expedição, com 9.000 homens, terminou com a morte de Antonio Conselheiro e a destruição de Belo Monte (Canudos) em 5 de outubro de 1897, deixando um saldo de 7.000 mortos.

A Guerra de Canudos entrou para a História, não apenas da Bahia, mas do Brasil “[...] como o episódio mais controvertido e estarrecedor de nossa história” (BARROS, 2004).

Em 1969, o antigo arraial de Canudos foi submerso, pelas águas do açude Cocoróbó. Na área do conflito, que abrange 1.321 hectares, foi implantado o Parque Estadual de Canudos, com sítios históricos e arqueológicos, que visam resgatar e preservar essa história.

Já em relação ao cangaço, Darcy Ribeiro (1995), dentre as diferentes interpretações dadas a esse fenômeno, o apresentou como uma revolta decorrente do sistema senhorial latifundiário pastoril, em que os coronéis aliciavam jagunços, ou até bandos inteiros, quando havia disputa de terras. Personagens controvertidos, os cangaceiros eram, simultaneamente, temidos e admirados, sanguinários e tementes a Deus.

Principal personagem do cangaço, Lampião (Virgulino Ferreira da Silva) também marcou sua presença na RNe. Considerando todas as histórias e contradições sobre sua figura, o fato é que durante sua permanência no sertão baiano, muitas pessoas abandonaram ou foram obrigadas a abandonar suas casas em busca de locais mais seguros, de tal modo que alguns lugarejos ficaram praticamente desabitados, “inchando”, por outro lado, algumas cidades.

Oleone Coelho Fontes (1988) conta que a Bahia representava para Lampião a possibilidade de fugir da perseguição sofrida pela coligação de forças policiais dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Conhecendo o nordeste baiano, o Capitão Virgulino<sup>16</sup> sabia que a área era extensa, pouco povoada e, além disso, considerava

<sup>15</sup> Apelido dado ao coronel por sua atuação repressiva no movimento federalista do sul do Brasil (1893-95).

<sup>16</sup> Dentre as diversas lutas que empreendeu, está o confronto ocorrido em 1926 com a Coluna Prestes. Este embate, ocorrido no Ceará, foi patrocinado pelo Governo da República, após uma negociação que teve por intermediário o famoso Padre Cícero. Para combater a Coluna Prestes, além de armas, Lampião recebeu o título de Capitão dos Batalhões Patrióticos, ficando, a partir de então, conhecido como Capitão Lampião.

a polícia baiana despreparada e desaparelhada. Desse modo, acreditava que poderia fugir e reorganizar seu bando, que havia sido dispersado por força das severas investidas policiais ocorridas após seu ataque a Mossoró, então importante centro urbano do Rio Grande do Norte. Esse foi o principal motivo de sua fuga para a Bahia. Assim, em agosto de 1928, aos 31 anos de idade, chegou ao município de Glória, introduzindo o cangaço no estado.

[...] O cangaço já era conhecido desde 1834 e se referia a certos indivíduos que andavam armados, com chapéus de couro, carabinas, cartucheiras e longas facas enterradas batendo na coxa. Levavam as carabinas passadas pelos ombros, tal como boi no jugo, na canga. Daí decorreu a significação cangaço e dela derivando o vocábulo cangaceiro, para identificar aquele bandido do sertão nordestino, que andava fortemente armado [...] (NASCIMENTO, 2004).

Por quase um ano Lampião circulou em paz, andou por Euclides da Cunha (então, Cumbe) e Tucano, estabelecendo relacionamento amistoso com coronéis, fazendeiros e sertanejos comuns. No entanto, após o primeiro confronto com a polícia baiana, ocorrido no povoado de Massacará, Lampião se embrenhou pela caatinga. Em seguida recrutou novos cangaceiros, passando a realizar saques pelo caminho.

O relevo, o tipo de vegetação e a escassa densidade demográfica da RNe — especialmente a área do Raso da Catarina, muito usada por Lampião — propiciavam abrigo seguro a quem quisesse se ocultar e condições ideais para ações típicas de guerrilha. A extensa área desértica, cujos imensos e crescentes areais, e vegetação espinhosa, aliada à ausência de água, se constituía em barreira natural à penetração dos perseguidores.

Em sua permanência e até sua saída definitiva da Bahia, em 1934, o cangaceiro apesar de ter sofrido baixas em seu grupo, não enfrentou uma ação militar mais sistemática capaz de impedi-lo de agir. Durante todo o período, sempre evitando confrontos com as tropas do governo — as temíveis volantes — Lampião e seu bando percorreram os atuais municípios de Cipó, Tucano, Ribeira do Amparo, Cícero Dantas, Sítio do Quinto, Rodelas, Uauá, Macururé, Santaluz e Paripiranga.

Há em Sítio do Quinto, um interessante conjunto de grutas — afastadas da cidade cerca de 20 quilômetros, em área ainda não cercada (Fotos 1, 2 e 3) —, onde, segundo informações do Sr. Euclides Borges Santana, historiador e ensaísta local, Lampião se escondeu com seu bando, para escapar de seus perseguidores e de onde fugiu em direção de Alagoas.

Herói ou bandido sanguinário, a verdade é que Lampião se tornou um personagem cuja lembrança é tão marcante, que ainda é relativamente fácil encontrar ecos de sua passagem pelo nordeste da Bahia, inclusive em outros municípios além dos citados. Com certa frequência se ouve menção à presença de descendentes de algum dos jagunços, ou de

membros da volante. Parece importante, para os moradores de toda essa área, mostrar alguma referência direta ou indiretamente ligada a Lampião, com os que o acompanhavam, ou com os que o combatiam. Para tanto, contam-se histórias, buscam-se evidências daquele passado, mencionam-se parentescos, de modo a atestar a veracidade daquelas ocorrências. Em Santa Brígida, o Sr. Lindoaldo Alves de Oliveira, segundo prefeito do município, por exemplo, referiu parentesco duplamente próximo de um lado, com Maria Bonita — que teria nascido em uma fazenda em terras que atualmente pertencem a Santa Brígida —, a qual seria “prima carnal” de sua mãe. De outro, seu pai que também era “primo carnal” de José Miguel da Silva, marido de Maria Bonita, de quem ela foi levada por Lampião. Ainda existem, em Santa Brígida, segundo o referido Sr. Lindoaldo, remanescentes da família de José Miguel da Silva.

**Foto 1 – Sítio do Quinto – Gruta *Lampião***



Fonte: Foto da Autora.  
Visão parcial da entrada e área interna da gruta.

**Foto 2 – Sítio do Quinto – Gruta *Lampião***



Fonte: Foto da Autora, 18/02/02.  
Visão parcial do Salão. Segundo o Sr. Euclides Borges Santana, visto à direita, esse Salão tem capacidade para abrigar cerca de 40 pessoas.

**Foto 3 – Sítio do Quinto – Gruta *Maria Bonita***



Fonte: Foto da Autora.  
Visão parcial da área da gruta, sendo essa mais aberta que a anterior.

A relevância da menção a Garcia d'Ávila, Antonio Conselheiro e Lampião reside no fato de que cada um, a seu tempo, provocou acontecimentos de maior ou menor importância, no que se refere ao povoamento e distribuição espacial dos habitantes da RNe. Direta ou indiretamente, facilitaram o surgimento ou desaparecimento de localidades e povoados, por força da influência mística, política ou do medo exercidos sobre inúmeros indivíduos. Por outro lado, tais elementos permitem compreender um pouco o cenário onde estão localizadas as cidades objeto deste estudo.

Desse modo, a evolução das áreas povoadas ou não, urbanas ou não, no Nordeste baiano se associa ao cenário acima descrito, onde um território quase hostil foi lentamente sendo ocupado à base de atividades subsidiárias da principal atividade econômica colonial: a agricultura canavieira.

Leão (1989, p. 36-37) situou o início do processo baiano de urbanização, com a instituição do sistema de capitanias hereditárias, que propiciou o surgimento de núcleos povoados ao longo da costa. A seguir a autora ressaltou o papel urbanizador do Primeiro Governo Geral — instituído a partir da falência do sistema de capitanias —, que escolheu como sede a Capitania da Baía de Todos os Santos, por estar acéfala e por algumas outras características, entre as quais estava a de centralidade em relação às outras.

Nesse cenário, Salvador surgiu como metrópole brasileira do século XVII, com funções políticas, administrativas, religiosas, defensivas e com crescente importância portuária. As vilas, especialmente as costeiras, tinham uma posição hierárquica inferior, com sua importância definida pelo volume de população ou pelas funções que desempenhavam.

Aldeias e povoados, litorâneos ou interioranos, surgiram com funções educacionais e religiosas “[...] embora ao longo do tempo, a depender da localização geográfica, elas servissem de pouso para tropeiros e boiadeiros, como foi o caso de Ribeira do Pombal” (LEÃO, 1989, p. 65).

A catequese indígena empreendida pelas missões religiosas em todo Brasil, com especial destaque para os jesuítas, teve grande impacto urbanizador, inclusive na Bahia, pela necessidade de fixar e aglutinar os índios, organizando-os em aldeias “[...] com regime próprio de defesa e autoridade” (LEÃO, 1989, p. 43).

Vários processos levaram ao surgimento de outros núcleos habitados. O adensamento do litoral da Bahia foi propiciado pela agricultura da cana-de-açúcar. Mas, a criação de gado como atividade extensiva não proporcionou o surgimento de grandes núcleos, contudo, a necessidade de interiorização proporcionou abertura de vias de acesso e o surgimento de povoados nos locais que serviam de pouso durante os deslocamentos do gado.

Posteriormente, a descoberta de ouro em Jacobina provocou reforço de alguns desses pontos de pouso — a exemplo, entre outros, de Santa Brígida e da já citada Ribeira do Pombal —, pois serviam também a trabalhadores ou mascates que se deslocavam para região daquelas minas. Ainda assim, o sertão sempre foi escassamente povoado. Na verdade, Andrade (1984) informou que o termo sertão é uma corruptela dos termos deserto, desertão, mas não no sentido climático e sim no demográfico. No início da colonização, designava regiões não ocupadas pelos portugueses, fossem elas secas ou úmidas. No nordeste baiano, uma região sertaneja, a diversidade climática ainda é um dos fatores que incide, como sempre o fez, na distribuição espacial dos seus habitantes.

### 3.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO SEMI-ÁRIDO DA BAHIA

A economia desenvolvida no semi-árido baiano manteve ao longo do tempo um perfil essencialmente agropecuário. A maior parte da área da região é ainda hoje ocupada pelos cultivos tradicionais que são bastante resistentes à seca, tais como o milho, feijão, mandioca. A seguir, encontram-se os produtos industrializáveis: mamona, algodão e sisal. Em menor escala, mas também significativos para a região estão o café, arroz, laranja, tomate e cebola — os dois últimos com crescimento da produtividade decorrente do uso de novas técnicas de plantio e de irrigação. Pratica-se ainda a pecuária principalmente de bovinos e caprinos.

Existem também algumas "ilhas de modernidade", encontradas particularmente no Vale do Rio São Francisco, onde se desenvolve uma agricultura mais moderna, irrigada, com destaque para a fruticultura de alto valor unitário, como a da manga, uva e melão, destinados à exportação.

Uma análise mais recente da agricultura sertaneja identifica, ainda hoje, baixa produtividade e rendimento, bem como pequeno grau de adoção de novas técnicas, uso intenso de mão-de-obra familiar — com a terra sendo o meio de sobrevivência do agricultor e sua família — e uma extrema concentração de terras. Conforme a Companhia de Ação Regional (1995b), 75% das propriedades do semi-árido baiano têm área insuficiente para garantir o sustento do agricultor e de sua família; 60% delas possuem menos de 10 hectares e, aproximadamente, 13% tem entre 10 e 20ha. Em conjunto essas duas categorias somam 73% dos estabelecimentos da região e, no entanto, representam apenas 10% de sua área total. Considerando-se ainda, que o núcleo familiar rural tem, em média, 4,5 pessoas, mesmo propriedades com 30ha se mostraram insuficientes para atender às necessidades de

automanutenção da família do pequeno produtor.

Ao longo dos anos vem se delineando o seguinte quadro com relação ao uso da terra no sertão: (a) concentração da propriedade das terras úteis; (b) um número excessivo de pessoas ocupadas nos menores estratos de área; (c) grande vulnerabilidade ecológica (o baixo rendimento oriundo das reiteradas secas, levam ao inadequado uso do solo com decorrente esgotamento dos recursos naturais) e, de modo geral, (d) baixa produtividade. Estes elementos aliados à exigüidade de emprego em outros segmentos produtivos, acarretam a baixa (ou nenhuma) renda dos chefes de domicílio. Tais fatores impelem o sertanejo à migração, seja temporária ou definitiva, principalmente para as áreas urbanas próximas ou distantes. Porém, essa alternativa também não vem se mostrando bem sucedida: "[...] o migrante não é reconhecido como cidadão detentor de direitos, de relações de trabalho formalizadas e salários dignos" (COMPANHIA..., 1995a).

Esse é o panorama no qual se insere a RE Nordeste. Sua história econômica, como assinalado anteriormente, está intimamente relacionada à expansão e interiorização da pecuária, resultando na conquista de novos espaços, consolidados com a implantação de currais ou fazendas. Sem se constituir exceção no semi-árido, na RNe tal processo resultou numa estrutura fundiária bastante concentrada, marcada pela imprecisão nos limites das propriedades e "[...] transformada em instrumento de poder das oligarquias, que tinham e têm a região como palco de disputas internas e referência para ocupação de cargos públicos" (COMPANHIA..., 2000).

A demarcação oficial das propriedades, no entanto, só veio a ocorrer nos anos 1950, década em que a RNe, mesmo considerando as adversidades edafoclimáticas, se destacava produzindo um terço do milho e do feijão baianos. Além disso, o sisal, produto que apresenta grande adaptabilidade ao semi-árido, que já vinha sendo cultivado e beneficiado, se consolidou como elemento essencial da economia em sua porção sudoeste.

No mesmo período, anos 50 do século XX, além do sisal, no centro-oeste regional — que congrega os municípios de Uauá, Canudos, Euclides da Cunha e Monte Santo —, se consolidou a caprinocultura extensiva e, no centro-leste, a lavoura de grãos, principalmente milho e feijão. Às margens do São Francisco ao norte, centralizou-se a produção irrigada de cebola.

No entanto, apesar de o sisal ter representado uma importante atividade agrícola na época, responsável inclusive pela ocupação e desenvolvimento de alguns municípios — ainda que não se mencionem os aspectos menos favoráveis dessa atividade —, em poder das lideranças locais se concentrava a atividade mais segura e rentável: a pecuária, dominante nas



grandes propriedades. Ressalte-se que o gado pode ser deslocado nas épocas de seca ou ser, eventualmente, abatido precocemente, minimizando os prejuízos. Enquanto isso, a atividade agrícola, mais susceptível às intempéries climáticas — já que o produtor agrícola não tem como escapar às conseqüências da seca —, era basicamente desenvolvida nas pequenas propriedades.

De modo geral, na década de 90, a RNe se apresentou com terras predominantemente ocupadas por lavouras temporárias com maior destaque para os seguintes cultivos: feijão, milho, mandioca, sisal, cebola, amendoim, batatinha. Manga, maracujá e castanha de caju foram destaque ente as lavouras permanentes. Em termos estaduais, no que se refere ao montante da produção agrícola, alguns municípios se destacaram com os seguintes cultivos: castanha de caju, cebola, feijão, milho.

Na pecuária, o rebanho era relativamente significativo, seja por seu peso proporcional frente ao total do estado, seja pela importância que os rebanhos assumem no âmbito de alguns municípios, como a principal atividade econômica (COMPANHIA..., 2000). Destacam-se, em relação ao estado, os ovinos (29,6%), caprinos (18,11%), asininos (16,0%), suínos (11,6%), muares (6,5%), eqüinos (4,6%) e os bovinos (2,8%).

Neste ponto, cabem algumas considerações sobre a estrutura fundiária da região. Na RNe, como em todo o semi-árido de modo geral, identifica-se uma forte concentração da propriedade de terras, redundando na manutenção de uma estrutura econômica remanescente dos tempos da colonização, em que o excessivo percentual de minifúndios não representa ocupação significativa do espaço.

Há que se referir que os estabelecimentos caracterizados como minifúndios são normalmente cultivados por agricultores detentores de pouco ou nenhum recurso financeiro e sem acesso a financiamentos. Tais condições terminam por majorar a dependência de seus proprietários em relação às condições climáticas. Ademais, essa situação conduz, no semi-árido, à exploração excessiva da terra, por vezes, de forma inadequada, com pouco uso de tecnologia, resultando em baixos índices de produtividade.

Do ponto de vista econômico, as pequenas propriedades apresentam um perfil que poderia caracterizá-las como inviáveis. Contudo, os minifúndios têm sido considerados importantes na absorção de mão-de-obra para o total do semi-árido estadual. Conforme a CAR (1995b), baseada nos dados do Censo Agropecuário de 1985, a proporção de pessoas ocupadas em estabelecimentos com menos de 20ha já chegou a 94%.

Otamar de Carvalho (1988), no entanto, chamou a atenção para o fato de que nos pequenos estabelecimentos rurais do Nordeste acontece muito mais uma retenção da mão-de-

obra, do que uma absorção, dada a desestruturação do mercados de trabalho formado principalmente pelas lavouras algodoeiras e alimentares e pela pecuária.

Para o autor, essas atividades são desenvolvidas, preponderantemente, com baixos padrões tecnológicos e, devido a isso, exigem força de trabalho, em maior ou menor escala, conforme a fase do processo produtivo. Há, pois, uma sazonalidade na demanda por trabalhadores, levando os proprietários de terra do semi-árido, sejam os de maiores ou menores áreas, a usar tanto a contratação por assalariamento, a mecanização ou a parceria, segundo a fase do desenvolvimento da cultura. A agricultura de sequeiro do semi-árido, praticada em moldes tradicionais, aparenta oferecer maior possibilidade de trabalho assalariado, mas, o emprega apenas em fases específicas do ciclo produtivo. Nas demais fases, são os parceiros e moradores que atendem às necessidades de mão-de-obra, mediante uma remuneração incapaz de gerar excedente monetário.

Aliando-se a sazonalidade do emprego rural às constantes secas — de acordo com a SUDENE, entre 1979 e 1998, ocorreram quatro grandes secas<sup>17</sup> —, ampliou-se a busca por empregos não-agrícolas e a migração para as áreas urbanas ou não, que acenem com alguma possibilidade de emprego e renda. Uma das alternativas poderia ser o emprego industrial, no entanto, as indústrias da região (342) se concentram em 29 dos 47 municípios do Nordeste da Bahia, caracterizando-se por serem, em sua maioria, de pequeno porte e tradicionais tais como, indústrias de construção, de produtos alimentares, minerais não metálicos, têxtil e de madeira.

Constituem-se exceções a esse panorama, a CAJUBA, em Nova Soure, que fabrica suco de frutas para o mercado interno e para exportação, e a mina de ouro de Teofilândia, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce. Em termos do valor da produção, sobressaem as empresas de extração e tratamento de metais preciosos localizadas em Araci, Santaluz e Teofilândia. Estas se caracterizam pela geração de empregos formais e, apesar de sua produção se destinar a mercados extra-regionais ou extranacionais, não têm apresentado efeitos multiplicadores regionais significativos.

Observe-se, portanto, que o panorama econômico descrito até aqui, configura uma situação de grave pobreza da maior parte dos habitantes. Conforme dados do Governo Federal, eram vinte e quatro os municípios da região Nordeste inclusos no Programa

<sup>17</sup> De acordo com informações atribuídas à SUDENE, entre 1979 e 1984 ocorreu uma das maiores secas do século, ocasionando a morte de cerca de 3,5 milhões de pessoas, principalmente crianças, por fome e desnutrição e doenças associadas a ela. A seguir vieram as secas de 1993/94, quando quase dois milhões de trabalhadores rurais perderam suas lavouras e foram alistados nas frentes de trabalho; a de 1998, que se prolongou a 1999, com graves repercussões, atingindo duramente, cerca de cinco milhões de pessoas, e a de 2001, praticamente um prolongamento da de 1998-1999, que coincidiu com uma crise nacional de escassez de energia elétrica. (PERNAMBUCO, 2003)

Comunidade Solidária entre 1995 e 1996. Nestes, havia mais de 59.000 famílias abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda insuficiente para sua subsistência. Em tais municípios, a taxa de indigência variava entre 44% e 62%, aproximadamente.

É, portanto, nesse quadro de baixo desenvolvimento socioeconômico, em área escassamente povoada, comparativamente às áreas litorâneas, e sujeita a altos riscos de seca, que se inserem, os municípios de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, apresentados no Capítulo 4, a seguir, principalmente a partir de dados quantitativos socioeconômicos e demográficos.

#### **4 NOVO TRIUNFO, SANTA BRÍGIDA E SÍTIO DO QUINTO: CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

Na análise da Região Econômica Nordeste da Bahia (RNe) — cuja localização, no Estado, pode ser vista na Figura 1 —, se verifica que essa se encontra muito afastada de qualquer dos pólos de desenvolvimento social e econômico do Estado, a exemplo da fruticultura irrigada praticada na RE Baixo Médio São Francisco; a soja, produzida quase inteiramente para exportação na RE Oeste; o cacau, e os empreendimentos de celulose nas Regiões Econômicas Sul e Extremo Sul, também voltados para o mercado externo, sem esquecer o Pólo Petroquímico de Camaçari e o grande desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de Salvador, sem paralelo no resto do Estado. Por tudo isso, se depreende que as rotas de desenvolvimento econômico da Bahia passam ao largo da RNe.

Internamente à região, há um importante empreendimento sisaleiro, no município de Valente, gerando empregos industriais, com grande parte de sua produção voltada para o mercado externo. Há, em Barrocas, uma mineração de ouro, já referida mas não se tem notícia do número de empregos gerados ou mantidos por ela na área e, a bem da verdade, a presença dessa mineradora é praticamente imperceptível em termos de impacto socioeconômico local. Deve-se mencionar que tais atividades estão sendo desenvolvidas na área meridional, da região, sendo que aí também estão localizadas algumas de suas cidades mais importantes, como Serrinha e Conceição do Coité, cidades polarizadas por Feira de Santana e pela Região Metropolitana da Salvador.

Às margens do Rio São Francisco, no nordeste da RNe e distando de Novo Triunfo ou Sítio do Quinto cerca de 100 quilômetros e de Santa Brígida menos de 50 km, Paulo Afonso é de longe seu município mais importante e populoso, estando entre os principais municípios baianos. A instalação do complexo hidroelétrico do São Francisco gerando e distribuindo energia elétrica para uma boa parte do Nordeste Brasileiro, assim como sua localização em local de passagem, quase obrigatória, para os que demandam as demais capitais nordestinas, permitiu a Paulo Afonso um grau de desenvolvimento sem comparação na região.

Com cerca de 96.500 habitantes, em 2000, dos quais mais de 85% se concentrava na área urbana, ocupou, também em 2000, a 14ª posição na ordem de classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em colaboração com a Fundação João Pinheiro - FJP, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (IPEA, FJP, PNUD, 2002) e a 12ª colocação na ordem

de classificação do Índice de Desenvolvimento Social - IDS calculado pela SEI (2002). Todavia, as atividades de produção e distribuição de energia, ainda que tenham contribuído para a grande concentração de residentes e o alto grau de urbanização, não geraram uma espiral de empregos e renda que ultrapassassem os muros da usina. Paulo Afonso se constitui, assim, num enclave na região e, ainda que atenda aos municípios mais próximos, com sua ampla variedade de serviços, sua riqueza não transborda seus limites.

Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto — cujas sedes constituem o cerne deste trabalho — estão, assim, situados em área social e economicamente deprimida, a uma razoável distância daquelas mais dinâmicas, não diferindo do panorama de pobreza e carências características do semi-árido brasileiro. As três municipalidades, como se descreve adiante, têm em comum o fato de serem, territorial e demograficamente pequenas e terem se constituído jurídica e administrativamente na segunda metade do século XX — Santa Brígida, mais antiga, em 1962 e as demais em 1989 —, não tendo qualquer delas, portanto, uma história muito longa. Na Figura 2 se vê sua localização na RNe.

#### 4.1 NOVO TRIUNFO

Situado a 360 km de Salvador, limita-se ao norte com Sítio do Quinto, ao sul com Cícero Dantas, a oeste com Euclides da Cunha e Jeremoabo e a leste com Antas, do qual foi desmembrado pela Lei Estadual nº 4846, de 24 de fevereiro de 1989, data que marcou também a criação de outros 16 municípios, em um conjunto de 48 emancipados naquele ano. (Figura 5).

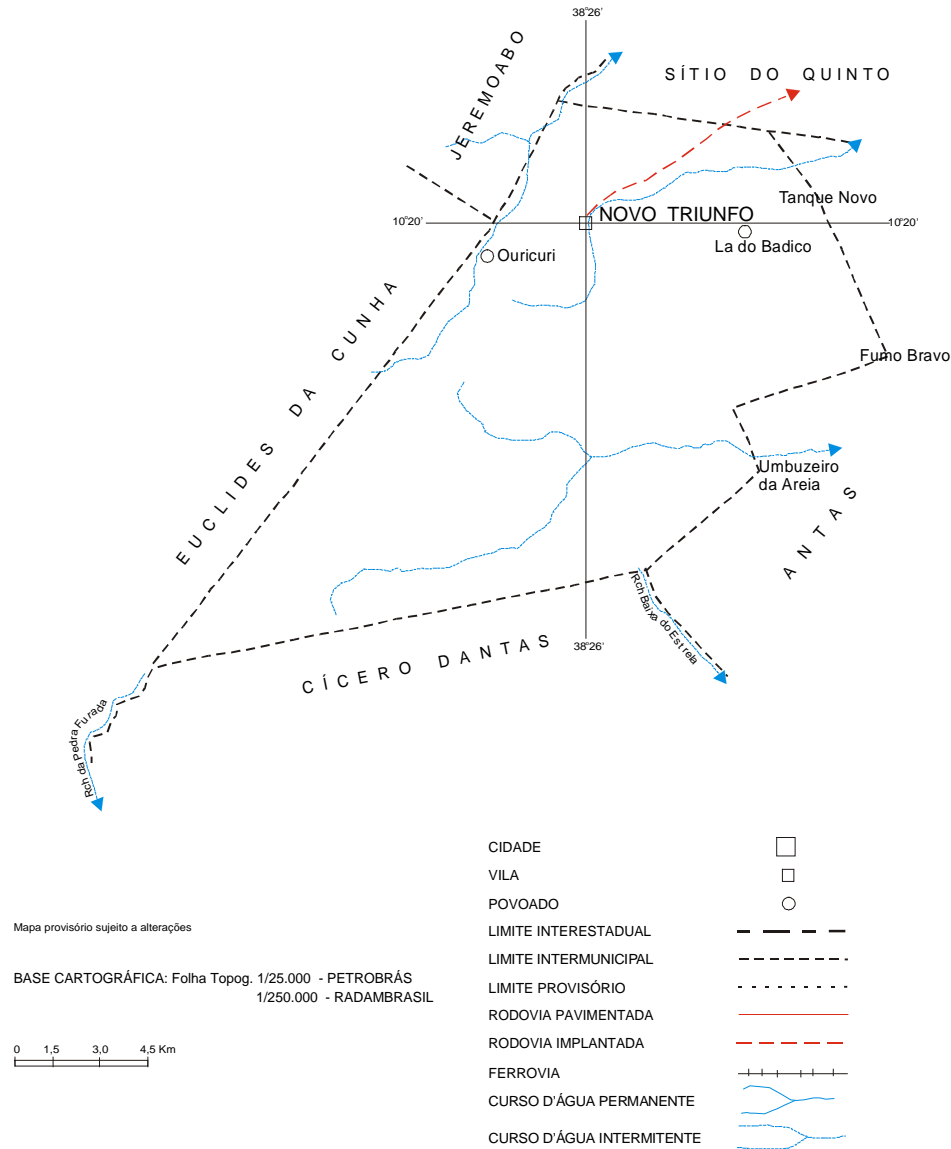
Segundo a publicação *Informações Básicas dos Municípios Baianos (CENTRO...*, 1994, p. 559), seu tipo climático vai de semi-árido e seco a sub-úmido, com temperatura média anual variando entre 19,5°C (mínima) a 27,9°C (máxima), e pluviosidade média anual entre 600 mm e 1.000 mm, estando sujeito a alto risco de seca.

O desmembramento de Novo Triunfo, pequeno aglomerado então conhecido como Guloso, e a conseqüente elevação à condição de cidade teve por motivação uma decisão política baseada no argumento da importância numérica de seus moradores e, desse modo, a necessidade de sua autodeterminação política e econômica. A história pregressa da localidade apresenta algumas pequenas variações de acordo com quem a conta, mas parece haver concordância sobre tal denominação ter se originado da presença de certo homem, muito comilão, que se estabeleceu próximo de uma nação<sup>18</sup>, também conhecida como “Tanque do Guloso” (Foto 7). Ali, o mesmo se ocupava de um matadouro, cujas atividades atraíram

<sup>18</sup> “Nação”: denominação que os habitantes locais dão a um espelho d’água, formado, possivelmente, por uma nascente.

compradores e vendedores e, posteriormente, novos moradores, já que era passagem obrigatória para as feiras que se realizavam no Ouricuri — povoado hoje pertencente a Novo Triunfo —, e em Antas, cidade sede do município ao qual pertenciam todas aquelas terras. Com os trâmites da emancipação, o lugar começou por se denominar Triunfo de Antas, passando a Novo Triunfo, uma vez que já existia um município com o nome de Triunfo em Pernambuco.

**Figura 5 – Município de Novo Triunfo: Localização**



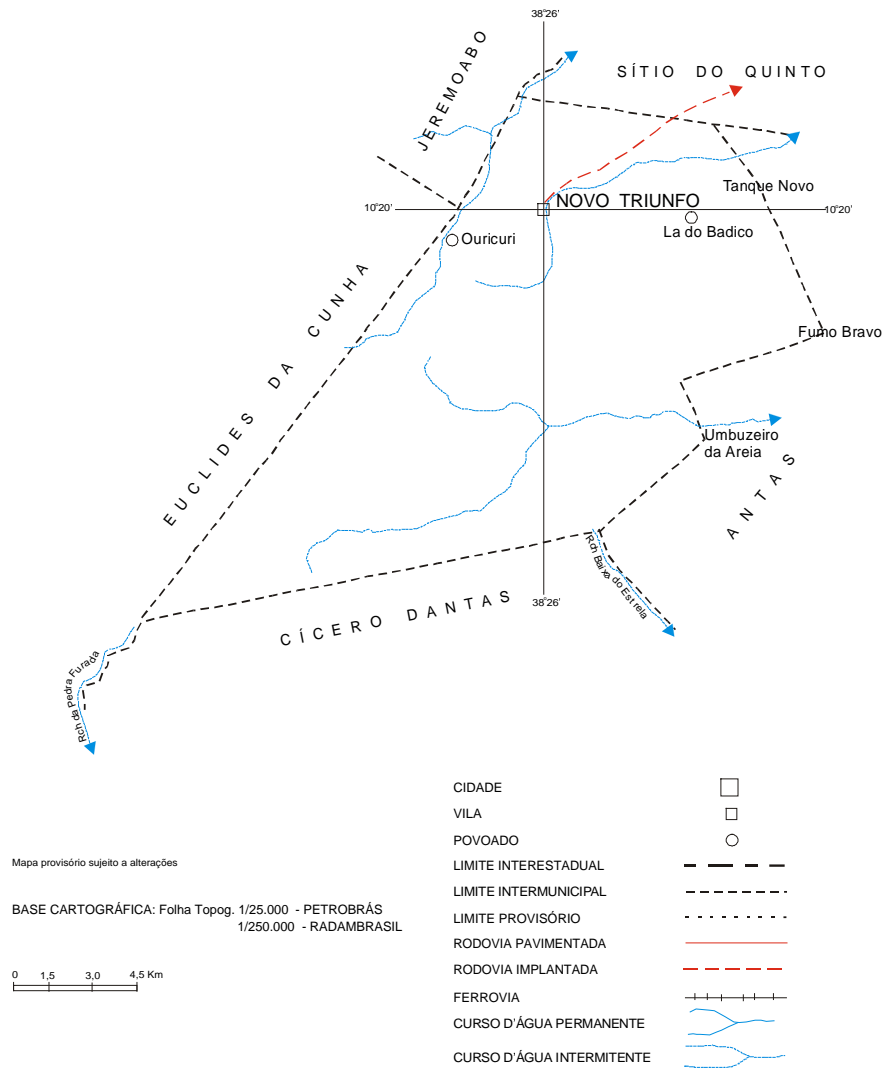
Fonte: CENTRO..., 1994.

Há ainda, na história de Novo Triunfo, a presença do Sr. Antônio Guerra, que se tornou uma importante liderança política local, por articular e incentivar o processo de emancipação e criação do município, o que levou outras autoridades locais a homenageá-lo, dando seu nome a uma praça.

## 4.2 SANTA BRÍGIDA

Dos municípios cujas sedes foram escolhidas para análise nesse trabalho, Santa Brígida (Figura 6) é o de emancipação mais precoce. Sua história tem origem, lá pelo século XIX, em uma antiga fazenda denominada Santa Brígida, que levou esse nome tanto pelo costume de se dar nomes de santos às localidades — fossem propriedades ou acidentes geográficos — como pelo fato de Brígida ser o nome da esposa do proprietário. Essa fazenda foi, por longo tempo, pouso de boiadeiros e mascates o que levou ao surgimento, em suas terras, de um pequeno aglomerado de casas.

**Figura 6 Município de Santa Brígida: Localização**



Fonte: CENTRO..., 1994.

Em 1942, ali chegou e se estabeleceu um beato — Pedro Batista da Silva —, acompanhado de um grupo de fiéis seguidores. Sua presença austera e pregações religiosas fizeram dele não apenas um líder religioso, mas também político. Seu estilo, segundo alguns,

lembrava o de Antonio Conselheiro, o que, por isso mesmo, causou certo temor nas autoridades estaduais, de que os eventos de Canudos pudessem se repetir. Inúmeras outras famílias foram atraídas pelas pregações do beato, provocando maior dinamismo e crescimento do povoado o que, posteriormente, ajudou o próprio Pedro Batista a promover sua emancipação.

Santa Brígida se localiza a 424 km de Salvador e se limita ao norte com Paulo Afonso; ao sul com Pedro Alexandre; a leste com o Estado de Sergipe e a oeste-sudoeste com Jeremoabo, do qual foi desmembrado em 27/07/1962, pela Lei Estadual 1757. Registra temperaturas médias anuais variando entre 29,1°C (máxima) e 20,5°C (mínima); possui clima semi-árido, sujeito a altos riscos de seca, com pluviosidade anual variando entre 1.148mm (máxima) e 142mm (mínima) (CENTRO..., 1994, p. 77).

### 4.3 SÍTIO DO QUINTO

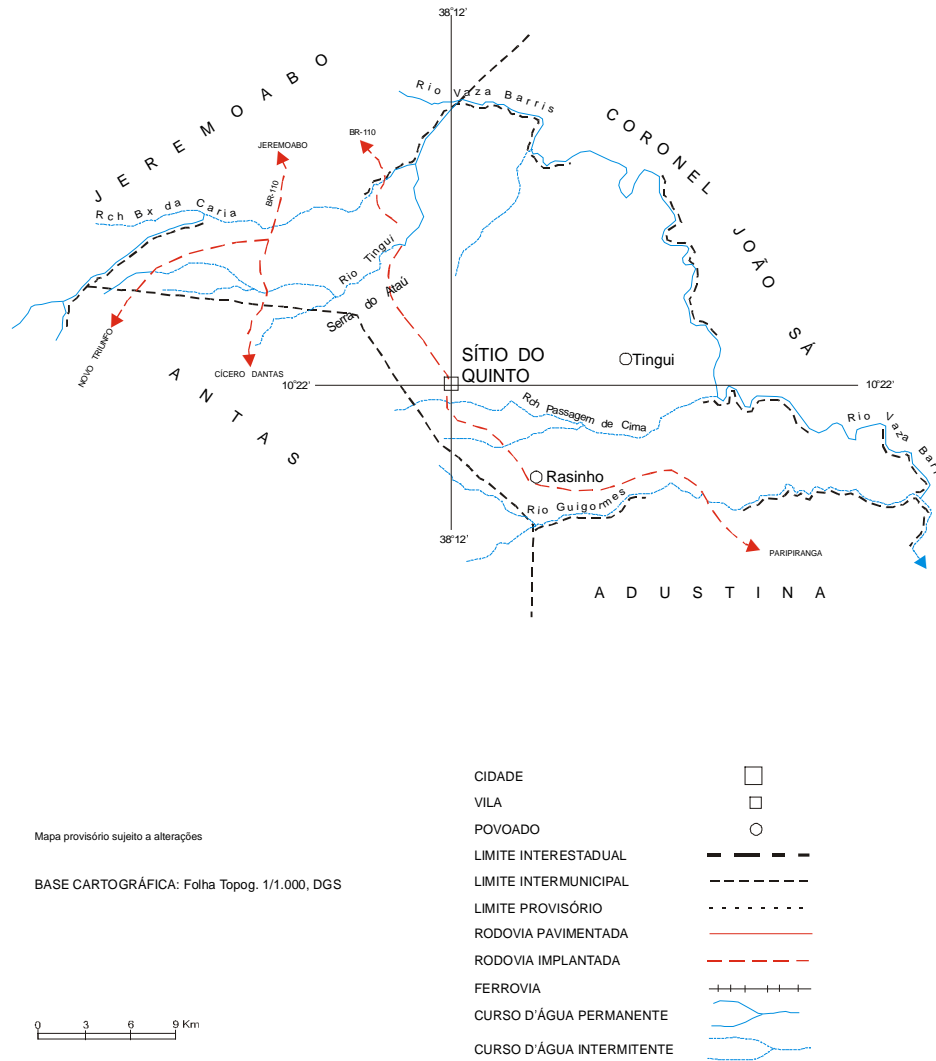
Limita-se a norte-nordeste, através do Rio Vaza Barris, com Coronel João Sá, a ao sul com Ajustina, a sudoeste com Antas e a oeste com Jeremoabo, do qual também foi desmembrado, em meio ao conjunto de municípios criados em 1989, pela Lei Estadual nº 5001, de 13 de junho daquele ano (Figura 7). Distante 405 km de Salvador, possui clima semi-árido e, como os antecedentes, também está sujeito a altos riscos de seca, com temperatura média anual de 27,9°C (máxima) e 19,5°C (mínima) e pluviosidade média variando entre 600mm e 800mm anuais (CENTRO..., 1994, p. 859).

Sítio do Quinto também foi elevado à condição de município sob o argumento da relevância de seu porte demográfico, que justificaria sua independência. Sua história, contada pelo Sr, Euclides Borges Santana, mencionado anteriormente, está ligada à de um ex-escravo, chamado Quinto, que teria pertencido ao Coronel João Sá, outro líder político dessa parte da RNe, cujo nome foi atribuído a um município vizinho.

Quinto, com cerca de 40 anos de idade, se estabeleceu em uma área de “raso”, ou seja, local de terras consideradas inaproveitáveis e ali começou um pequeno plantio de leguminosas e árvores frutíferas, passando a vender parte de sua produção e fazendo anualmente a festa de Santo Antônio, seu santo de devoção. Posteriormente, montou uma “bodega” onde passou a comercializar gás de candeeiro, rapadura, fumo de rolo, jabá, sal de cozinha e outras utilidades da época. Sua propriedade, em local de passagem para quem ia à feira de Jeremoabo, se tornou conhecida, pois havia a expressão “comprar no sítio do Quinto”. Em 1917, foi criado o povoado de Sítio do Quinto, em área que abrangia a propriedade de Quinto, ganhando, em 1954 o título de Primeiro Distrito de Jeremoabo, do qual só se desmembrou em 1989.



**Figura 7 – Município de Sítio do Quinto: Localização**



Fonte: CENTRO..., 1994.

É interessante mencionar de passagem, que há informações de que o Coronel João Sá seria filho de Cícero Dantas — outro político da área que teve seu nome atribuído a um município — portador do título nobiliárquico de Barão de Geremoabo, de onde se originou a denominação de Jeremoabo — agora iniciada com J —, dada ao município do qual Sítio do Quinto se emancipou.

#### 4.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

Iniciando pelos aspectos mais gerais, pode-se observar (Tabela 2), que os três municípios são territorialmente pouco extensos, pois relativamente à área da RNe, em conjunto, mal ocuparam 3% dela. Em termos populacionais possuíam menos de 20 mil habitantes cada um em 2000, sendo que, individualmente, nenhum deles alcançou 1,5% da população total da região e, em conjunto, foram pouco além dos 4%.

**Tabela 2 – População, área e densidade demográfica de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e da RE Nordeste da Bahia e proporção de área e da população sobre a RE Nordeste da Bahia – 2000**

Municípios	Área		População		Densidade hab./Km <sup>2</sup>
	Km <sup>2</sup>	%	No. de habitantes	%	
Novo Triunfo	139	0,25	13.599	1,16	97,83
Santa Brígida	849	1,52	16.903	1,44	19,91
Sítio do Quinto	669	1,19	17.031	1,45	25,46
<b>Total</b>	<b>1.657</b>	<b>2,96</b>	<b>47.533</b>	<b>4,05</b>	<b>28,69</b>
<b>Total RNe</b>	<b>56022</b>	<b>100,00</b>	<b>1.176.201</b>	<b>100,00</b>	<b>21,00</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Site Cidade@.

Quanto à densidade demográfica, Sítio do Quinto registrou maior densidade que a RNe, enquanto a de Santa Brígida foi menor. Surpreendentemente, Novo Triunfo, por ter um território muito pequeno, mesmo com exíguo número de residentes, registrou 97,83 habitantes por km<sup>2</sup>, mais de quatro vezes superior à média regional. Esse dado revela a fragilidade do uso da densidade demográfica, ainda que associada a outras características e indicadores, como elemento de determinação ou identificação de uma área urbana. A densidade demográfica — população total dividida pela área total do município — não se refere especificamente à área do aglomerado ou distrito sede, o que seria não apenas desejável, mas necessário para se estabelecer comparabilidade apenas entre áreas de aglomerados sem a inclusão de áreas não adensadas e mesmo de atividades agrícolas, como é o caso.

Nas Tabelas 3, 4 e 5, a seguir, se podem comparar os três municípios, quanto aos aspectos do crescimento demográfico total e por área de domicílio registrados nos censos de 1980 a 2000. Em 1980, nenhum dos três contava com 10 mil habitantes totais.

A Tabela 3, organizada por ordem decrescente da taxa de crescimento, no período 1991-2000, mostra, além das populações registradas nos três censos, o surpreendente ritmo de crescimento demográfico verificado nos dois períodos intercensitários. Novo Triunfo, em 11 anos (1980-1991), quase duplicou seus habitantes, crescendo a 5,32% ao ano enquanto Santa Brígida e Sítio do Quinto também registraram taxas de crescimento bastante altas e sugestivas de imigração já que estão bastante acima do crescimento vegetativo estimado para a Bahia, no período, que foi de 2,2% ao ano, conforme explica a Nota 7. Entre 1991-2000, Santa Brígida e Novo Triunfo registraram declínio nos ritmos de crescimento, mas mesmo assim continuaram a crescer a taxas sugestivas de imigração líquida, considerando que o crescimento vegetativo estimado para a Bahia nesse segundo período foi de 1,35% a.a. Sítio do Quinto, surpreendentemente, acelerou seu crescimento, inclusive ultrapassando o montante de população de Santa Brígida que, até 1991, era o mais populoso dos três.

**Tabela 3 – População total e taxas de crescimento de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, por ordem decrescente das taxas de crescimento 1991-2000 e população total e taxas de crescimento da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000**

Municípios	População total			Taxa de Crescimento (a.a.%)	
	1980 <sup>1</sup>	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sítio do Quinto <sup>2</sup>	8.856	12.050	17.031	2,84	3,92
Santa Brígida	9.269	13.290	16.903	3,33	2,71
Novo Triunfo <sup>2</sup>	6.268	11.080	13.599	5,32	2,30
<b>Total</b>	<b>24.393</b>	<b>36.420</b>	<b>47.533</b>	<b>3,71</b>	<b>3,00</b>
<b>Total RNe</b>	<b>880.833</b>	<b>1.098.935</b>	<b>1.176.201</b>	<b>2,03</b>	<b>0,76</b>

Fonte. IBGE. Censo Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

<sup>1</sup> A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para esses novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

<sup>2</sup> Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

Observe-se que de acordo com os trabalhos publicados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2000a 2002 e 2003), as taxas encontradas, indicativas de crescimento por imigração, são notáveis para localidades do semi-árido, região cuja exposição ao fenômeno da seca, afeta negativamente as condições de sobrevivência na área, expulsando com frequência, levas de moradores para outras áreas do Estado ou do país. Além dessas características, especificamente nesses municípios não se tem notícia de existência de atividades propulsoras de maior dinamismo econômico. O ritmo de crescimento demográfico registrado nesses municípios, portanto, diferiu bastante do registrado pela RNe e pela Bahia, que entre 1980-1991 cresceram a taxas que não evidenciam perdas ou ganhos líquidos significativos: 2,03% a.a., RNe e 2,09% a.a., Bahia. Entre 1991-2000 ambos registraram queda nos ritmos de crescimento — 0,79% a.a., RNe e 1,08% a.a, Bahia —, sugerindo crescimento com perdas demográficas líquidas (DIAS, 2003, p. 122).

A análise do crescimento das populações urbanas e rurais vai evidenciar a mais dinâmica, ou em outros termos, qual a que mais se apropriou dos ganhos demográficos em cada município. Vale ressaltar aqui, que o crescimento por imigração, em geral, sugere a existência de processos econômicos dinâmicos, que funcionam como atrativos para trabalhadores em busca de oportunidades de obtenção de renda. Todavia, como já mencionado antes, não há em qualquer deles, ou em municípios adjacentes, registro da existência ou da implantação próxima, de projetos econômicos que atraiam população, o que não permite levantar explicações para um ritmo de crescimento que durante 20 anos, mesmo em declínio, sugere a chegada constante de novos habitantes.

No caso dos residentes rurais desses municípios, a primeira observação é sua grande proporção frente aos respectivos contingentes totais. Em Novo Triunfo, o Censo 2000

registrou mais de 60% de moradores rurais. Em Santa Brígida essa proporção se elevou a cerca de 74% e, em Sítio do Quinto, chegou a 78,5% do total.

Relativamente ao crescimento médio anual rural (Tabela 4), os dados de Santa Brígida — únicos perfeitamente comparáveis entre um censo e outro<sup>19</sup> —, demonstraram crescimento a taxas sugestivas de imigração líquida, em ambos os períodos intercensitários, ainda que com declínio no ritmo de crescimento.

**Tabela 4 – População rural e taxas de crescimento de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, por ordem decrescente das taxas de crescimento 1991-2000 e população rural e taxas de crescimento da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000**

Municípios	População rural			Taxa de Crescimento (a.a.%)	
	1980 <sup>1</sup>	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sítio do Quinto <sup>2</sup>	8.086	9.903	13.369	1,86	3,39
Santa Brígida	7.249	10.450	12.495	3,38	2,01
Novo Triunfo <sup>2</sup>	6.268	8.682	8.352	3,01	-0,43
<b>Total</b>	<b>21.603</b>	<b>29.035</b>	<b>34.216</b>	<b>2,72</b>	<b>1,84</b>
<b>Total RNe</b>	<b>648.308</b>	<b>729.647</b>	<b>688.261</b>	<b>1,08</b>	<b>-0,65</b>

Fonte. IBGE. Censo Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

<sup>1</sup> A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para esses novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

<sup>2</sup> Município criado após 1980 e que sofreu algum tipo de alteração na área urbana, após 1996.

Entre 1980-1991, Sítio do Quinto cresceu a uma taxa que sugere não ter havido perdas ou ganhos migratórios significativos, o que de per si já seria relevante para uma população rural de um município do semi-árido. No período 1991-2000, ainda que perdendo área e população rural em favor da urbana conforme a Nota 15, o município registrou aumento no ritmo de crescimento demográfico rural, sugestivo de forte imigração e bastante divergente das tendências observadas, tanto em relação à Bahia, quanto à RNe, que de modo geral acompanha as características de crescimento do Estado. Também nesse caso tal fato não parece associado a uma dinâmica econômica, capaz de alimentá-lo por tanto tempo, pois como se poderá constatar adiante, Sítio do Quinto, apesar de ser bom produtor de feijão, vive da lavoura e criação de animais, conduzidas em moldes tradicionais, assim como a grande maioria dos municípios da Bahia e do semi-árido em geral, incluindo Novo Triunfo e Santa Brígida.

Novo Triunfo registrou crescimento da população rural compatível com imigração

<sup>19</sup> Além dos ajustes mencionados, efetuados pelas tabelas de comparatividade do IBGE, para os municípios criados ou que sofreram desmembramentos, após o censo de 1980, é necessário atentar para o fato de que, após 1996, foram realizadas alterações nas áreas urbanas em detrimento das rurais, em todo o Brasil, que no caso da Bahia, atingiu cerca de 62% dos municípios baianos, inviabilizando, para esses, as comparações entre as taxas de crescimento registradas pelo Censo 2000 e as anteriores. Entre os municípios baianos que sofreram tais alterações se incluem Novo Triunfo e Sítio do Quinto.

entre 1980-1991, mas as alterações de limites efetuadas entre áreas urbanas e rurais, não permitem mensurar a contribuição dessas alterações sobre o crescimento negativo observado no segundo período (Tabela 4).

Como os três municípios registraram crescimento da população total por imigração, especialmente no caso de Novo Triunfo, que perdeu população rural em termos absolutos — inclusive com o auxílio dos ajustes mencionados e inclusive por conta deles — esse ganho nos três casos foi amplamente apropriado pelas áreas urbanas.

À guisa de informação suplementar, vale mencionar que enquanto entre 1980-1991 os municípios em foco cresciam na zona rural por imigração — ou pelo menos sem perdas ou ganhos significativos, como no caso de Sítio do Quinto —, a Bahia e a RNe eram perdedores líquidos de migrantes, com taxa de 0,11% a.a e 1,08% a.a., respectivamente. No segundo período intercensitário, levando-se em conta, ainda, o peso das mencionadas alterações urbano-rurais, Bahia e RNe registraram crescimento negativo: -1,34% a.a. e -0,65% a.a. respectivamente. Entretanto, de uma forma ou outra, a queda da participação da população rural na total, não vem ocorrendo apenas na Bahia, mas é parte de um processo mais geral que, segundo Santos e Silveira (2004), nos últimos anos recebeu a contribuição da mecanização e, posteriormente da cientifização do mundo rural.

Note-se que a Bahia — que detém a maior população rural do Brasil —, registrou maioria de residentes em área urbana (59,12%), apenas a partir do Censo de 1991. Contudo, tal desempenho recebeu a valiosa contribuição dos desmembramentos ocorridos nos anos 80 do século XX, criando assim inúmeros municípios cuja sede é, por definição, uma cidade e, portanto, área urbana. Foi assim, que entre 1980-1991 a taxa de crescimento médio anual da população urbana baiana foi de 3,79% a.a., taxa, essa, indicativa de imigração líquida, mas que resultou, em grande medida, da urbanização por alteração de limites e da criação de vilas e cidades. Entre 1991-2000, e apesar de se terem alterado os limites urbanos em detrimento dos rurais, a taxa encontrada foi de 2,51% a.a., que embora menor que a do período anterior — o que pode estar sinalizando para uma estabilização do crescimento urbano —, ainda assim é bastante alta.

Do mesmo modo, acompanhando os processos baianos, a RNe também registrou forte crescimento urbano nos dois períodos: 4,79% a.a. entre 1980-1991 e 3,14% a.a. no seguinte, mas só em 2000 registrou maioria de residentes urbanos. Ainda que bastante altas, o significado dessas taxas — que apesar de tudo se revelaram decrescentes —, não pode ser alcançado em razão dos processos político-administrativos envolvidos. Tais processos, ainda que em muitos casos apenas tenham reconhecido e regularizado uma situação de fato,

obscureceram e dificultaram o conhecimento dos processos migratórios rurais-urbanos, além de impossibilitar a comparabilidade com anos anteriores, em todos os municípios onde ocorreram.

Em relação aos municípios em foco, vê-se que, do mesmo modo que o Estado e a região a que pertencem, apresentaram significativo crescimento de residentes urbanos (Tabela 5). Aqui é preciso observar que a localidade de Guloso, transformado em sede municipal de Novo Triunfo, só teve sua população computada como urbana a partir do Censo de 1991, não se registrando população urbana para ele, no ano de 1980. Por esse motivo, o cálculo de crescimento do período 1980-91, ficou impossibilitado, dado que o território desmembrado era inteiramente parte da área rural de Antas. A localidade de Guloso, elevada então à categoria de cidade, até a data de emancipação, não gozava ao menos do *status* de povoado rural. Já o estrondoso crescimento, registrado entre 1991-2000 — embora inclua a chegada de um contingente de novos residentes atraídos pelas melhorias advindas da condição de área emancipada — perdeu parte de seu significado, pois se deve, em certa medida, ao fato de que teve uma porção de sua área rural adicionada à urbana, não sendo possível, saber quantos moradores foram urbanizados desse modo.

**Tabela 5 – População urbana e taxas de crescimento de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto por ordem decrescente das taxas de crescimento 1991-2000 e população urbana e taxas de crescimento da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000**

Município	População urbana			Taxa de Crescimento (a.a.%)	
	1980 <sup>1</sup>	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Novo Triunfo <sup>2</sup>	-	2.398	5.247	-	9,09
Sítio do Quinto <sup>2</sup>	770	2.147	2.662	9,77	6,11
Santa Brígida	2.020	2.840	4.408	3,15	5,01
<b>Total</b>	<b>2.790</b>	<b>7.385</b>	<b>12.317</b>	<b>9,25</b>	<b>5,85</b>
<b>Total RNe</b>	<b>232.525</b>	<b>369.288</b>	<b>487.940</b>	<b>4,29</b>	<b>3,14</b>

Fonte. IBGE. Censo Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

<sup>1</sup> A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para esses novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

<sup>2</sup> Município criado após 1980 e que sofreu algum tipo de alteração na área urbana, após 1996.

Sítio do Quinto registrou fortíssimo ritmo de crescimento urbano tanto entre 1980-1991, quanto entre 1991-2000. Como o município não existia em 1980, a velocidade do crescimento urbano detectado, no primeiro período, assim como em Novo Triunfo, possivelmente se deva a um maior interesse de residentes rurais se deslocarem para a sede, visando acesso às melhorias urbanas decorrentes do novo *status*. No segundo período, o distrito sede registrou taxa de crescimento menor que a anterior, apesar de ter sido favorecido

pelas citadas alterações de limites urbano-rurais (Tabela 5).

É válido que se mencione aqui, que tanto em Sítio do Quinto como em Novo Triunfo, vários dos entrevistados relataram o quanto as respectivas cidades haviam crescido e melhorado após a emancipação do município, principalmente pelo crescimento do comércio e dos serviços, corroborando o significativo crescimento urbano. Entretanto, o fato de crescer a taxas decrescentes sugere que a atração da sede de Sítio do Quinto sobre os residentes rurais, está perdendo força.

Santa Brígida — que não sofreu qualquer processo de urbanização por alteração de limites — também registrou altos ritmos de crescimento urbano, nos dois períodos intercensitários, sugestivos de forte imigração e, surpreendentemente, em alta. Maior taxa de crescimento urbano no segundo período que no primeiro.

Em comum, esses municípios têm o fato de suas pequeníssimas populações urbanas — apenas uma tem mais que 5.000 habitantes — corresponderem exatamente à de seus distritos-sede. Outra característica comum entre eles é que a maior parte de seus residentes não se encontrava, até 2000, na área dita urbana, (Tabela 6). Vale lembrar, novamente, que também os dados dessa tabela, pelos motivos já expostos, não representam a evolução do processo de urbanização de Novo Triunfo ou Sítio do Quinto — excetuando Santa Brígida —, mas apenas a proporção de residentes encontrada na área urbana, naquele ano, em relação à população total.

**Tabela 6 – Grau de urbanização de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto, por ordem decrescente do grau de urbanização em 2000 e grau de urbanização da RE Nordeste da Bahia – 1980-2000**

Municípios	Grau de urbanização		
	1980 <sup>1</sup>	1991	2000
Novo Triunfo <sup>2</sup>	-	21,64	38,58
Santa Brígida	21,79	21,37	26,08
Sítio do Quinto <sup>2</sup>	8,69	17,82	21,50
<b>Total</b>	<b>11,44</b>	<b>20,28</b>	<b>25,91</b>
<b>Total RNe</b>	<b>26,40</b>	<b>33,60</b>	<b>41,48</b>

Fonte. IBGE. Censo Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

<sup>1</sup> A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para esses novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

<sup>2</sup> Município criado após 1980 e que sofreu algum tipo de alteração na área urbana, após 1996.

Entretanto, o registro do grau de urbanização, aqui, tem importância no sentido de salientar que, em que pesem todas as alterações urbano-rurais, o grosso dos habitantes de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, foram computados pelo Censo 2000, nas respectivas zonas rurais.

Em referência à composição da estrutura etária, a Tabela 7 mostra que em termos proporcionais as diferenças entre os municípios são pouco importantes. Santa Brígida tinha a maior proporção de crianças (38,21%) e Novo Triunfo a menor (33,61%). Grandes contingentes de crianças (ou idosos sem rendimentos) implicam maiores despesas com dependentes. A presença de grande contingente de idosos, especialmente se beneficiários da previdência social, tem se mostrado como importante fonte de sustento das famílias e de recursos para os municípios.

**Tabela 7 – População total e distribuição percentual da população residente, por grandes grupos etários em Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e RE Nordeste da Bahia – 2000**

Municípios	População total	Grandes grupos etários (%)		
		0 a 14 anos	15 a 59 anos	60 anos e mais
Novo Triunfo	13.599	33,61	57,08	9,31
Santa Brígida	16.903	38,21	52,82	8,97
Sítio do Quinto	17.031	35,55	56,85	7,60
<b>Total</b>	<b>47.533</b>	<b>35,94</b>	<b>55,48</b>	<b>8,58</b>
<b>Total RNe</b>	<b>1.176.201</b>	<b>34,49</b>	<b>56,18</b>	<b>9,33</b>

Fonte. IBGE. Senso Demográfico de 2000.

A maior proporção de pessoas em idade ativa (15 a 59 anos) foi registrada em Novo Triunfo (57,08%) e, o menor (52,82%) em Santa Brígida,. Portanto, nesses municípios mais da metade da população estava em idade de trabalhar, não havendo, assim, diferenças importantes entre eles, nessas proporções. É nesse grupo, principalmente, que reside a força de trabalho dos municípios e é sobre ele que recaem as expectativas de obtenção de renda para sustento dos demais, embora, como mencionado, os recursos advindos dos benefícios previdenciários, pagos principalmente aos idosos, tenham se revelado importante fonte de distribuição de renda e de sustento familiar, fenômeno percebido no Brasil como um todo.

Em média, os municípios selecionados contam com pouco mais de quatro moradores por domicílio. O saneamento básico adequado, apesar de sabidamente ser preventivo de doenças e mortes prematuras, não cobria uma proporção considerável dos domicílios de qualquer das unidades municipais selecionadas (Tabela 8).

O abastecimento de água não cobria 50% dos domicílios de qualquer desses municípios. Mas em Santa Brígida não cobria  $\frac{3}{4}$  dos domicílios. Os dados sobre esgotamento sanitário revelaram ainda maior precariedade de atendimento domiciliar, quanto a esse tipo de serviço. Novo Triunfo, o que registrou maior cobertura nesse quesito, atendia menos de 40%



dos domicílios; em Santa Brígida e em Sítio do Quinto não se cobriam ao menos 20% das residências.

**Tabela 8 – Domicílios particulares permanentes e proporção de domicílios com saneamento básico adequado em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Municípios	Domicílios particulares permanentes			
	Total	Com saneamento adequado (%)		
		Abastecimento de água <sup>1</sup>	Esgotamento sanitário <sup>2</sup>	Destino do lixo <sup>3</sup>
Novo Triunfo	3.097	46,8	36,3	42,7
Santa Brígida	3.810	22,9	16,7	48,5
Sítio do Quinto	3.844	37,8	11,4	51,1

Fonte. IBGE. Senso Demográfico de 2000.

<sup>1</sup> Abastecimento de água adequado = abastecimento de água por rede geral e com canalização interna (domicílios urbanos) + abastecimento de água por rede geral ou poço ou nascente e com canalização interna (domicílios rurais).

<sup>2</sup> Esgotamento sanitário adequado = esgotamento por rede geral ou pluvial ou fossa séptica (domicílios urbanos e rurais).

<sup>3</sup> Destino do lixo adequado = lixo coletado (domicílios urbanos) + lixo coletado ou queimado ou enterrado (domicílios rurais).

A destinação adequada do lixo registrou em Sítio do Quinto atendimento pouco maior que 50% dos domicílios. Nos demais os serviços de destinação adequada do lixo atendiam menos de 50% de seus respectivos domicílios.

Os três itens sobre saneamento básico investigados pelo Censo 2000 mostraram na verdade uma enorme carência nos três municípios selecionados, pois a maior parte de seus domicílios não contava com serviços adequados. Considerando que apenas em Sítio do Quinto o item destino do lixo alcançou pouco mais da metade dos domicílios a serem cobertos e, ainda que cubra integralmente a área urbana, não pode ser considerado um atendimento adequado. Registre-se, além disso, que se o serviço, em si, é adequado para as residências, pouco se sabe quanto ao destino final dos dejetos, pois diversos são os “lixões” ao longo das estradas onde, não raro, se vêem caminhões descarregando detritos.

Por outro lado, é preciso lembrar que serviços de saneamento são também chamados de serviços urbanos e costumam ser oferecidos preponderantemente, nas áreas dos aglomerados, o que significa que devem estar concentrados nas sedes. Como os dados incluem o total dos domicílios, o mais provável é que apenas uma parcela ínfima deles, possa contar com tais serviços.

Continuando a caracterização dos municípios, verificou-se que enquanto nas áreas desenvolvidas do país e do mundo, as pessoas há alguns anos já viviam o ambiente que Milton Santos chamou de técnico-científico-informacional, em Sítio do Quinto menos de 50% dos domicílios, em 2000, podia contar com iluminação elétrica (Tabela 9). Já, em Novo Triunfo e Santa Brígida tal serviço cobria um pouco mais da metade do que seria seu público

alvo. Como no caso do saneamento básico, a distribuição de eletricidade também é um serviço urbano e, portanto, melhor realizada nas áreas de concentração de habitações. As proporções de atendimento permitem inferir que nas sedes municipais, praticamente a totalidade dos domicílios tinha acesso ao serviço de energia e iluminação elétrica.

**Tabela 9 – Domicílios e proporção de domicílios por existência de alguns bens duráveis e de iluminação elétrica em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Municípios	Domicílios particulares permanentes						
	Total	Com bens duráveis e imuninação elétrica					
		Geladeira ou freezer	Máquina de lavar roupa	Rádio	Televisão	Micro-computador	Iluminação elétrica
Novo Triunfo	3.097	31,1	1,3	72,6	47,7	1,3	59,8
Santa Brígida	3.810	26,4	0,5	76,6	39,4	0,1	52,7
Sítio do Quinto	3.844	28,4	0,6	74,0	57,4	-	49,3

Fonte. IBGE. Senso Demográfico de 2000 – Resultados da Amostra.

Interessante é perceber que a proporção dos domicílios possuidores de rádio — sempre maior que 70% — era, em todos os municípios, significativamente superior à presença de iluminação elétrica. Donde se conclui que mesmo sem acesso ao serviço de eletricidade uma parte significativa dos domicílios possuía rádio. Isso demonstra a força desse equipamento nas regiões interioranas, pois sua acessibilidade em termos de custo de aquisição e manutenção, além da possibilidade de facilmente prescindir da rede de energia elétrica permitem essa penetração e fazem dele o grande meio de comunicação e contato com o mundo exterior.

Mais dependente da rede elétrica e menos acessível por seu preço, o aparelho de televisão registrou, em Novo Triunfo e Santa Brígida, presença equivalente a mais de 70% dos domicílios com iluminação, conferindo-lhe penetração maior que da geladeira. Porém, Sítio do Quinto, registrou televisores em mais de 57% de seus domicílios — surpreendentemente, em maior proporção que do acesso à iluminação elétrica — e geladeiras em menos de 30%.

A lavadora de roupa registrou maior presença em Novo Triunfo (1,3%), e nos demais pouco ultrapassou 0,5% das residências, provavelmente, os de maior renda. Claramente, é nesses domicílios também que Novo Triunfo e Santa Brígida registraram a presença de micro computador (1,3% e 0,1% respectivamente).

Nenhum domicílio de Sítio do Quinto registrou microcomputador, em 2000. Mas, em 2005, embora esse não fosse o objetivo, a pesquisa realizada revelou existência de pelo menos três domicílios com microcomputadores e com acesso à Internet. Além disso, quase todos os empreendimentos comerciais — lojas, supermercados, farmácias — bem como as unidades públicas — Prefeitura, Secretaria da Educação, da Saúde e os Postos de Saúde —

também estavam informatizados, nas três cidades. De qualquer forma, os dados apresentados revelaram que, no tocante à oferta de serviços públicos, as carências eram grandes nos municípios em foco.

Desse modo, não é de se estranhar que a classificação no IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal — na Tabela 10, organizada por ordem decrescente da esperança de vida ao nascer —, revele que em 2000, dos 415 municípios baianos, Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto tenham se classificado entre os colocados no quadrante final das classificações. Note-se que a esperança de vida ao nascer, em qualquer deles ficou abaixo dos 59 anos.

**Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, indicadores de desenvolvimento social e posição de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto no ranking estadual e nacional – 2000**

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal		
	(IDH-M)	Ranking	
		Por UF	Nacional
Novo Triunfo	0,582	362	4949
Santa Brígida	0,561	396	4216
Sítio do Quinto	0,530	412	5416

Municípios	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência à escola
Novo Triunfo	58,87	0,65	0,85
Santa Brígida	54,01	0,53	0,77
Sítio do Quinto	56,22	0,51	0,89

Municípios	Renda per capita	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM_R)
Novo Triunfo	61,90	0,56	0,72
Santa Brígida	100,40	0,53	0,61
Sítio do Quinto	52,10	0,52	0,64

Fonte: SEI.

Existem ainda outros indicadores econômicos e sociais que vão completando o quadro informativo sobre o significado de viver nesses lugares. O número de terminais telefônicos relativamente ao número de domicílios urbanos dos municípios — apenas para estabelecer uma base de comparação relativa à população, já que não há informação sobre se os terminais seriam residenciais ou comerciais (Tabela 11) — revelou que Novo Triunfo e Santa Brígida teriam respectivamente 10,66% e 10,73% dos domicílios com telefone, enquanto Sítio do Quinto teria um pouco mais: 13,71%.

Santa Brígida contava com apenas uma agência bancária, em 2000<sup>20</sup>. Os outros não tinham esse tipo de serviço, apesar de em Sítio do Quinto haver uma caixa eletrônica do Banco do Brasil. Estabelecimento de saúde, sem indicação de porte e tipo foram encontrados nos três municípios, mas a falta de indicação de número de leitos sugere que tais estabelecimentos sejam ambulatoriais, tipo posto de saúde.

**Tabela 11 – Indicadores de desenvolvimento municipal e posição de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto na classificação estadual – 2000**

Municípios	Consumo total de energia elétrica (mwh)	Consumo residencial de energia elétrica (mwh)	Consumidores residenciais de energia elétrica	Agências bancárias em funcionamento
Novo Triunfo	1.740	977	1.386	0
Santa Brígida	2.120	1.205	1.682	1
Sítio do Quinto	2.157	1.110	1.302	0

Municípios	Terminais telefônicos em serviço <sup>1</sup>	Estabelecimentos comerciais e de serviços	Leitos hospitalares	Estabelecimentos de saúde
Novo Triunfo	127	46	0	2
Santa Brígida	118	108	0	9
Sítio do Quinto	132	74	0	2

Municípios	Profissionais de saúde <sup>2</sup>	Matrícula no ensino fundamental	Matrícula no ensino médio	Matrícula no ensino superior
Novo Triunfo	0	2.665	262	0
Santa Brígida	8	6.192	213	0
Sítio do Quinto	0	3.476	146	0

Fonte: SEI.

<sup>1</sup> Excluídas as localidades servidas por postos de serviços.

<sup>2</sup> Servidores estaduais.

Quanto às matrículas no ensino fundamental, médio e superior, verificou-se, pelos dados apresentados, que não havia, em qualquer dos três municípios alguma instituição de ensino superior. É preciso lembrar que matrículas — assim como outros indicadores educacionais, de saúde e outros —, são referidas à unidade administrativa onde funcionam os estabelecimentos de ensino, assim como vários outros elementos de observação, para a construção de diversos tipos de indicadores sociais. Unidades de Ensino Superior só são instaladas em cidades de certo porte demográfico, associado a algumas outras características econômicas que garantam um número economicamente viável de alunos matriculados e freqüentando. Contudo, mesmo não sendo o objeto da pesquisa de campo, tanto a viagem de 2004, quanto a de 2005 revelaram que nessas

<sup>20</sup> Em fevereiro de 2005, foi mencionada a possibilidade de essa única agência ser fechada, o que acabou ocorrendo cerca de dois meses depois.

idades existem pessoas que se deslocam para outros municípios — como Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Belém do São Francisco/PE — para frequentar cursos de nível superior, alguns dos quais funcionam apenas nos fins-de-semana.

Os indicadores apresentados na Tabela 11 são usados para a construção dos índices IDE e IDS mostrados na Tabela 12, onde é possível observar que o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios de Sítio do Quinto e Santa Brígida são equivalentes entre si e quase o dobro do de Novo Triunfo que, entre os 415 municípios baianos, se colocou no 396º lugar.

**Tabela 12 – Indicadores de desenvolvimento municipal e posição de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto na classificação estadual – 2001**

Municípios	PIB Municipal		Índice de Desenvolvimento Econômico		Índice de Desenvolvimento Social	
	R\$1.000.000,00	Classificação	IDE	Classificação	IDS	Classificação
Sítio do Quinto	16,71	314º	4987,86	301º	4931,36	386º
Santa Brígida	16,59	316º	4987,88	300º	4958,21	319º
Novo Triunfo	9,8	396º	4986,62	404º	4902,03	414º

Fonte: SEI.

Na verdade, Novo Triunfo ficou em um dos últimos lugares em todas as classificações, seja quanto ao PIB, ao IDE, ou IDS, sendo que no IDS foi o penúltimo colocado entre todos os municípios baianos. Santa Brígida, tanto no IDE quanto no IDS, se colocou melhor que Sítio do Quinto, mas ambos sempre abaixo da 300ª colocação.

É necessário registrar que esses índices não medem ou qualificam a vida de indivíduos, mas é um referencial do padrão de vida econômica e/ou social do conjunto dos moradores do município como um todo.

A economia desenvolvida no semi-árido baiano, como anteriormente mencionado, mantém um perfil essencialmente agropecuário, com predominância da agricultura e com a maior parte da área da região ocupada por lavouras tradicionais, de produtos alimentares bastante resistentes à seca, a exemplo do milho, do feijão, e da mandioca, entre outros, cultivados também de modo tradicional. A fruticultura irrigada dirigida ao mercado de exportação é praticada como mencionado acima, à beira do São Francisco, na RE Baixo Médio São Francisco. Já agricultura e pecuária tradicionais são exatamente o perfil em que se enquadram a RNe e os municípios sob análise.

Começando pelas lavouras temporárias encontradas em cada um deles, pelo IBGE (Tabela 13), Sítio do Quinto se revelou melhor produtor de feijão que os demais, com maior rendimento médio por hectare, que a Bahia, enquanto Novo Triunfo e Santa Brígida

registraram rendimento por área equivalente entre si e pouco abaixo da média estadual. Por outro lado, Novo Triunfo contribuiu com 0,7% da produção de fumo da Bahia, porém com menor produtividade por área. Produto não encontrado, em 2000 nos outros municípios.

**Tabela 13 – Área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor das culturas temporárias de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e da Bahia e participação no total do Estado – 2000**

<b>Produto / Estado / Municípios</b>	<b>Área Plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Rendimento médio (kg/ha)</b>	<b>Valor (Mil Reais)</b>
<b>Feijão (em grão)</b>					
<b>Total do Estado</b>	<b>826.693</b>	<b>826.693</b>	<b>540.125</b>	<b>653</b>	<b>286.030</b>
Novo Triunfo	2.030	2.030	1.218	600	609
Santa Brígida	3.800	3.800	2.280	600	1.231
Sítio do Quinto	10.200	10.200	7.650	750	4.131
<b>Participação no Estado</b>					
Novo Triunfo	0,2	0,2	0,2	-	0,2
Santa Brígida	0,5	0,5	0,4	-	0,4
Sítio do Quinto	1,2	1,2	1,4	-	1,4
<b>Fumo (em folha)</b>					
<b>Total do Estado</b>	<b>10.399</b>	<b>10.399</b>	<b>8.419</b>	<b>809</b>	<b>12.722</b>
Novo Triunfo	100	100	60	600	132
<b>Participação no Estado</b>					
Novo Triunfo	1,0	1,0	0,7	-	1,0
<b>Mandioca</b>					
<b>Total do Estado</b>	<b>325.501</b>	<b>318.836</b>	<b>4.143.953</b>	<b>12.997</b>	<b>520.549</b>
Novo Triunfo	250	250	3.750	15.000	150
Santa Brígida	30	30	450	15.000	36
Sítio do Quinto	300	300	5.400	18.000	432
<b>Participação no Estado</b>					
Novo Triunfo	0,1	0,1	0,1	-	0,0
Santa Brígida	0,0	0,0	0,0	-	0,0
Sítio do Quinto	0,1	0,1	0,1	-	0,1
<b>Milho (em grão)</b>					
<b>Total do Estado</b>	<b>674.267</b>	<b>674.267</b>	<b>1.321.569</b>	<b>1.960</b>	<b>222.254</b>
Novo Triunfo	2.200	2.200	1.980	900	326
Santa Brígida	3.000	3.000	1.620	540	302
Sítio do Quinto	10.000	10.000	9.000	900	1.683
<b>Participação no Estado</b>					
Novo Triunfo	0,3	0,3	0,1	-	0,1
Santa Brígida	0,4	0,4	0,1	-	0,1
Sítio do Quinto	1,5	1,5	0,7	-	0,8

Fonte: PAM / IBGE.

Os três municípios registraram produção de mandioca e milho em 2000, sendo que Novo Triunfo e Santa Brígida com o mesmo rendimento médio por hectare e acima da média da Bahia. Sítio do Quinto se destacou com um rendimento médio ainda mais alto que

os demais. Porém, na lavoura do milho, o rendimento médio por hectare dos três municípios foi muito abaixo da média baiana.

O que se pode destacar com relação às lavouras temporárias é que, além de pouco variadas, se caracterizam por serem de produtos tradicionais, cultivados também de modo tradicional — ou seja, sem maior aporte de tecnologia e, de modo geral, sem acesso a facilidades creditícias — e destinados em grande parte ao consumo local.

Essas características apontam, em princípio, para um quadro de baixo retorno financeiro. Contudo, registre-se que, em Sítio do Quinto, alguns feirantes afirmaram que na safra do feijão a feira local é a melhor da região, sendo que vários deles se deslocam para ali, vindos do interior de Sergipe.

Quanto às lavouras permanentes, a única registrada, no ano de 2000, nos três municípios em referência, foi a da castanha de caju, (Tabela 14), produto voltado, quase inteiramente, para mercados de consumo externo às áreas produtoras e não, no caso, para exportação. A participação de qualquer deles não chegou a ser relevante em termos de área plantada e colhida especialmente se comparada às áreas produtoras de feijão ou milho desses municípios. Contudo, vale ressaltar que o rendimento médio por hectare registrado em Santa Brígida e Sítio do Quinto foi quase o dobro da média baiana.

**Tabela 14 – Área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio da cultura de castanha de caju de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto e da RNe e participação percentual em relação à RNe e participação dessa no Estado – 2000**

Estado / RNe / Municípios	Área Plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (Mil Reais)
<b>Total do Estado</b>	<b>19.154</b>	<b>19.154</b>	<b>4.884</b>	<b>254</b>	<b>3.927</b>
<b>RNe</b>	<b>18.934</b>	<b>18.934</b>	<b>4.816</b>	<b>254</b>	<b>3.685</b>
Novo Triunfo	50	50	10	200	9
Santa Brígida	30	30	15	500	7
Sítio do Quinto	30	30	15	500	7
<b>Participação em relação ao Estado e Rne</b>					
<b>RNe</b>	<b>98,9</b>	<b>98,9</b>	<b>98,6</b>		<b>93,8</b>
Novo Triunfo	0,3	0,3	0,2		0,2
Santa Brígida	0,2	0,2	0,3		0,2
Sítio do Quinto	0,2	0,2	0,3		0,2

Fonte: PAM / IBGE.

Como se percebe, embora a castanha de caju produzida nesses municípios possa compor o montante que a Bahia comercializa e talvez exporte, não tem uma produção significativa, nem gera rendimentos importantes.

Também de produção e consumo tradicionais, foram encontrados nesses municípios ovos de galinha e mel de abelhas (Tabela 15), Apenas Novo Triunfo produziu mel em quantidade equivalente a 0,4% da produção regional (Tabela 16). A produção de ovos de galinha, nos três municípios foi de pouca monta em relação à da Bahia.

**Tabela 15 – Produção e valor de produção de ovos de galinha e mel de abelha de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto e RNe – 2000**

Estado / RNe / Municípios	Ovos de galinha		Mel de abelha	
	Quantidade (Mil Dúzias)	Valor (Reais)	Quantidade (Kg)	Valor (Reais)
<b>Total do Estado</b>	<b>70.174</b>	<b>69.646.483</b>	<b>520.908</b>	<b>4.073.106</b>
<b>Região Nordeste da Bahia</b>	<b>2.813</b>	<b>4.055.098</b>	<b>236.409</b>	<b>2.130.194</b>
Novo Triunfo	14	21.000	1.000	10.000
Santa Brígida	44	53.262	-	-
Sítio do Quinto	45	53.598	-	-

Fonte: PPM / IBGE.

**Tabela 16 – Proporção da produção e do valor de produção de mel de abelha e ovos de galinha de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto, em relação à RNe e dessa em relação ao Estado – 2000**

Estado / RNe / Municípios	Ovos de galinha		Mel de abelha	
	Quantidade (Mil Dúzias)	Valor (Reais)	Quantidade (Kg)	Valor (Reais)
<b>Total do Estado</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Região Nordeste da Bahia</b>	<b>4,0</b>	<b>5,8</b>	<b>45,4</b>	<b>52,3</b>
Novo Triunfo	0,5	0,5	0,4	0,5
Santa Brígida	1,6	1,3	-	-
Sítio do Quinto	1,6	1,3	-	-

Fonte: PPM / IBGE.

A evidência, em relação a esses produtos, é que embora de consumo generalizado, mesmo com boa produtividade, são susceptíveis às condições climáticas. As possibilidades de perda, no caso de ocorrência de estiagem prolongada, são grandes, sendo que, de um modo ou outro, ainda não registraram significativo montante produtivo.

O que se observou nesses municípios foi a predominância dos cultivos tradicionais de subsistência voltados para o consumo local sem grande significado no conjunto do Estado, e produzidos sob as diversas condições de uso da terra — propriedades, parcerias, arrendamentos e ocupação, conforme se verá mais adiante.

Quanto à produção animal — cujo prejuízo em caso de estiagem pode ser minimizado pela venda antecipada ou, em certos casos, pela transferência de pastagem — observou-se ser pouco expressiva, relativamente à produção do Estado (Tabelas 17 e 18) —, embora a produção regional tenha se revelado importante, com exceção da produção de



bubalinos e coelhos. Em números absolutos, os bovinos, seguidos dos ovinos e caprinos eram os mais numerosos nos três municípios em referência. Santa Brígida registrou um número de asininos e caprinos consideravelmente maior que Sítio do Quinto, o qual se destacou com bovinos e, especialmente, eqüinos. Novo Triunfo registrou os menores efetivos de rebanhos em comparação com os demais.

**Tabela 17 – Efetivo dos rebanhos de Novo Triunfo, Santa Brígida, Sítio do Quinto, da RE Nordeste da Bahia e do Estado – 2000**

Municípios	Rebanhos (cabeças)								
	Bovinos	Suínos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muare	Coelhos	Ovinos	Caprinos
<b>Total do Estado</b>	<b>9.556.752</b>	<b>2.027.787</b>	<b>15.913</b>	<b>634.819</b>	<b>365.583</b>	<b>329.713</b>	<b>18.055</b>	<b>2.922.701</b>	<b>3.831.974</b>
<b>RNe</b>	<b>718.085</b>	<b>215.683</b>	<b>44</b>	<b>51.376</b>	<b>54.739</b>	<b>24.566</b>	<b>630</b>	<b>876.878</b>	<b>863.914</b>
Novo Triunfo	4.600	1.350	-	350	400	240	-	1.500	1.600
Santa Brígida	12.187	2.066	-	840	1.224	597	-	8.675	5.379
Sítio do Quinto	13.095	2.149	-	1.210	458	556	-	6.788	2.592

Fonte: PPM/IBGE.

Foi baixo o peso relativo da produção animal desses municípios em relação à Bahia (Tabela 18). Vários podem ser os fatores determinantes desse fato. A semi-aridez da área e a conhecida irregularidade das chuvas com certeza são dois desses fatores. Outro ainda, seria a capacidade financeira dos produtores, para melhoria e aumento dos rebanhos. Ressalte-se que os dados guardam grande coerência em relação às análises da CAR (2000), citadas antes.

**Tabela 18 – Proporção do efetivo dos rebanhos de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto em relação à RNe e dessa em relação ao Estado – 2000**

Municípios	Rebanhos (%)								
	Bovinos	Suínos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muare	Coelhos	Ovinos	Caprinos
<b>Total do Estado</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>RNe</b>	<b>7,5</b>	<b>10,6</b>	<b>0,3</b>	<b>8,1</b>	<b>15,0</b>	<b>7,5</b>	<b>3,5</b>	<b>30,0</b>	<b>22,5</b>
Novo Triunfo	0,0	0,1	-	0,1	0,1	0,1	-	0,1	0,0
Santa Brígida	0,1	0,1	-	0,1	0,3	0,2	-	0,3	0,1
Sítio do Quinto	0,1	0,1	-	0,2	0,1	0,2	-	0,2	0,1

Fonte: PPM/IBGE.

A grande concentração da propriedade das terras — assim como o regime de propriedade, associados às condições solo, clima, tipo de produto e facilidade ou não de acesso a crédito, etc. —, também teve seu mérito relativo tanto no desempenho proporcional da agricultura quanto da pecuária no conjunto do Estado. A grande concentração das terras é claramente observada nos dados abaixo, individualizados para cada um dos municípios (Tabelas 19, 20 e 21). Pelo fato de suas informações serem tão evidentes pouco se pode acrescentar em termos de análise, além de chamar a atenção para algum fato específico.

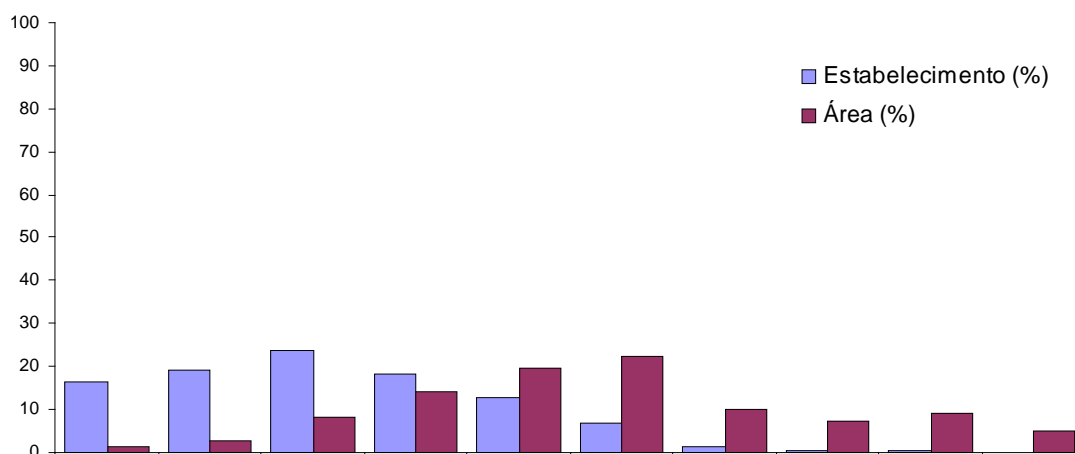
As informações do Projeto GeograFAR<sup>21</sup>, para o ano de 1996, dão conta de que em Novo Triunfo, 440 estabelecimentos que correspondiam a menos de 16,5% do total, se apropriavam de menos de 1,5% da área agricultável enquanto apenas 10 estabelecimentos (0,37% do total, com áreas superiores a 200ha e menores que 1.000ha) se apropriavam de mais de 14% da área total (Gráfico 1).

**Tabela 19 – Grupos de área total por número de estabelecimentos e área em Novo Triunfo – 1996**

Grupo de Área	Estabelecimento		Área	
	Unidade	(%)	ha	(%)
>1	440	16,45	325	1,31
1 > 2	516	19,30	700	2,83
2 > 5	639	23,90	1.982	8,00
5 > 10	490	18,32	3.539	14,29
10 > 20	344	12,86	4.893	19,75
20 > 50	187	6,99	5.561	22,45
50 > 100	35	1,31	2.473	9,98
100 > 200	13	0,49	1.797	7,25
200 > 500	8	0,30	2.293	9,26
500 > 1.000	2	0,07	1.210	4,88
<b>Total</b>	<b>2.674</b>	<b>100,00</b>	<b>24.773</b>	<b>100,00</b>

IBGE.Censo Agropecuário 1995-1996, Bahia <www.ibge.gov.br>.  
Elaboração Projeto GeografAR.

**Gráfico 1 – Distribuição proporcional dos estabelecimentos pela área total em Novo Triunfo – 1996**



IBGE.Censo Agropecuário 1995-1996, Bahia < www.ibge.gov.br>.

<sup>21</sup> Registre-se aqui os agradecimentos da autora à Profa. Dra. Guiomar Inês Germani, que através do Projeto GeograFAR, gentilmente forneceu as tabelas e gráficos sobre o número de estabelecimentos por grupo de área dos municípios selecionados, bem como os respectivos cálculos dos Índices de Gini .

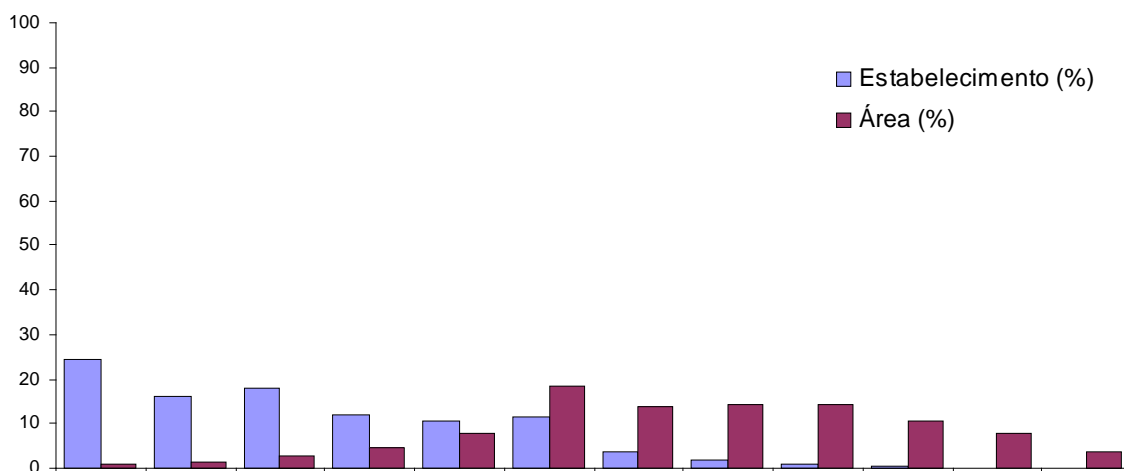
Em Santa Brígida, cerca de 25% dos estabelecimentos (8541) detinham menos de 1% das terras agricultáveis enquanto apenas cinco estabelecimentos (0,14% do total), com áreas superiores a 1.000ha e inferiores a 5.000ha, se apropriavam de 11,58% das terras.

**Tabela 20 – Grupos de área total por número de estabelecimentos e área em Santa Brígida – 1996**

Grupo de Área	Estabelecimento		Área	
	Unidade	(%)	ha	(%)
>1	854	24,55	550	0,85
1 > 2	562	16,15	796	1,22
2 > 5	629	18,08	1.868	2,88
5 > 10	419	12,04	2.858	4,40
10 > 20	372	10,69	5.149	7,92
20 > 50	393	11,30	11.877	18,28
50 > 100	136	3,91	8.955	13,78
100 > 200	65	1,87	9.169	14,11
200 > 500	33	0,95	9.277	14,28
500 > 1.000	11	0,32	6.954	10,70
1.000 > 2.000	4	0,11	5.112	7,87
2.000 > 5.000	1	0,03	2.413	3,71
<b>Total</b>	<b>3.479</b>	<b>100,00</b>	<b>64.981</b>	<b>100,00</b>

IBGE.Censo Agropecuário 1995-1996, Bahia <www.ibge.gov.br>.  
Elaboração Projeto GeografAR.

**Gráfico 2 – Distribuição proporcional dos estabelecimentos pela área total em Santa Brígida – 1996**



IBGE.Censo Agropecuário 1995-1996, Bahia <www.ibge.gov.br>.

Do mesmo modo, em Sítio do Quinto, 150 estabelecimentos detentores de

isoladamente de menos de um hectare e que, em conjunto, se apropriavam 0,26% do total de terras agricultáveis, se contrapunham a apenas um estabelecimento que detinha sozinho 13,56% das terras.

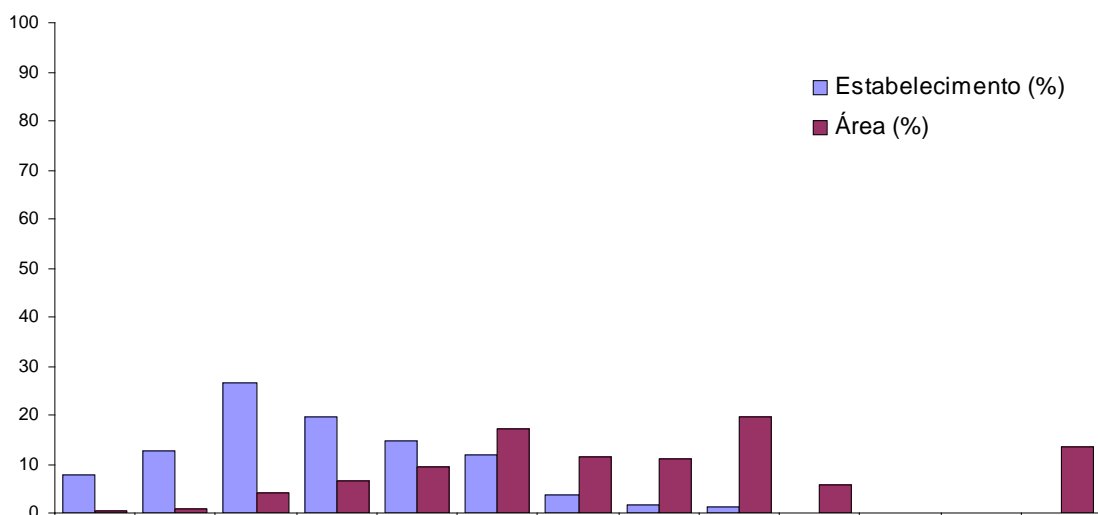
**Tabela 21 – Grupos de área total por número de estabelecimentos e área em Sítio do Quinto – 1996**

Grupo de Área	Estabelecimento		Área	
	Unidade	(%)	ha	(%)
>1	150	7,93	104	0,26
1 > 2	239	12,64	351	0,87
2 > 5	505	26,71	1.624	4,04
5 > 10	368	19,46	2.634	6,56
10 > 20	275	14,54	3.840	9,56
20 > 50	225	11,90	6.936	17,27
50 > 100	69	3,65	4.634	11,54
100 > 200	30	1,59	4.400	10,96
200 > 500	26	1,37	7.863	19,58
500 > 1.000	3	0,16	2.329	5,80
1.000 > 2.000				
2.000 > 5.000				
5.000 > 10.000	1	0,05	5.445	13,56
<b>Total</b>	<b>1.891</b>	<b>100,00</b>	<b>40.160</b>	<b>100,00</b>

IBGE.Censo Agropecuário 1995-1996, Bahia <www.ibge.gov.br>.

Elaboração Projeto GeografAR.

**Gráfico 3 – Distribuição proporcional dos estabelecimentos pela área total em Sítio do Quinto – 1996**



O Índice de Gini<sup>22</sup>, mostrado na Tabela 22, registra a evolução da concentração de terras em Santa Brígida a partir do ano de 1970, por causa de sua emancipação anterior a aquele ano, bem como mostra a concentração de terras, em 1996, em Novo Triunfo e Sítio do Quinto, também em função da data de sua emancipação. Nos três municípios a concentração de terras, em 1996, era muito forte, mas o histórico de Santa Brígida impressiona porque em 1970 já era muito alto e permaneceu em alta constante, até 1996 com a impressionante marca de 0,800.

**Tabela 22 – Evolução histórica do Índice de Gini de Santa Brígida 1970-1995/1996 e Índice de Gini de Novo Triunfo e Sítio do Quinto – 1996**

Municípios	Índice de Gini				
	1970	1975	1980	1985	1996
Novo Triunfo					0,670
Santa Brígida	0,704	0,709	0,722	0,775	0,800
Sítio do Quinto					0,756

IBGE.Censo Agropecuário 1995-1996, Bahia <www.ibge.gov.br>.  
Elaboração Projeto GeografAR.

No tocante à utilização das terras (Tabela 23) e o percentual do tipo de utilização pela área total (Tabela 24) verificou-se a existência, pelo menos em Novo Triunfo, de um significativo percentual de terras inaproveitáveis: 4,66%. Em Santa Brígida e Sítio do Quinto esse percentual se revelou bem menor: 1,69% e 2,19% respectivamente.

**Tabela 23 – Área total e tipo de utilização das terras em 31.12.1995 em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1995-1996**

Municípios	Utilização das Terras em 31.12.1995 (ha)					
	Área total <sup>1</sup>	Terras inaproveitáveis	Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
Santa Brígida	64.981	1.098	9.755	31.687	15.978	6.463
Sítio do Quinto	40.160	881	7.438	17.247	9.950	4.644
Novo Triunfo	24.773	1.155	2.922	13.187	3.829	3.680

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995-1996.

<sup>1</sup> Inclusive terras inaproveitáveis.

Nesses municípios as lavouras permanentes ou temporárias, em conjunto, ocupavam em 1996, porções de terra proporcionalmente pouco significativas (15,01% em Santa Brígida, 18,52% em Sítio do Quinto e 11,80 em Novo Triunfo) se comparados às porções dedicadas às pastagens naturais ou artificiais: 42,95% em Sítio do Quinto, 48,76 em Santa Brígida e 53,23 em Novo Triunfo.

<sup>22</sup> O índice de Gini é uma medida de concentração usada para medir, principalmente, a concentração de terras e de riquezas. Essa medida varia de 0,0 a 1,0 significando que quanto mais próximo de 1 maior a concentração.

Em Novo Triunfo, havia maior proporção de terras produtivas não utilizadas e de lavouras em descanso (14, 85%), que as dedicadas às lavouras (11,80%). Em Santa Brígida e Sítio do Quinto a proporção de terras produtivas não utilizadas e de lavouras em descanso, naquele ano, foi de 9,95% e 11,56%, respectivamente.

**Tabela 24 – Proporção das terras por tipo de utilização em 31.12.1995 em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1995-1996**

Municípios	Área total <sup>1</sup>	Utilização das Terras em 31.12.1995 (%)					Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
		Terras inaproveitáveis	Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas		
Santa Brígida	100,0	1,7	15,0	48,8	24,6	9,9	
Sítio do Quinto	100,0	2,2	18,5	42,9	24,8	11,6	
Novo Triunfo	100,0	4,7	11,8	53,2	15,5	14,9	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995-1996.

<sup>1</sup> Inclusive terras inaproveitáveis.

Também os percentuais de terras utilizadas com matas naturais ou plantadas registraram montantes, nos três municípios, sempre maiores que das lavouras permanentes ou temporárias: 15,46% em Novo Triunfo, 24,59% em Santa Brígida e 24,78% em Sítio do Quinto. A pouca utilização de terra para as lavouras parece constituir parte da explicação para a pequena participação relativa desses municípios na produção agrícola da RNe e do Estado.

Quanto à condição dos produtores, observou-se que arrendatários e parceiros eram numérica e proporcionalmente irrisórios em quaisquer dos três municípios (Tabelas 25 e 26). Em Sítio do Quinto 1,53% dos estabelecimentos estavam em mãos de arrendatários e 2,13% em mãos de parceiros. Em Santa Brígida, essas proporções foram de 0,36% de arrendatários e 1,14% de parceiros e, em Novo Triunfo, foram de 0,93% e 0,97%, respectivamente. Além disso, tais categorias de produtores, nos três municípios, detinham proporções terra igual ou inferiores a 0,30%.

**Tabela 25 – Condição do produtor por número de estabelecimento e área ocupada em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996**

Municípios	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Santa Brígida	1.880	61.243	12	42	38	177	1.417	3.518	3.347	64.980
Sítio do Quinto	1.708	38.955	28	103	39	121	56	982	1.831	40.161
Novo Triunfo	2.051	24.145	24	41	25	29	488	559	2.588	24.774

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995-1996.

A condição de proprietário, por outro lado, é amplamente majoritária nos três municípios: 56,17% em Santa Brígida, 79,25% em Novo Triunfo e 93,28% em Sítio do Quinto, sendo que as respectivas áreas apropriadas pelos estabelecimentos desse tipo de produtor, nos três municípios, ultrapassava amplamente 90% do total das terras (Tabela 26).

**Tabela 26 – Distribuição proporcional dos produtores por condição e proporção de estabelecimentos e área em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996**

Municípios	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Santa Brígida	56,17	94,25	0,36	0,06	1,14	0,27	42,34	5,41	100,00	100,00
Sítio do Quinto	93,28	97,00	1,53	0,26	2,13	0,30	3,06	2,45	100,00	100,00
Novo Triunfo	79,25	97,46	0,93	0,17	0,97	0,12	18,86	2,26	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995-1996.

Ser proprietário, além de ser um valor em si, de modo geral garante maior permanência da família na terra, ainda que parte de seus membros saia para trabalhar em outros lugares, como estratégia de sobrevivência e obtenção de maior renda.

Na questão renda, verificou-se que, no universo pesquisado — residentes com 10 anos ou mais de idade —, a parcela dos sem rendimento compôs a grande maioria (Tabela 27). São pessoas que não recebem qualquer tipo de provento, remuneração, salário, benefício ou renda de qualquer espécie. Entre elas se encontram os não economicamente ativos, como os adolescentes e as donas de casa — consideradas não produtivas pelo fato de não gerarem renda, embora sua atividade seja da maior relevância para a manutenção do bem-estar dos membros da família —, as pessoas que trabalham sem remuneração, todos os desempregados de qualquer idade e sexo, e ainda outras categorias de menor significado proporcional no conjunto. Na Bahia, os sem rendimento compunham 48% da população de 10 anos ou mais, mas em Santa Brígida alcançaram mais de 60%. Sítio do Quinto registrou proporção de pessoas sem rendimentos, inferior à média baiana: 44,3%.

**Tabela 27 – Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) <sup>1</sup>							Sem rendimento <sup>2</sup>
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	
Novo Triunfo	10.295	34,7	9,0	1,9	1,5	0,3	0,1		52,4
Santa Brígida	13.169	26,6	6,3	1,6	1,5	0,5	0,1	0,1	63,3
Sítio do Quinto	13.058	39,5	9,9	3,1	1,8	0,8	0,2	0,3	44,3
<b>Bahia</b>	<b>10.389.118</b>	<b>27,4</b>	<b>11,7</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8</b>	<b>3,0</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7</b>	<b>48,1</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra.

<sup>1</sup> Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

<sup>2</sup> Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Mais importante ainda é que a soma das proporções de “sem rendimento” com aqueles com “até um salário mínimo” por mês totaliza, na Bahia mais de 75% e, nos municípios em foco, mais de 80%: Sítio do Quinto: 83,8%; Novo Triunfo 87,1% e 89,9% em Santa Brígida. Esses dados evidenciam uma situação de grande penúria, nesses municípios, mas sem distinções significativas nas comparações entre um e outro.

**Tabela 28 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 1996**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) <sup>1</sup>								
	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento <sup>2</sup>
Novo Triunfo	10.295	3.575	927	197	156	30	12	0	5.399
Santa Brígida	13.169	3.505	828	213	193	63	16	10	8.341
Sítio do Quinto	13.058	5.159	1.298	410	234	99	30	39	5.791
<b>Bahia</b>	<b>10.389.118</b>	<b>2.845.899</b>	<b>1.215.214</b>	<b>414.076</b>	<b>398.782</b>	<b>311.893</b>	<b>133.959</b>	<b>72.286</b>	<b>4.997.006</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra.

<sup>1</sup> Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

<sup>2</sup> Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

No extremo mais alto, Novo Triunfo registrou pessoas com rendimentos de 10 a 20 salários mínimos, mas não acima de 20 mínimos. Nesse estrato de mais de 20 salários mínimos de rendimento mensal, Sítio do Quinto registrou 0,3%, de sua população de 10 anos e mais (39 pessoas), e Santa Brígida registrou 10 pessoas (0,1%). Na Bahia, o contingente de pessoas com rendimentos acima de 20 mínimos alcança mais de 72 mil indivíduos (Tabela 28), mas, mesmo que tal proporção seja bem maior que dos municípios analisados (0,7%), ainda assim é irrisório quando comparado com os sem rendimentos. Em todo os casos, são evidências de enorme desigualdade econômica.

Duas outras informações sobre rendimentos se mostraram bastante relevantes. Uma delas é referente ao valor do rendimento médio e mediano mensal, dos responsáveis pelos domicílios (Tabela 29). Esses dados evidenciaram que embora o valor do rendimento mediano dos municípios se aproxime do registrado pela Bahia como um todo, o valor do rendimento médio dos três municípios ficou muito abaixo do registrado pelo Estado, o qual é mais que o dobro do encontrado em Sítio do Quinto, e quase três vezes o de Novo Triunfo. Por sua vez, esse município, cujos valores de rendimento médio e mediano mensal se mostraram menores que dos demais, registrou para as mulheres, responsáveis por domicílios, rendimento médio e mediano maiores que dos homens.



**Tabela 29 – Valor do rendimento médio e mediano mensal dos responsáveis pelos domicílios, por sexo do responsável, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Municípios	Valor do rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios (R\$)					
	Médio			Mediano		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Novo Triunfo	155	152	177	130	120	151
Santa Brígida	199	199	197	151	151	151
Sítio do Quinto	221	230	170	150	150	150
<b>Bahia</b>	<b>460</b>	<b>491</b>	<b>374</b>	<b>151</b>	<b>180</b>	<b>151</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A outra informação se refere ao valor do rendimento nominal médio mensal e valor do rendimento nominal mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho (Tabela 30). Esse dado revelou, da mesma forma que a Tabela 29, grande distância dos valores registrados nos três municípios em relação à Bahia. Evidenciou, igualmente, menores rendimentos em Novo Triunfo, que nos demais. Mas, seja qual for a informação sobre rendimento, nesses municípios, ela é sempre muito baixa, mesmo em Sítio do Quinto, que mostrou sempre, nesse quesito, valores mais altos.

**Tabela 30 – Valor do rendimento nominal médio mensal e valor do rendimento nominal mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Municípios	Valor do rendimento nominal de todos os trabalhos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$)	
	Médio mensal	Mediano mensal
Novo Triunfo	158	110
Santa Brígida	185	120
Sítio do Quinto	258	120
<b>Bahia</b>	<b>400</b>	<b>162</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra.

Na caracterização dos municípios selecionados levantou-se também a distribuição da mão de obra ocupada dos residentes urbanos, rurais e totais, em idade ativa — 10 anos ou mais — de cada município, distribuídos pelos grandes grupos de atividade no trabalho principal (Tabela 31). Esses dados, extraídos dos micro-dados da amostra do Censo 2000 — motivo pelo qual, diferem um pouco dos chamados “resultados do universo” — revelam de pronto, que, em qualquer desses municípios, o volume dos residentes, com 10 anos de idade ou mais, não ocupado (item “branco”, na tabela), na semana de referência da pesquisa, era extremamente alto, embora bastante coerente com as informações anteriores sobre pessoas sem rendimentos.

**Tabela 31 – Residentes de 10 anos ou mais, por grandes grupos de atividade no trabalho principal e situação do domicílio em Novo Triunfo Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Grandes grupos de atividade no trabalho principal	Novo Triunfo			Santa Brígida			Sítio do Quinto		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
0. Branco <sup>1</sup>	1.939	3.137	5.076	2.208	4.542	6.751	2.018	4.679	6.697
1. Agricultura, pecuária, silvicultura	789	2.946	3.734	428	4.484	4.912	654	4.514	5.168
3. Indústria extrativa					11	11			
4. Indústria de transformação	38	22	59	106	65	171		42	42
5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5		5	11	15	26			
6. Construção	90	26	116	32	63	95	32	38	69
7. Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	205	6	211	234	76	310	128	38	165
8. Alojamento e alimentação	155	31	186	71	25	96	68	64	132
9. Transporte, armazenagem e comunicação	46		46	50	52	102	24	36	60
10. Intermediação financeira									
11. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	27	13	40	18	17	35	26	13	38
12. Administração pública, defesa e seguridade social	278	63	341	168	24	191	75	63	138
13. Educação	152	166	318	86	149	236	164	202	366
14. Saúde e serviços sociais				30		30			
15. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	30		30	29	8	37	24	23	47
16. Serviços domésticos	98	35	133	74	76	150	107	28	135
18. Outras atividades ou atividades não classificadas				15		15			
<b>Total</b>	<b>3.851</b>	<b>6.444</b>	<b>10.295</b>	<b>3.562</b>	<b>9.607</b>	<b>13.169</b>	<b>3.319</b>	<b>9.739</b>	<b>13.058</b>
Total de ocupados no comércio e serviços <sup>2</sup>	<b>1.123</b>	<b>361</b>	<b>1.485</b>	<b>925</b>	<b>570</b>	<b>1.495</b>	<b>647</b>	<b>546</b>	<b>1.193</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Microdados extraídos via REDATAM/CELADE.

<sup>1</sup>Pessoas não ocupadas na semana de referência.

<sup>2</sup>Somatório dos itens 4 a 18.

Vale lembrar que esse item “branco”, como explicado no rodapé da tabela, não se confunde, nesse caso, com “desempregado”, categoria que também integra esse item, junto com os jovens de 10 anos e mais que ainda não trabalham, os inativos, além de algumas outras situações possíveis de não ocupação, a exemplo das donas de casa, mencionadas acima. Compreende-se, portanto, a impossibilidade de mensurar a desocupação ou desemprego municipal, ou aventar hipóteses explicativas para tal, através desses números.

Ainda sobre esse item, observou-se que os residentes rurais não ocupados eram numérica e proporcionalmente maiores que os urbanos (mais de 60%). Nessa mesma condição, observados em suas respectivas áreas domiciliares, compunham quase 50% do todo o contingente rural de cada município e, de 50, a mais de 60% do urbano.

Vale lembrar também, que as informações sobre as populações urbanas são referidas

aos respectivos distritos sede desses municípios, já que nenhum deles conta com outras áreas, como distritos ou vilas, definidas como urbanas. Desse modo, considerando o interesse, deste trabalho, em distinguir as ocupações de tipo urbano das rurais — inclusive por área de domicílio —, foram inseridos nessa tabela, e nas duas subseqüentes (Tabelas 32 e 33), os somatórios dos ocupados em atividades geralmente tipificadas como urbanas e as proporções que assumiam em relação ao total dos ocupados de 10 anos ou mais, por atividade principal, em cada município.

Além do enorme número de pessoas não ocupadas no período pesquisado nos três municípios, também se observa maior contingente de residentes rurais que urbanos, fato já mencionado antes. Mas as Tabelas 32 e 33, em números relativos, permitem melhor compreensão sobre a distribuição das atividades ocupacionais.

**Tabela 32 – Proporção de residentes de 10 anos ou mais, por situação do domicílio, segundo grandes grupos de atividade no trabalho principal em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Grandes grupos de atividade no trabalho principal	Novo Triunfo			Santa Brígida			Sítio do Quinto		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
0. Branco <sup>1</sup>	50,3	48,7	49,3	62,0	47,3	51,3	60,8	48,0	51,3
1. Agricultura, pecuária, silvicultura	20,5	45,7	36,3	12,0	46,7	37,3	19,7	46,3	39,6
3. Indústria extrativa					0,1	0,1			
4. Indústria de transformação	1,0	0,3	0,6	3,0	0,7	1,3		0,4	0,3
5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,1		0,0	0,3	0,2	0,2			
6. Construção	2,3	0,4	1,1	0,9	0,7	0,7	1,0	0,4	0,5
7. Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	5,3	0,1	2,0	6,6	0,8	2,4	3,9	0,4	1,3
8. Alojamento e alimentação	4,0	0,5	1,8	2,0	0,3	0,7	2,0	0,7	1,0
9. Transporte, armazenagem e comunicação	1,2		0,4	1,4	0,5	0,8	0,7	0,4	0,5
10. Intermediação financeira									
11. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	0,7	0,2	0,4	0,5	0,2	0,3	0,8	0,1	0,3
12. Administração pública, defesa e seguridade social	7,2	1,0	3,3	4,7	0,2	1,5	2,3	0,6	1,1
13. Educação	4,0	2,6	3,1	2,4	1,6	1,8	4,9	2,1	2,8
14. Saúde e serviços sociais				0,9		0,2			
15. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,8		0,3	0,8	0,1	0,3	0,7	0,2	0,4
16. Serviços domésticos	2,5	0,5	1,3	2,1	0,8	1,1	3,2	0,3	1,0
18. Outras atividades ou atividades não classificadas				0,4		0,1			
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Total de ocupados no comércio e serviços <sup>2</sup>	<b>29,2</b>	<b>5,6</b>	<b>14,4</b>	<b>26,0</b>	<b>5,9</b>	<b>11,4</b>	<b>19,5</b>	<b>5,6</b>	<b>9,1</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Microdados extraídos via REDATAM/CELADE.

<sup>1</sup>Pessoas não ocupadas na semana de referência.

<sup>2</sup>Somatório dos itens 4 a 18.

Pelos motivos explicitados, sob o total das Tabelas 31, 32 e 33 foi inserida uma linha com o somatório dos itens 4 a 18, referentes às ocupações no comércio, indústria e serviços diversos, bem como o cálculo dos respectivos percentuais. Esse artifício revelou, em primeiro lugar, que o pessoal ocupado em atividades não agrícolas, nos três municípios, é maior no meio urbano que no rural (Tabela 31), representando 29,5% dos residentes urbanos de Novo Triunfo, 26% dos de Santa Brígida e 19,5% dos de Sítio do Quinto (Tabela 32). Os residentes urbanos ocupados com atividades do setor primário eram 20,5% em Novo Triunfo, 12% em Santa Brígida e 19,7% em Sítio do Quinto, proporção que se equiparou à dos ocupados em atividades não agrícolas.

Por outro lado 5,6% dos residentes rurais de Novo Triunfo e Sítio do Quinto e 5,9% dos de Santa Brígida também se ocupava de atividades não agrícolas. Dos moradores desses três municípios, o total dos ocupados em atividades do setor primário da economia, em 2000, ficou entre 36,3% e 39,6%, o que supera amplamente a proporção de trabalhadores em serviços, confirmando o caráter predominantemente agrícola desses municípios.

Todavia, talvez pela importância da população rural, excetuando-se as atividades primárias, os ocupados em atividades ligadas à educação eram os proporcionalmente mais importantes em relação ao conjunto dos ocupados rurais nos três municípios (Tabela 32).

Talvez pelo mesmo motivo, maior proporção de residentes rurais, também, as atividades ligadas à educação, relativamente ao total por área, registraram significativa maior proporção no meio rural que no urbano nos três municípios, dados observados na Tabela 31, com os números absolutos. Em Santa Brígida e Sítio do Quinto, serviços que apóiam a atividade agrícola mostrado nos itens “construção” e “transporte, armazenagem e comunicação” também registraram maior proporção no meio rural que urbano. Além desses, em Santa Brígida, também os serviços de “produção e distribuição de eletricidade, gás e água” e “serviços domésticos” registraram maior proporção de ocupados no meio rural que no urbano. Os demais serviços apresentaram relevância no conjunto de atividades por situação de domicílio, apenas na área urbana, nos três municípios (Tabela 33).

Aparentemente tais exceções estão associadas a serviços destinados ao atendimento de demandas de residentes rurais, maioria nesses municípios, em que pese Novo Triunfo não ter registrado o mesmo fenômeno, apesar de também ter a maior parte de seus habitantes na área rural. Uma hipótese explicativa para tal fato seria um possível melhor padrão de renda dos residentes rurais de Santa Brígida e Sítio do Quinto. Como mostrado acima, tanto os chefes de domicílio quanto as pessoas de 10 anos e mais, ocupadas na semana de referência, desses dois municípios registraram rendimentos médio e mediano maiores que de Novo Triunfo.

**Tabela 33 – Proporção de residentes de 10 anos ou mais, por grandes grupos de atividade no trabalho principal e situação do domicílio em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Grandes grupos de atividade no trabalho principal	Novo Triunfo			Santa Brígida			Sítio do Quinto		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
0. Branco <sup>1</sup>	38,2	61,8	100,0	32,7	67,3	100,0	30,1	69,9	100,0
1. Agricultura, pecuária, silvicultura	21,1	78,9	100,0	8,7	91,3	100,0	12,7	87,3	100,0
3. Indústria extrativa					100,0	100,0			
4. Indústria de transformação	63,5	36,5	100,0	61,9	38,1	100,0		100,0	100,0
5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	100,0		100,0	42,2	57,8	100,0			
6. Construção	77,6	22,4	100,0	33,7	66,3	100,0	45,8	54,2	100,0
7. Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	97,1	2,9	100,0	75,4	24,6	100,0	77,3	22,7	100,0
8. Alojamento e alimentação	83,3	16,7	100,0	74,1	25,9	100,0	51,2	48,8	100,0
9. Transporte, armazenagem e comunicação	100,0		100,0	49,2	50,8	100,0	40,2	59,8	100,0
10. Intermediação financeira									
11. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	68,3	31,7	100,0	50,3	49,7	100,0	66,7	33,3	100,0
12. Administração pública, defesa e seguridade social	81,6	18,4	100,0	87,5	12,5	100,0	54,6	45,4	100,0
13. Educação	47,8	52,2	100,0	36,7	63,3	100,0	44,7	55,3	100,0
14. Saúde e serviços sociais				100,0		100,0			
15. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	100,0		100,0	79,5	20,5	100,0	50,4	49,6	100,0
16. Serviços domésticos	73,6	26,4	100,0	49,3	50,7	100,0	79,6	20,4	100,0
18. Outras atividades ou atividades não classificadas				100,0		100,0			
<b>Total</b>	<b>37,4</b>	<b>62,6</b>	<b>100,0</b>	<b>27,0</b>	<b>73,0</b>	<b>100,0</b>	<b>25,4</b>	<b>74,6</b>	<b>100,0</b>
Total de ocupados no comércio e serviços <sup>2</sup>	<b>75,7</b>	<b>24,3</b>	<b>100,0</b>	<b>61,9</b>	<b>38,1</b>	<b>100,0</b>	<b>54,2</b>	<b>45,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Microdados extraídos via REDATAM/CELADE.

<sup>1</sup>Pessoas não ocupadas na semana de referência.

<sup>2</sup>Somatório dos itens 4 a 18.

Um outro aspecto pelo qual se pode abordar e buscar compreender a dinâmica econômica dos municípios é a partir de suas receitas orçamentárias. Tais receitas são compostas pelos impostos — de competência arrecadadora dos municípios, cobrados sobre as diversas atividades econômicas ali desempenhadas —, pelas transferências do Estado e/ou da União e pelas operações de crédito. Uma análise de seu desempenho permite compreender um pouco a produção ou circulação da riqueza financeira municipal.

A composição das receitas próprias dos municípios (Tabela 34) mostrou que o item “outras” (receitas próprias) — que não aquelas oriundas dos impostos mais conhecidos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto de Transmissão Inter-Vivos (ITIV) —, era o que havia de mais importante nesse quadro, nos

três municípios. Com exceção de Santa Brígida, onde o ISS compõe mais de 27% da receita — que nos outros dois municípios não chegou a 10% —, em Sítio do Quinto e Novo Triunfo o item outras receitas ficou em torno de 90% (Tabela 35).

**Tabela 34 – Componentes e valores da composição da receita própria de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Municípios	Receita Própria (R\$)					
	IPTU	ISS	ITIV	Patrimonial	Outras	Total
Sítio do Quinto	6.660,00	33.290,56	1.515,00	0,00	478.918,17	520.383,73
Santa Brígida	3.070,44	51.939,32	1.503,19	0,00	134.062,25	190.575,20
Novo Triunfo	900,00	8.387,80	1.868,00	1.452,12	95.850,34	108.458,26

Fonte: TCM.  
Elaboração: SEI.

**Tabela 35 – Composição percentual dos valores de composição da receita própria de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto – 2000**

Municípios	Receita Própria (%)					
	IPTU	ISS	ITIV	Patrimonial	Outras	Total
Sítio do Quinto	1,28	6,40	0,29	0,00	92,03	100,00
Santa Brígida	1,61	27,25	0,79	0,00	70,35	100,00
Novo Triunfo	0,83	7,73	1,72	1,34	88,38	100,00

Fonte: TCM.  
Elaboração: SEI.

Além das receitas próprias, na receita orçamentária dos municípios entram ainda as receitas de transferência e as operações de crédito. Como se pode observar pelos dados absolutos — e melhor ainda pelos relativos da Tabela 37 — as receitas de transferência são as mais significativas, para todos os municípios da Bahia.

No caso dos municípios observados nesse trabalho, as Tabelas 36 e 37 mostram que, em primeiro lugar que inexistiram receitas oriundas de operações de crédito. Suas receitas próprias, com exceção de Sítio do Quinto, tiveram peso relativo pouco importante na composição das receitas orçamentárias de cada um deles. No caso de Sítio do Quinto, seu desempenho o aproximou razoavelmente da média dos municípios baianos, pois na composição de sua receita orçamentária contribuiu com 13,3 % de receitas próprias enquanto a média baiana foi de 16,1%.

As receitas oriundas de transferências do Estado e da União, por seu importantíssimo peso na composição da receita total de cada um desses municípios, são vitais para sua manutenção. Por outro lado, tais receitas de transferência, que pesaram

singularmente na composição das receitas de cada um desses municípios, em 2000, não tiveram grande significado relativamente ao montante transferido naquele ano, relativamente ao conjunto dos municípios baianos (Tabela 37).

**Tabela 36 – Receita orçamentária e composição percentual da receita orçamentária (receita própria, de transferência e operações de crédito) de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto e receita orçamentária e composição da receita orçamentária do total dos municípios – 2000**

Municípios	Receita Orçamentária	Receita Própria	Receita de Transferências	Operações de Crédito
<b>Total dos Municípios</b>	<b>4.515.046.528,59</b>	<b>16,1</b>	<b>83,8</b>	<b>0,1</b>
Novo Triunfo	3.803.263,19	2,9	97,1	-
Santa Brígida	5.945.709,62	3,2	96,8	-
Sítio do Quinto	3.902.418,80	13,3	86,7	-

Fonte:TCM.

Elaboração: SEI.

**Tabela 37 – Componentes e valores da composição da receita orçamentária (receita própria, de transferência e operações de crédito) de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto e participação percentual desses componentes sobre os da receita orçamentária do total dos municípios – 2000**

Municípios	Valor da Receita em R\$1,00			Operações de Crédito
	Receita Orçamentária	Receita Própria	Receita de Transferências	
<b>Total dos Municípios</b>	<b>4.515.046.528,59</b>	<b>725.354.571,57</b>	<b>3.785.075.941,07</b>	<b>4.616.015,95</b>
Novo Triunfo	3.803.263,19	108.458,26	3.694.804,93	-
Santa Brígida	5.945.709,62	190.575,20	5.755.134,42	-
Sítio do Quinto	3.902.418,80	520.383,73	3.382.035,07	-
<b>Participação percentual</b>				
Novo Triunfo	0,08	0,01	0,10	-
Santa Brígida	0,13	0,03	0,15	-
Sítio do Quinto	0,09	0,07	0,09	-

Fonte:TCM.

Elaboração: SEI.

Portanto, verifica-se assim que também as receitas orçamentárias de cada uma dessas unidades administrativas se mostraram irrelevantes na composição do total das receitas orçamentárias dos municípios da Bahia.

As informações acima, em relação aos municípios em foco, de vocação agrícola tradicional, apresentam precárias condições de crescimento ou desenvolvimento socioeconômico. Neste cenário se analisam suas sedes, no capítulo que se segue.

## **5 CIDADES DO SEMI-ÁRIDO: NOVO TRIUNFO, SANTA BRÍGIDA E SÍTIO DO QUINTO. ESTRUTURAS ESPACIAIS E FUNÇÕES URBANAS**

O objetivo deste capítulo é apresentar as características observadas nas cidades selecionadas para esse estudo, fundamentadas no conceito de espaço urbano, exposto no Capítulo 2<sup>23</sup>, bem como apresentar os demais resultados de pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Essa última incluiu dados de observação direta e indireta e entrevistas com residentes, feirantes e consumidores da feira, de modo a produzir as informações e dados necessários à apreensão das características socioespaciais particulares a cada uma, compreendendo sua disposição e organização no espaço. Buscou-se também apreender as funções que desempenham junto a seus habitantes e aos municípios que sediam, bem como o âmbito das relações mantidas com outros municípios, a região e o Estado.

A pesquisa exploratória, feita entre 28 e 31 de janeiro de 2004, começou causando surpresa em relação às impressões causadas por época do primeiro contato com essas localidades e que motivaram, em parte, a inclusão especificamente dessas cidades no trabalho. A surpresa foi em relação ao visível crescimento do número de habitações, bem como a expansão da área habitada ocorrida nas três cidades num intervalo pouco maior que três anos, corroborando os dados do Censo 2000, que registraram para elas importante ritmo de crescimento. Além disso, especialmente marcantes em Novo Triunfo e Sítio do Quinto, embora também em Santa Brígida, foram observados cuidados específicos com ajardinamento de praças, plantio árvores ao longo das ruas centrais, assim como pavimentação de ruas e abertura de outras, ocupando espaços e viabilizando a expansão de áreas de moradia.

A obtenção de vistas aéreas de cada cidade permitiu melhor compreensão do espaço sob análise. Tais fotos, sem registro de autoria e supostamente datadas de 2000, realizadas aparentemente com finalidades comerciais, publicitárias ou turísticas e, portanto, sem a preocupação e as técnicas de uma aerofotogrametria, ainda assim foram de enorme valia para os objetivos deste trabalho, permitindo, de imediato, uma apreciação dos respectivos relevos, o modo como as cidades se distribuem nesses espaços físicos, uma visão objetiva de sua malha viária e um razoável conhecimento das formas de ocupação de suas

<sup>23</sup> Uma cidade — entendida, como espaço urbano e socialmente produzido — deve conter certo número de habitantes, vivendo em um aglomerado com certa centralidade econômica, algumas características espaciais — refletidas na multiplicidade de uso do solo — e certa diversidade econômica articulada com a presença de classes sociais distintas; além de alguma proporção de residentes ocupados em atividades não agrícolas. Deve ainda ser entendida como uma localidade centro de região e, neste sentido, como um sistema dentro de um sistema de cidades. Entende-se também, que o urbano é um atributo das aglomerações humanas, que nelas se materializa, mas a elas não se limita — dado que é resultado de múltiplas interações socioespaciais e dos modos de sentir, pensar, e agir derivados do viver em locais adensados.



áreas. Fundamentalmente, as fotos panorâmicas permitiram verificar que tais espaços não se confundem com áreas agrícolas, pois ainda que pequenos e isolados, seus moradores vivem em aglomerados dentro dos quais não se vislumbram áreas de plantios, ainda que árvores frutíferas, por seu porte, sejam observáveis em alguns quintais.

Através dessas fotos se percebeu que, do alto de um avião, nos três casos, elas se assemelham a células dendríticas — cujas ramificações se espalham em várias direções — pois, da mesma forma, seus arruamentos tomam várias direções. Contudo, suas áreas centrais, especialmente em Sítio do Quinto, não são tão claramente identificados, nessa escala ótica, quanto os de células observadas microscopicamente (Fotos 4, 5 e 6).

**Foto 4 – Novo Triunfo – Vista aérea**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Novo Triunfo, [2000].

Esse longo corredor formado por praças e avenidas é plano e constitui, quase um fundo de vale, pois as laterais são formadas por elevações ao longo de toda sua extensão.

Essa aparência de células dendríticas parece advir mais das ruas que se alongam em direção dos espaços externos ainda disponíveis para expansão, os quais vêm permitindo um assentamento espreado de seus casarões. No caso, a ordem centralística como referida por Christaller (1966) é pouco evidente nessas cidades — ainda menos em Sítio do Quinto —, pois à semelhança de um tabuleiro de xadrez, é preciso que as peças sejam conhecidas e estejam colocadas, definindo o “campo de guerra”, ou seja, onde e como funcionam suas áreas centrais.

**Foto 5 – Santa Brígida – Vista aérea**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Santa Brígida, através do fotógrafo José Rogério Alves Sobrinho [2000]. Santa Brígida se situa entre suaves colinas, em terreno de topografia acidentada e levemente inclinado, perceptível na foto. Partes das áreas mais baixas dessa inclinação são exatamente as mostradas no centro inferior da foto. A cidade é toda cercada com elevações pedregosas, parcialmente observadas no canto inferior direito. O grande espelho d'água à esquerda é represamento de águas de chuva. Em jan./2004 estava praticamente seco, parecendo lamaçal.

**Foto 6 – Sítio do Quinto – Vista aérea**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Sítio do Quinto, [2000]. Sítio do Quinto se estende sobre um *plateau*, um plano, também levemente inclinado cujas áreas mais baixas se vêem no inferior da foto.

Torna-se, assim necessário conhecer a estrutura da organização espacial e a localização das peças desse tabuleiro, que são os pontos de referência comercial, religiosa, de serviços e os locais de convívio social, assim como os focos de emanção do poder político, e/ou econômico, e/ou religioso os quais, por sua localização, permitem a apreensão das especificidades estruturais e funcionais de cada espaço em questão.

Vistas através das referidas fotos, as três cidades, mostraram, apesar de seu curto tempo de existência, certa complexidade na chamada mancha de ocupação, característica de um crescimento não planejado no longo prazo, que revela um tipo de intervenção, aparentemente imediatista, que obedeceu preponderantemente aos interesses e possibilidades mais oportunos no momento e a algumas injunções do relevo. A retidão do traçado de inúmeras ruas, nas três localidades, mas notadamente em Sítio do Quinto, indica uma intervenção oficial, comprovada *in loco*, pela informação de que as prefeituras se responsabilizam pela abertura, extensão e calçamento de ruas, como também pela demarcação de lotes e construção de casas, que são doadas às famílias.

Sabendo-se que sob o comando das prefeituras, ruas são abertas, lotes e casas construídas e entregues a novos moradores, explica-se em parte, o intenso ritmo de crescimento demográfico das áreas urbanas, mostrado antes na Tabela 5. Corrêa (1998) explicou esse processo afirmando que:

A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo esse trabalho realiza-se sob o controle do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isso quer dizer que o capital, e seu Estado são os agentes da organização do espaço [...] (CORRÊA, 1996, p. 60-61).

Nessas cidades, as prefeituras são, portanto, o grande agente produtor, estruturador e organizador do espaço, ainda que possam existir pressões de movimentos populares, o que não foi notado especificamente em suas áreas.

## 5.1 ESTRUTURAS E FUNÇÕES

A estrutura urbana de cada uma dessas cidades — que se mostra aqui em descrição bastante detalhada em termos de suas características espaciais e localizações de seus marcos principais — se assemelha bastante às das outras. Nesse sentido, é notável que apesar de sua história relativamente curta não é fácil a quem desconheça a história local, perceber o marco de origem, ou onde ocorreram os primeiros assentamentos de moradores. É por esse motivo que a partir dos relatos históricos específicos a cada cidade selecionada, se busca

compreender um pouco da lógica dos assentamentos, localizações e outras dimensões socioespaciais. Santa Brígida, por exemplo, foi fundamentalmente marcada — como se verá adiante — por Pedro Batista, praticamente apagando a memória de sua origem.

Na história da formação de muitas das cidades brasileiras a presença constante da Igreja Católica junto dos colonizadores, imprimiu uma marca característica dada por uma grande e imponente praça central, encimada por uma igreja denominada Matriz — elemento quase sempre dominante na paisagem —, dedicada a um santo padroeiro, ao redor da qual iam se instalando os moradores, os comerciantes e demais prestadores de serviços. Em pouco tempo esse conjunto, em geral fisicamente central em relação ao aglomerado, se tornava o centro da vida comercial e social, o local do encontro e da concentração das principais atividades sociais coletivas, como as festividades religiosas ou profanas e as comemorações cívicas. Em poucas palavras, o centro da vida urbana. O crescimento e desenvolvimento socioeconômico, em vários casos fizeram surgir outras praças, eventualmente com maior importância comercial ou social, mas a primazia da “Praça da Matriz”, ou “da Sé”, dificilmente desapareceria completamente, pois a tendência, em geral, foi assumir a função de principal referência histórica e geográfica do local.

Esse marco original, tão claramente identificável em outras cidades, não o é em Novo Triunfo, Santa Brígida ou Sítio do Quinto. Nelas não existe uma praça encimada por uma Igreja, como referência central do núcleo habitado, até porque historicamente, como brevemente exposto no capítulo anterior, elas não surgiram das atividades de padres missionários engajados na catequese indígena. O que se viu nessas cidades, é que apesar de tão pequenas, apresentam mais de uma praça, próximas umas das outras, enfileiradas ou contíguas, compondo sua área central, embora nem sempre ocupem essa posição, fisicamente, como no caso de Sítio do Quinto.

Não por acaso — pois a influência da Igreja Católica ainda é fortemente hegemônica no interior do país — uma dessas praças conta com uma Igreja, consagrada a um padroeiro, festejado anualmente. Isso, em certa medida, reproduz o padrão da igreja matriz, exposto acima, até porque dificilmente se encontre um só aglomerado em todo, o Brasil, que não conte com uma igreja ou capela, por pequena que seja. Contudo, no caso das cidades em referência, esse conjunto Praça/Igreja do Padroeiro não tem a mesma importância como centralidade social, a não ser em dias específicos de atividades religiosas, porque sua origem não se associa a atividades missionárias, que colocavam uma igreja no centro de uma praça no centro do povoado. Não sendo fisicamente central, as unidades mais importantes de comércio ou lazer não se localizaram a sua volta e, talvez por esse motivo, entre outros, esse conjunto não seja o elemento estruturador e dominante na paisagem local.

No conjunto de praças identificadas nas sedes em foco, algumas são bem ajardinadas, outras quase não exibem cuidados, mesmo que se situem próximas. Em uma das mais cuidadas ou ajardinadas em geral, funciona uma parte dos principais órgãos públicos, como também serve como principal referência da cidade, caso especialmente de Santa Brígida e Novo Triunfo.

Como essas cidades revelaram inúmeras semelhanças em seus processos, considerou-se mais produtivo apresentá-las sequencialmente. Assim, cada aspecto ou fenômeno será abordado a partir de uma delas, apresentando-se em seguida, as outras duas. Por ordem de chegada a essas cidades, Novo Triunfo foi a primeira a ser pesquisada, Sítio do Quinto a segunda e, Santa Brígida, cerca de 45 quilômetros mais distante, a última.

Observando, inicialmente, Novo Triunfo verifica-se que, em seu extenso corredor de vale, visto em primeiro plano na foto, são encontrados os diversos elementos constitutivos de uma centralidade. A Foto 7 localiza a Igreja de São Pedro, na praça do mesmo nome, principal visão que tem um visitante ao chegar na cidade, pois a via de ligação “BR-110 – Novo Triunfo” leva diretamente a ela. Essa estrada de ligação pode ser melhor visualizada, em relação ao aglomerado, na Foto 8, tirada de um ponto mais alto e distante. O espelho d’água identificado como “Nação” — termo que aparentemente substitui “nascente” —, era conhecido como Tanque do Guloso e parece ligado à história local, em relação à chegada dos primeiros moradores do aglomerado, que era conhecido por Guloso, nome ainda usado por muitos residentes, especialmente os mais idosos.

A sede da Prefeitura (Foto 7), logo atrás da Igreja, tem por endereço a Praça Pedro Macário, que em um de seus trechos revela cuidados paisagísticos. Essa praça alongada se estende do fundo da Igreja de São Pedro, até após o Mercado Municipal — em cujo prédio também funcionam os Correios — e nela se encontra boa parte das melhores residências da cidade.

A feira de Novo Triunfo acontece a partir da área circundante do Mercado Municipal alcançando, através de ruas pequenas e estreitas, a Praça Rui Barbosa, calçada com paralelepípedos. Na mesma Foto 7 se vê a Praça Antonio Guerra encimada pela pequena Igreja de São Sebastião, o qual divide com São Pedro, o patronato da cidade.

Bem no alto, quase no final do corredor central (Foto 7 e 8), se vê o edifício do entreposto de abastecimento do Governo do Estado conhecido como “Cesta do Povo”. Sua entrada está voltada para a Praça Luís Eduardo Magalhães, à frente, em cujo centro há uma quadra de esportes, que à época da pesquisa carecia de muitos cuidados.

**Foto 7 – Novo Triunfo – Localizações**

Fonte: Detalhe da Foto 4 sem autoria, cedida pela Prefeitura de Novo Triunfo, [2000].

Em primeiro plano (1) a Praça e Igreja Matriz de São Pedro. Atrás da Igreja, início da Praça Pedro Macário, onde se vê (2) o sobrado sede da Prefeitura. A Praça Pedro Macário (3) se estende até após o prédio do Mercado Municipal (4). Praça Rui Barbosa (5), Praça Antonio Guerra (6) e a Igreja de São Sebastião (7). No alto da foto (8) o prédio da “Cesta do Povo”. À direita, vê-se a “nação” mencionada no histórico de origem da cidade.

Na Foto 8, além do detalhe da via de chegada em Novo Triunfo, à esquerda da praça da “Cesta do Povo”, em sentido diagonal em relação a ela, fica o Posto de Saúde, (em detalhe na Foto 21), onde também funciona a Secretaria Municipal de Saúde. À esquerda do Posto está o Colégio Municipal, que atende os alunos do Ensino Médio e, novamente à esquerda, mas um pouco recuado, está o cemitério e uma pequena igreja.

Observando ainda as panorâmicas aéreas (Fotos 7 e 8), nota-se que a longa área central de Novo Triunfo é formada por uma larga faixa de terreno plano, quase um fundo de vale, pois nas laterais, se vêem elevações, perceptíveis nas fotos. É nessa área que se instalou e vem se desenvolvendo o centro da cidade.

Perceber o que era efetivamente a área central, em termos de centro comercial e de serviços, de Novo Triunfo, Santa Brígida ou Sítio do Quinto foi mais difícil do que se poderia imaginar, pois os serviços e comércio, em qualquer delas, não estão concentrados em uma pequena área, mas largamente espalhados por diversas praças e ruas, ao lado de residências particulares.

### Foto 8 – Novo Triunfo – Outras localizações



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Novo Triunfo, [2000].

Essa foto evidencia a chegada à cidade levando diretamente à Praça São Pedro. (1) prédio da “Cesta do Povo”, (2), Posto de Saúde e Colégio Municipal, nas proximidades do Cemitério. (3) Rua José Luís ocupada por famílias de menor padrão de renda que as da Praça Pedro Macário. A grande construção no canto inferior direito, em fevereiro de 2005, era um galpão com posto de gasolina.

A Igreja Matriz de São Pedro pode ser vista em maior detalhe na Foto 9 e, na Foto 10 vê-se parte da Praça Pedro Macário, no trecho que antecede o Mercado Municipal.

### Foto 9 – Novo Triunfo. Igreja e Praça de São Pedro



Fonte: A Autora, 28/01/2004.

### Foto 10 – Novo Triunfo – Detalhe da Praça Pedro Macário



Fonte: A Autora, 28/01/2004.

Centro de Novo Triunfo, vendo-se o tipo predominante de residências nessa área.

Na Foto 11, a demarcação da área comercial e de serviços de Novo Triunfo, que, no caso, se espalha ao longo do corredor central, mostra um polígono que revela, em parte, a dificuldade de se identificar rapidamente o centro da cidade. Todo o comércio e serviços públicos ou privados se encontram espalhados dentro desses limites, traçados em alaranjado — à exceção de um posto de gasolina, uma borracharia e uma lanchonete, normalmente encontrados na entrada das cidades —, entremeados com algumas das melhores residências. Fora deles só se encontram unidades domiciliares.

Nesse polígono são encontradas, como já assinalado, a Prefeitura, Delegacia, a Secretaria da Educação, Igreja Evangélica e ainda, guichê de venda de passagens intermunicipais e interestaduais, lojas tipo armarinho, papelarias e presentes, supermercados — equivalentes a mercados e mini-mercados de grandes cidades como Salvador —, sapatarias, farmácias, *boutiques*, lojas de confecções, de materiais de construção, sorveterias, bares diversos com jogos de bilhar ou eletrônicos.

**Foto 11 – Novo Triunfo – Espacialização do centro**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Novo Triunfo, [2000].

Essa delimitação evidencia a área onde, alternando com residências, se encontram todas as unidades de comércio e serviços públicos e privados. A feira semanal ocupa a área hachuriada em vermelho. Uma exceção é a Câmara dos Vereadores (CV) que se transferiu para local não enquadrado, à esquerda da foto.



Em alguns casos, construções residenciais tiveram seus espaços internos transformados para funcionamento, por exemplo, da Prefeitura que ocupa um dos raros sobrados da cidade, da Delegacia, da Secretaria da Educação ou da Igreja Evangélica. Em outros casos, a adaptação do imóvel promoveu o funcionamento de uma loja na frente ou no piso inferior da casa do proprietário. Evidências de formas às quais o desenvolvimento, mesmo lento, atribuiu novas funções.

Desse modo, uma miscelânea de casas particulares misturadas a comércio e serviços que pareceu, inicialmente, não corresponder a um tipo diferencial de uso do solo, até que se percebeu que saindo desse polígono, por onde pessoas circulam o tempo todo, só existem residências particulares e nenhum comércio ou serviço. Configurou-se, assim uma primeira evidência de diferenciação no uso de solo. Diferenciação que orienta e articula a circulação das pessoas em referência a seus locais de moradia.

A centralidade desse polígono decorre também do fato de que nos três casos — embora menos evidente em Sítio do Quinto — foi detectado, de um lado, um tipo de sub-espacialização que é o local da feira, claramente marcado na foto, e de outro, dado pela maior circulação de diferentes tipos de pessoas em determinados horários. Isso foi percebido porque durante o tempo de permanência em cada cidade buscou-se observar quais as principais áreas de circulação das pessoas, sua movimentação ao longo do dia e os locais mais freqüentados em cada horário, o que permitiu melhor apreender as áreas centrais. Nos três casos, apesar da extensão da área por onde se espalham as unidades administrativas, comerciais e religiosas, a área de maior circulação das pessoas, no mais diversos horários coincide, em grande parte, com a área da feira, onde além da concentração de lojas, há também diversos bares, praticamente a única fonte de lazer disponível.

Segundo relatos locais, a inexistência de outras formas ou fontes de lazer, vem fazendo com que os jovens se entreguem muito cedo às bebidas alcoólicas, apesar de todos os impedimentos formais e legais. No meio da manhã e da tarde se vêem muitas mulheres, provavelmente donas de casa, circulando, fazendo compras, visitas ou em atividade semelhante. À tardinha, a predominância é de homens, principalmente jovens, reunidos conversando e bebendo, ou se distraindo nos bares, jogos eletrônicos, ou bilhares. Mulheres jovens, em pequenos grupos, passam pelas calçadas, mas as donas de casa quase desaparecem das ruas.

As igrejas católicas transbordam suas festas ou celebrações — com destaque para

as festas dos padroeiros e as celebrações da Semana Santa —, para as praças sendo que suas costumeiras procissões percorrem várias ruas dessa área central. A Igreja de São Sebastião em Novo Triunfo não se localiza mais em área que se poderia chamar de central, pois perdeu essa condição que parece ter existido até a data da emancipação do município, mas, segundo informações de moradores, sua festa é a mais concorrida da cidade e sua procissão percorre as ruas do centro.

As Fotos 12 a 27 mostram detalhes do centro de Novo Triunfo, suas principais edificações, praças e atividades. A seguir serão mostrados os mesmos aspectos referentes a Santa Brígida e Sítio do Quinto, que vão permitir melhor compreensão dos respectivos espaços.

**Foto 12 – Novo Triunfo – Delegacia**



Fonte: A Autora.  
Localizada na Praça Pedro Macário, próxima do Mercado Municipal.

**Foto 13 – Novo Triunfo – Loja de Calçados**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Localizada na Praça Pedro Macário, nas proximidades da Prefeitura.

**Foto 14 – Novo Triunfo – Lojas e Residências**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Todas na Praça Pedro Macário, em frente à Delegacia e à Igreja Batista.

**Foto 15 – Novo Triunfo – Delegacia, Residência e Igreja Batista**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Na Praça Pedro Macário.

**Foto 16 – Novo Triunfo – Confeções e Presentes e Materiais de Construção**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Lojas da mesma família, Rua do Campo, esquina Praça Rui Barbosa. No sobrado, em fev/2005, encontrou-se um mercado encimado por residência.

**Foto 17 – Novo Triunfo – Lotérica e Loja de 1,99**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Praça Pedro Macário, junto do Mercado Municipal, pertencentes a um único proprietário.

**Foto 18 – Novo Triunfo – Materiais de Construção**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Praça Pedro Macário, ao lado do Mercado Municipal.

**Foto 19 – Novo Triunfo – Venda de Passagens Interestaduais**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Praça Rui Barbosa, quase esquina da Rua do Campo.

**Foto 20 – Novo Triunfo – Mercado Municipal e Correio**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
A entrada no Mercado Municipal é feita pelas laterais. Os Correios ocupam os fundos do prédio.

**Foto 21 – Novo Triunfo – Posto de Saúde**



Fonte: A Autora.  
Praça Luís E. Magalhães, em frente à Cesta do Povo. Aí também funciona a Secretaria Municipal de Saúde.

**Foto 22 – Novo Triunfo – Colégio Municipal**

Fonte: A Autora.  
Frente do Colégio, vendo-se à esquerda, a entrada do Cemitério.

**Foto 23 – Novo Triunfo – Detalhe da Praça Antônio Guerra**

Fonte: A Autora.  
Provavelmente a praça a mais antiga da cidade, onde está o busto em homenagem a Antônio Guerra

**Foto 24 – Novo Triunfo – Busto de Antônio Guerra**

Fonte: A Autora.  
Líder político de décadas atrás. O casario é parte dos primeiros assentamentos. São casas menores, mais simples e envelhecidas que as do centro.

**Foto 25 – Novo Triunfo – Igreja e Monumento a São Sebastião**

Fonte: A Autora.  
Ambos no alto da Praça Antônio Guerra. Detalhes nas fotos 26 e 27.

**Foto 26 – Novo Triunfo – Igreja de São Sebastião**

Fonte: A Autora.  
Detalhe da pequena Igreja.

**Foto 27 – Novo Triunfo – Homenagem a São Sebastião**

Fonte: A Autora.  
Detalhe do monumento em frente à Igreja.

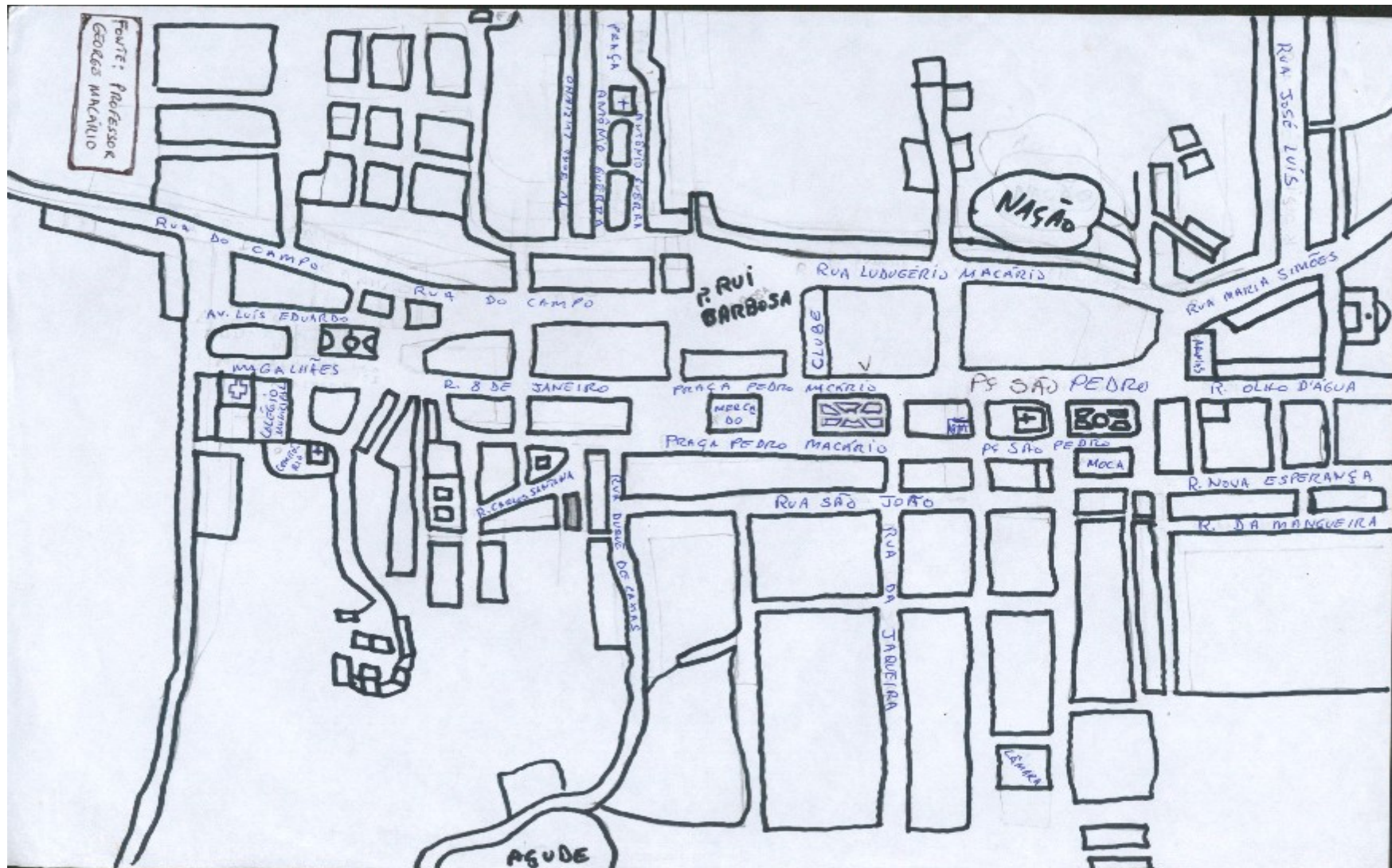
As fotos acima mostram instalações de serviços e comércio de pequeno porte, evidenciando tratar-se de comércio de produtos essenciais, sem maior sofisticação voltado para o atendimento das necessidades cotidianas de um público não apenas não sofisticado, mas majoritariamente de baixo poder aquisitivo. Os serviços bancários eram, à data da pesquisa de campo (fevereiro de 2005), os restritos aos prestados pela Caixa Econômica Federal (CEF), através das casas lotéricas e por uma instituição privada, via as agências dos Correios. Esse esquema facilitou o recebimento dos benefícios da Previdência Social e dos programas sociais do Governo Federal, pelos residentes no município e, em alguns casos, por residentes em localidades de outros municípios, mas mais próximas dessa cidade.

A inclusão da área do Posto de Saúde como integrante do centro de Novo Triunfo se explica, nesse caso, pela presença, na mesma praça, da “Cesta do Povo” e do Colégio Municipal, que ministra o Ensino Médio, serviços que provocam freqüente circulação de pessoas ao longo do dia. Entretanto, por alguma lógica não alcançada aqui, os colégios estaduais ou municipais, especialmente os de ensino médio, estão localizados longe do centro dinâmico dessas cidades.

Na Figura 8, vê-se um desenho a mão livre, da planta baixa de Novo Triunfo, realizado por um professor da cidade — George Macário, também coordenador pedagógico municipal —, com indicação de seus principais logradouros e serviços públicos, revelando por parte do autor, conhecimento pormenorizado dos espaços da cidade, bem como em relação à proporcionalidade das áreas e edifícios representados, notáveis para um não geógrafo. Nesse desenho, que é claramente uma demonstração de amor por Novo Triunfo, se tem melhor noção da localização da Câmara dos Vereadores, do Colégio Municipal e, ao lado dele, um pouco recuado, do cemitério da cidade, não enquadrados nas fotos panorâmicas aéreas.

Santa Brígida também concentra todos os serviços públicos e privados entremeados a muitas residências — nas quais a melhor aparência surge como indicador de melhor renda em relação a outras — em uma área delimitada em amarelo na Foto 28. Nesse espaço delimitado estão as funções administrativas, religiosas e comerciais e, como em Novo Triunfo, afastando-se desses limites não se encontram casas comerciais. A área hachuriada em vermelho é a ocupada pela feira todas as segundas-feiras.

Figura 8 – Novo Triunfo – Desenho a mão livre, com indicação dos principais logradouros e equipamentos



Fonte: Desenho original am A4, gentilmente cedido pelo autor, Professor George Macário, Coordenador Geral do Ensino Municipal e Assessor de Informática da Secretaria de Saúde.

Surpreendentemente, Santa Brígida tem uma exceção, em relação às outras. Na via de ligação “BR-110 – Santa Brígida”, bem próximo da entrada na cidade e à direita de quem chega, além do posto de gasolina e borracharia sempre encontrados nas saídas das cidades, está se formando um alinhamento de unidades de serviços automotivos, como mecânica, funilaria, capotaria, sonorização de automóveis, além de serviços especializados em motocicletas.

**Foto 28 – Santa Brígida – Espacialização do centro da cidade**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Santa Brígida, através do fotógrafo José Rogério Alves Sobrinho [2000]. A área central da cidade tem formato semelhante ao de um “V”. A área hachuriada em vermelho indica onde se realiza a feira semanal e onde se concentra grande parte do comércio local. O restante se estende ao longo da vertente direita do “V”, já que à esquerda estão predominantemente as unidades de serviço e administração como a Prefeitura, o correio e a agência bancária. Chama-se a atenção para grandes árvores na praça da feira.

Essa concentração vai configurando um novo fragmento de uso do solo — diferente de unidades isoladas como nas demais cidades—, que por sua vez, se articula com os demais fragmentos dos espaços citadinos, ainda que em intensidades variáveis, conforme Corrêa (1989), já que para ali convergem consumidores, usuários e fornecedores desses serviços, que integram a organização espacial de Santa Brígida.

O aspecto religioso nessa cidade tem grande destaque devido à ainda forte presença de Pedro Batista da Silva — após mais de 30 anos de sua morte, nos anos 70 — e dos muitos beatos que ainda seguem seus ensinamentos e que preservam sua memória em um museu bem cuidado, junto à praça que leva seu nome. Nessa praça, — onde também fica a Prefeitura Municipal — há uma estátua em sua homenagem, outra em homenagem à Beata Madrinha Dodô, voltada de frente para o museu, personagem ligada a Pedro Batista, e ainda

outras duas pequenas imagens de ambos, fechadas em um tipo de relicário no meio da praça, onde se localiza ainda a Igreja de São Pedro. A memória de Pedro Batista é também preservada nas festas anuais que realizam — além da grande festa de São Pedro, padroeiro da cidade —, quando recebemromeiros vindos de vários outros municípios, inclusive de regiões de Alagoas e Sergipe, que lhe são limítrofes.

São aspectos que estabelecem uma configuração espacial diferente das demais, pois a casa, hoje museu, de Pedro Batista se localiza em um dos pontos mais altos da praça, em posição, ainda hoje, estratégica em termos do exercício de dominação da paisagem ao redor, pois tal lugar lhe confere uma visão privilegiada de toda a praça e dos acessos a ela. Talvez a inexistência de muitas das atuais edificações, à época em que dirigia a vida religiosa e política local, lhe permitisse de sua varanda, ver ainda mais longe. Embora não seja possível afirmar, a sede da prefeitura na mesma praça, pode ser parte do exercício de poder de Pedro Batista, buscando manter o alcaide junto de si, já que influía em sua escolha, conforme relato do Sr. Lindoaldo Alves de Oliveira, ele próprio, segundo prefeito do município, por indicação do Beato. Uma forma de associação entre poder espiritual e laico, absolutamente inédita, até onde se sabe, e tão marcante que após três décadas de seu desaparecimento, Pedro Batista ainda comanda setores da vida de Santa Brígida. É assim que a Praça que leva seu nome configura uma fração do espaço central, preponderantemente, voltada para os aspectos da vida administrativa e religiosa da cidade.

O Colégio Estadual de Ensino Médio está afastado do centro funcional da cidade. Há um hiato entre as últimas unidades comerciais e de serviços, dessa rua, até sua localização e da Delegacia, que o antecede. O Colégio Municipal, por sua vez, fica em outra área também fora do centro, mas, próximo a setores de habitação popular.

Na Foto 29 a Praça Prefeito Raimundo Santana Gomes — hachuriada em vermelho, na Foto 28, para mostrar onde se realiza a feira semanal —, concentra as principais unidades de comércio e serviços, lojas de presentes e confecções, mercados, farmácias, a Câmara dos Vereadores e a Lotérica. Na verdade, as ruas que circundam essa praça, são as mais movimentadas da cidade, pois ela se constitui num grande entroncamento das principais vias de circulação da cidade. E, apesar de mal cuidada, suas grandes árvores oferecem uma sombra muito confortável. Nas ruas transversais a essa Praça estão o Correio, a Secretaria de Saúde e a de Educação e dois ou três restaurantes, cuja localização o ângulo e tamanho da foto dificultam localizar.



### Foto 29 – Santa Brígida – Localizações



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Santa Brígida, através do fotógrafo José Rogério Alves Sobrinho [2000].  
 (1) Museu Pedro Batista, na praça do mesmo nome; (2), estátua do Beato; (3) estátua da Beata e sede da Prefeitura; (4) Igreja de São Pedro; (5) residência oficial do prefeito; (6) Igreja Matriz de Santa Brígida; (7) o Clube; (8) Colégio Municipal; (9) o Colégio Estadual e ao lado dele a Delegacia. (10) Praça Prefeito Raimundo Santana Gomes e (11) quadras esportivas.

Ainda com referência à Foto 29, vê-se a Igreja de Santa Brígida bem próxima do centro comercial. As quadras de esportes estão afastadas do centro e mais próximas de residências populares.

Santa Brígida, além de ser uma das raras cidades a contar com um museu, conta ainda com uma sala de auditório, localizada junto à sede da prefeitura, com múltiplos usos, pois serve tanto para as reuniões gerais do secretariado municipal, quanto para as cerimônias oficiais ou de festas e solenidades dos Colégios, bem como para apresentações musicais ou encenações teatrais. Além dos festejos religiosos que, conforme relatos, atraem pessoas até de outros Estados, a cidade tem um grupo folclórico que apresenta uma original “Dança dos Bacamarteiros”, cuja origem parece ligada às volantes de perseguição a Lampião.

Nas fotos a seguir (30 a 48), mostram-se alguns detalhes da cidade. A apresentação de duas fotos da estátua de Pedro Batista se explica porque a primeira, mais antiga, feita por um fotógrafo profissional, José Rogério Alves Sobrinho, tem maior nitidez e mostra algumas das residências circundantes. A segunda mostra aspectos de recentes tratamentos paisagísticos.

**Foto 30 – Santa Brígida – Museu Pedro Batista**



Fonte: A Autora.  
Praça Pedro Batista. O busto cerrou a janela do que era o quarto do Beato. A estátua da Beata Dodô (Foto 31) está do outro lado da rua.

**Foto 31 – Santa Brígida – Homenagem à Madrinha Dodô**



Fonte: A Autora.  
Localizada na área da praça, em frente ao Museu e voltada para ele.

**Foto 32 – Santa Brígida – Estátua de Pedro Batista**



Fonte: José Rogério Alves Sobrinho, [2000] data provável, pois em julho daquele ano essa praça já estava calçada com paralelepípedos.

**Foto 33 Foto 33 – Santa Brígida – Estátua de Pedro Batista**



Fonte: A Autora.  
Vista parcial da Praça, observando-se remodelações no entorno da estátua.

**Foto 34 – Santa Brígida – Cruzeiro e “Relicário” dos Beatos**



Fonte: A Autora.  
Vista da frente da Igreja de São Pedro. A sede da prefeitura fica à direita.

**Foto 35 – Santa Brígida – O beato e a Beata no “Relicário”**



Fonte: A Autora.  
Junto dessas imagens são colocados ex-votos.

**Foto 36 – Santa Brígida – Igreja de São Pedro**

Fonte: A Autora.

Essa Igreja e o cruzeiro, em outro ângulo da Praça Pedro Batista, tendo a Prefeitura à esquerda. Vê-se ao fundo, a torre da Igreja de Santa Brígida.

**Foto 37 – Santa Brígida – Sede da Prefeitura**

Fonte: A Autora.

O edifício com antena parabólica, ao lado da Prefeitura, é um teatro – auditório – sala de reuniões.

**Foto 38 – Santa Brígida – Entrada do Museu Pedro Batista**

Fonte: A Autora.

Aspecto da entrada do Museu, com destaque para a foto do famoso Frei Damião.

**Foto 39 – Santa Brígida – Painel do Museu Pedro Batista**

Fonte: A Autora.

Vista parcial do primeiro salão. O Sagrado Coração de Maria, texto, fotos de romeiros e da Beata.

**Foto 40 – Santa Brígida – Parte interna do Museu Pedro Batista**

Fonte: A Autora.

Parede interna do Museu, com fotos e documentos diversos.

**Foto 41 – Santa Brígida – Câmara dos Vereadores**

Fonte: A Autora.

Câmara dos Vereadores, na Praça Prefeito Raimundo Santana Gomes.

**Foto 42 – Santa Brígida – Igreja de Santa Brígida**



Fonte: A Autora.  
Padroeira da cidade, essa Igreja é a maior, mas o mais festejado pela cidade é São Pedro.

**Foto 44 – Santa Brígida – Detalhe da Caminhada Penitencial**



Fonte: José Rogério Alves Sobrinho, s/d.  
Romeiros carregando as fotos do Beato e da Beata. Acontece em novembro de cada ano.

**Foto 43 – Santa Brígida – Colégio Estadual**



Fonte: José Rogério Alves Sobrinho, s/d.

**Foto 45 – Santa Brígida – Detalhe da dança dos Bacamarteiros**



Fonte: José Rogério Alves Sobrinho, s/d.  
Apresentam-se durante os festejos de São Pedro, mas evocam as volantes contra Lampião.

Da mesma forma que as precedentes apresenta-se Sítio do Quinto, na Foto 46, indicando-se nela, as localizações de alguns dos mais importantes elementos que compõem a estrutura da cidade.

Por uma série talvez, de condicionantes históricos, ou de localização física em relação à BR-110, Sítio do Quinto tem uma espacialização das atividades econômicas e administrativas, mais difícil de reconhecer como centro funcional. Isto porque, parte considerável do comércio — como mercados, farmácia, hotéis e restaurantes, casas de jogos eletrônicos, etc. —, vêm se instalando na Avenida Antônio Marques, onde se localizam também a Prefeitura, o Posto de Saúde, a Secretaria de Saúde<sup>24</sup>, sedes sindicais. Essa grande

<sup>24</sup> Esses serviços não tiveram sua localização exata apontada porque o tamanho e o ângulo da foto dificultam sua visualização.

avenida, construída com pista dupla e canteiro central arborizado, que praticamente divide a cidade ao meio é, em verdade, uma extensão da via “BR-110 – Sítio do Quinto”. Mais provavelmente, essa avenida representa uma alteração de uso desse trecho da estrada, que vai direto à área das feiras que, por seu turno, ocorre em local que compõe parte dos assentamentos mais antigos da cidade. Entre outros motivos, por ser a via mais curta para se chegar à feira, se tornou o foco da atenção principalmente, das autoridades municipais, pois dela partem muitas ruas transversais abertas pela Prefeitura — constatado no primeiro contato, ocorrido anos antes —, no mister de fazer crescer a cidade. Desse modo, ao se traçarem os perímetros a partir das localizações das atividades comerciais e de serviços, formou-se um polígono absolutamente irregular, revelando o porquê da dificuldade em reconhecer prontamente, a área do centro funcional de Sítio do Quinto. A Avenida Antonio Marques, pelas atividades que paulatinamente estão se instalando nela, vem competindo em importância com a área da feira.

#### Foto 46 – Sítio do Quinto – Localizações



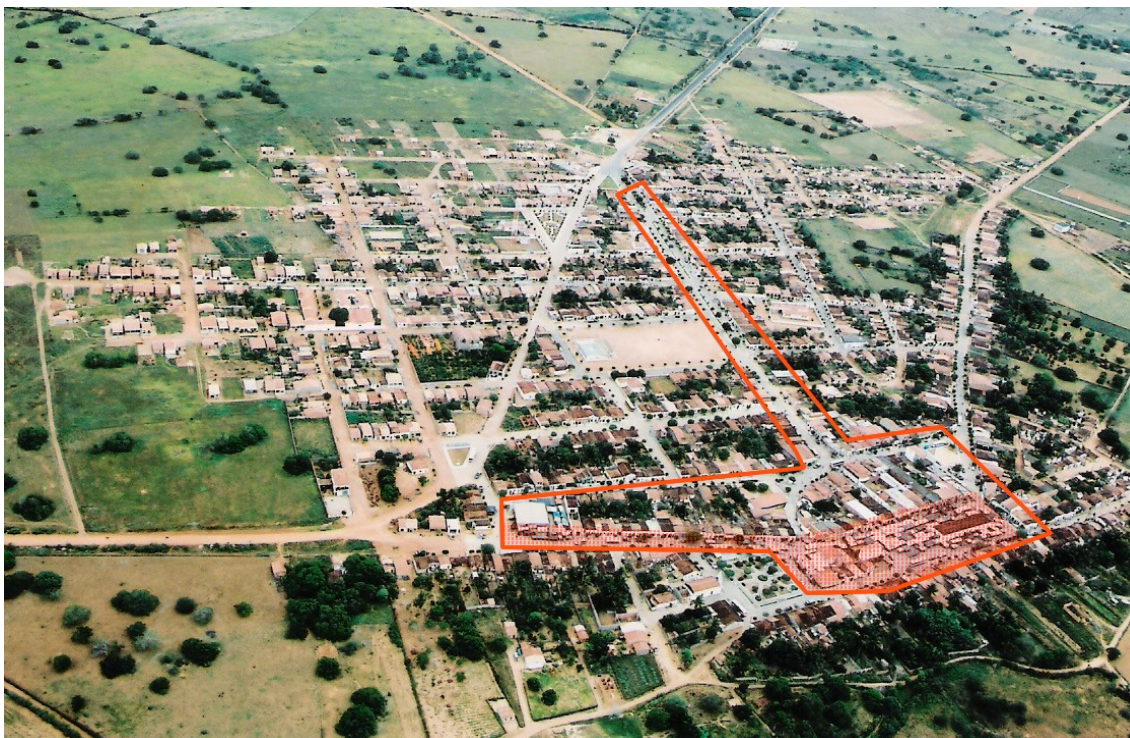
Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Sítio do Quinto; [2000].

A ligação “BR-110 – Sítio do Quinto” se bifurca na entrada da cidade, sendo que seu ramal esquerdo forma a larga Avenida Antônio Marques, com duas pistas e canteiro central, que atravessa a cidade longitudinalmente e vai até a área da feira. (1) sede da Prefeitura na Avenida Antônio Marques; (2) sede do Módulo de comercialização agrícola; (3) Igreja Matriz de Santo Antônio que encabeça a praça do mesmo nome; (4) Câmara dos Vereadores; (5) Mercado Municipal; (6) o Colégio; (7) a Praça Tancredo Neves, com uma quadra esportiva. A foto foi tirada em um domingo, dia de feira, pois as barracas são visíveis nas praças do canto inferior direito.

A Foto 47 apresenta os limites do espaço por onde se espalham as diversas atividades socioeconômicas. Da mesma forma que em Santa Brígida e Novo Triunfo, fora dos limites

traçados, só se vêem residências. O polígono interno à área demarcada como centro funcional, hachuriado em vermelho, indica a área semanalmente ocupada pela feira aos domingos.

**Foto 47 – Sítio do Quinto – Espacialização das atividades**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Sítio do Quinto; [2000].

O polígono formado pelas áreas onde se encontram atividades comerciais e de serviços é bastante irregular. A área hachuriada em vermelho é, aos domingos, ocupada pela feira semanal.

A presença de um poder constituído, a prefeitura, por si só, é um elemento estruturador e definidor do espaço, pois abre ruas e praças, orientando a circulação e localização de residências e serviços, autorizando ou não o funcionamento desses. Exatamente o papel que as prefeituras de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto vêm exercendo. Forma-se assim em cada uma delas um espaço com relações de interdependência entre os residentes, o poder político e os serviços, que Corrêa, já citado, descreveu como “[...] um local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão [...]” (CORRÊA, 1989, p. 7). Já Santos (2005) definindo cidade citou Sorre (1952), para quem “[...] há uma cidade quando há coalescência de funções em uma aglomeração” (SORRE, 1952 apud SANTOS, 2005, p. 86). Tanto o definido por Corrêa quanto por Sorre e Santos são observáveis nas cidades selecionadas nesse estudo. Assim vai se definindo que Novo Triunfo Santa Brígida e Sítio do Quinto são cidades não apenas por status legal.

As fotos (48 a 67) a seguir mostram, como em relação às cidades antecedentes, detalhes da área do centro funcional.

**Foto 48 – Sítio do Quinto – Secretaria Municipal de Saúde**



Fonte: A Autora, 30/01/2004.  
Localizada na Avenida Antônio Marques.

**Foto 49 – Sítio do Quinto – Aspecto da Avenida Antônio Marques**



Fonte: A Autora, 30/01/2004.

**Foto 50 – Sítio do Quinto – Sede da Prefeitura**



Fonte: A Autora, 30/01/2004.  
Localizada no início da Avenida Antônio Marques.

**Foto 51 – Sítio do Quinto – Câmara dos Vereadores**



Fonte: A Autora, 30/01/2004.  
Localizada na Praça João José, ocupa os andares superiores, sobre uma loja.

**Foto 52 – Sítio do Quinto – Posto de Saúde**



Fonte: A Autora.  
Localizado na Avenida Antônio Marques.

**Foto 53 – Sítio do Quinto – Trecho da Avenida Antônio Marques**



Fonte: A Autora.  
Casas de bom padrão de construção, ao lado de ponto de comércio.

**Foto 54 – Sítio do Quinto – Detalhe da área interna do Colégio**



Fonte: A Autora.

**Foto 56 – Sítio do Quinto – Bar, piscina e pousada**



Fonte: A Autora.

O portão que se segue é a entrada da pousada que também serve refeições. Rua Pedro B. Menezes.

**Foto 58 – Sítio do Quinto – O Mercado Municipal e a Câmara**



Fonte: A Autora.

O Mercado abre regularmente nos dias de feira para venda de carnes.

**Foto 55 – Sítio do Quinto – Mercado na Avenida Antonio Marques**



Fonte: A Autora.

Nessa transversal da Avenida em frente desses anúncios há uma Pousada, Bar/Piscina. Ver Foto 56.

**Foto 57 – Sítio do Quinto – Fundos do Mercado Municipal**



Fonte: A Autora.

Comércio e residências. Praça João José. Área da feira.

**Foto 59 – Sítio do Quinto – Casas Damacena**



Fonte: A Autora.

Vendas de eletrodomésticos e materiais de construção. Curiosidade: O proprietário era flamenguista, por isso as cores da fachada.



**Foto 60 – Sítio do Quinto – Detalhe do comércio**



Fonte: A Autora.  
Praça João José. Área da feira.

**Foto 61 – Sítio do Quinto – Correio**



Fonte: A Autora.

**Foto 62 – Sítio do Quinto – Igreja de Santo Antônio**



Fonte: A Autora, 30/01/2004.

**Foto 63 – Sítio do Quinto – Parte da Praça Santo Antônio**



Fonte: A Autora.  
Um dos locais mais antigos da cidade.

**Foto 64 – Sítio do Quinto – Praça Tancredo Neves**



Fonte: A Autora.  
Junto da Avenida Antônio Marques.

**Foto 65 – Sítio do Quinto – Quadra de esportes**



Fonte: A Autora, 30/01/2004.  
Ocupa o canto direito da Praça Tancredo Neves, não enquadrada na foto anterior.

**Foto 66 – Sítio do Quinto – Mercado na Praça João José**



Fonte: A Autora, 30/01/2004.

**Foto 67 – Sítio do Quinto – Módulo de Feira**



Fonte: A Autora.

Módulo de comercialização de produtos agrícolas, aparentemente sem uso.

Corrêa (1997) assim descreveu o funcionamento dos mercados periódicos, definidos como um tipo de estruturação da rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos.

Vendedores dos mais variados produtos, artesãos e prestadores de diversos serviços amanhecem no centro com suas mercadorias e instrumentos de trabalho. São provenientes de outro pequeno núcleo, onde no dia anterior atuaram em seus ofícios, ou de um centro maior, onde residem e exercem permanentemente a mesma atividade. Alguns vieram da zona rural onde se dedicam a atividades primárias: vieram vender suas produções e comprar alguns bens que não produzem. Utilizando tropas de burros, a cavalo, em carroças, em caminhões e utilitários, em embarcações e, mesmo, a pé, vendedores e compradores dirigem-se ao núcleo em seus dias de mercado. Esses são ainda os dias em que as pessoas se encontram, sabem das novidades e realizam eventos sociais, culturais e políticos. (CORRÊA, 1997, p. 50).

Essa é uma descrição exata da feira semanal — cujos locais de ocorrência em cada cidade, já foram identificados com hachura vermelha nas Fotos 11 (Novo Triunfo); 28 (Santa Brígida) e 47 (Sítio do Quinto) — e considerada pelas pessoas contactadas indistintamente nas três cidades, um evento extremamente significativo. Para os comerciantes, é o dia de maiores e melhores negócios, por causa da afluência dos moradores dos povoados próximos, que, nesse dia buscam também o comércio — farmácias, as lojas e mesmo os supermercados — e os serviços locais — o Posto de Saúde, o Correio, e ou a Lotérica, inclusive pelos parcos serviços bancários que oferecem. Para as famílias ali residentes é o dia de abastecimento de vegetais, não tão facilmente encontrados durante a semana. Para o que vêm de fora, além das compras e da procura dos serviços mencionados, é o dia de fazer ou receber visitas, dia de encontros e, como disse Corrêa acima, dia de saber das novidades. É também, portanto, um dia de diversão, em locais onde são muito escassas as alternativas de lazer.

As feiras das três cidades guardam muita semelhança entre si, e talvez nem pudesse ser diferente, tanto em razão da região onde se realizam e do tipo de demanda que buscam atender, quanto porque vários dos comerciantes se fazem presentes nas três cidades. Um desses, por exemplo, tinha uma grande barraca de venda de brinquedos de madeira, especialmente caminhões grandes. Um outro vendia baldes e tonéis reaproveitados ou não e grandes bacias feitas de pneu de caminhões. E esses não eram os únicos.

As feiras se assemelham também quanto ao tipo dos produtos que comercializam, quanto à arrumação e apresentação das barracas — apesar de que nisso se parecem com as feiras de qualquer lugar — e também pela organização espacial. Há uma nítida diferenciação dos espaços por tipo de mercadoria. As barracas que comercializam frutas, legumes e verduras não se misturam com os comerciantes de carnes — de modo geral situados dentro do Mercado Municipal, ou em suas imediações. As que vendem roupas, calçados e confecções em geral, se organizam próximas umas das outras e, preferencialmente, distantes dos alimentos *in natura*. São comuns os comerciantes sem barraca, que colocam seu produto no chão — sobre um grande plástico, ou em um tabuleiro —, onde quer que encontrem algum espaço vazio, sem qualquer proteção contra o sol ou a chuva e, além desses, os que vendem seus artigos perambulando entre barracas e consumidores, carregando um mostruário, ou parte da mercadoria nas mãos e o restante em sacolas. Dentre esses ambulantes que oferecem seus produtos aos passantes encontraram-se vendedores de limão, panos-de-prato pintados, e CDs, possivelmente, piratas. Vale mencionar também a presença de vários mendigos. Uma mulher, aparentando enorme sofrimento nas pernas foi vista esmolando nas feiras das três cidades.

Nas três localidades, os feirantes chegam cedo em caminhões, caminhonetes e ônibus e, às sete da manhã, praticamente todas as barracas já estão armadas. Os consumidores vindos dos povoados chegam nos mais diversos veículos, mas estão muito presentes aqueles vindos em caminhões e caminhonetes tipo pau-de-arara, “peruas”, e outros veículos que já não se fabricam mais — como as *Rural Willys* —, que fazem serviço de lotação entre os diversos povoados e demais localidades e as cidades. Notou-se em todas as cidades, também, um número considerável de motocicletas, particularmente em Sítio do Quinto.

Essas feiras surpreenderam pela variedade de produtos que colocam à disposição dos consumidores interioranos. Produtos populares, alguns deles de uso praticamente desconhecido ou sem serventia, nas grandes cidades, dos quais muitas vezes se tem referência apenas através de relatos históricos, romances ou ilustrações de época, como pequenos fogões e candeeiros a querosene e uma série de outros artefatos aparentemente, para uso em atividades da agropecuária. Fogões a lenha ou a carvão são ainda muito usados nas áreas

interioranas, lado a lado com os fogões a gás. Candeeiros ou lampiões a gás, ou querosene, também têm ainda sua utilidade, que vai desaparecendo na medida da penetração da rede elétrica.

A diferença fundamental entre essas feiras resultou de uma observação aleatória, pois, as feiras não eram, em si, objeto da pesquisa. A feira de Novo Triunfo pareceu pouco organizada em comparação com as outras, também pareceu ter menor número de barracas, menor variedade e quantidade de produtos. Principalmente na área da Praça Rui Barbosa, a aparência era de maior balbúrdia, pois tanto havia frutas em folhas de plástico no chão, quanto retalhos de tecidos e quinquilharias de uso doméstico, tipo baldes, jarras, vasos e pequenas ferragens. A de Sítio do Quinto, nesse sentido, pareceu ser a mais rica, com maior número de barracas de melhor apresentação, maior organização do espaço, maior variedade e quantidade de produtos e, talvez até por uma questão de momento, oportunidade ou sazonalidade, frutas, verduras e legumes de melhor qualidade. Eram mais numerosas as barracas de venda de artigos eletro-eletrônicos — aparelhos de som e televisões preto e branco portáteis, relógios de pulso ou parede, CDs e fitas *cassete*, joguinhos e calculadoras eletrônicas — obtidos, provavelmente, por contrabando e de produção pirata. Até comerciantes de móveis de madeira foram vistos ali.

Contudo, o período do início do ano, quando se realizou a pesquisa de campo, não é considerado o melhor para os negócios, pois as feiras mais lucrativas acontecem durante a safra do feijão, por volta de setembro, outubro, conforme declarações de um feirante que afirmou ser a feira de Sítio do Quinto a melhor da região, durante aquela safra.

Ao serem indagados porque freqüentavam aquela feira, além das respostas mais comuns — a proximidade e a acessibilidade em relação a seu domicílio —, alguns feirantes declararam ser essa sua ocupação, tendo por isso de cumpri-la, mesmo nas épocas de baixo retorno. Todavia, mesmo vendendo pouco, tinham também a oportunidade de receber pagamentos de fregueses que costumavam comprar a crédito. Verificou-se assim, existir uma modalidade de crédito impensável em cidades grandes, porque realizado sem cheques, promissórias, ou qualquer outro tipo de garantia, sem avalista, sem consulta a órgãos de defesa de classe, enfim, sem qualquer garantia formal. Apenas a palavra do freguês ou uma eventual boa informação prestada por uma terceira pessoa, conhecida de ambos.

Esse esquema, verificou-se depois, funciona do mesmo modo nas lojas regularmente estabelecidas. Em Santa Brígida, durante a entrevista com a proprietária de uma bem sortida loja de presentes, confecções, cosméticos e artigos variados, entrou um senhor, com toda aparência de trabalhador campesino, interessado em uma bicicleta. Informado sobre o preço disse que só tinha parte da quantia e queria pagar em prestações. Afirmou ser bom

pagador e deu como referência a dona de uma loja do outro lado da praça, onde costumava comprar para pagar no fim do mês. Um ajudante foi discretamente enviado para buscar informações a respeito do tal senhor, que em seguida teve seu crédito aprovado, fornecendo apenas seu nome e endereço para registro em uma ficha simples, rapidamente guardada sob o balcão. Não foram pedidos documentos de identificação, não houve assinatura em qualquer documento ou confissão de dívida, apenas a promessa de pagamento. E, segundo essa lojista, se não fosse esse esquema, muitos não conseguiriam comprar nada e o comércio pouco venderia. Essa é uma transação comercial típica do circuito inferior da economia como descrito por Santos (1979b).

Nas fotos a seguir serão mostrados alguns aspectos das feiras de cada cidade, sendo a de Novo Triunfo realizada às quartas-feiras, Santa Brígida às segundas e Sítio do Quinto aos domingos.

**Foto 68 – Novo Triunfo – Detalhe da feira**



Fonte: A Autora.  
Praça Rui Barbosa. Barracas de refeições, de frutas, de venda de retalhos e de baldes reaproveitados e fogões a carvão.

**Foto 69– Novo Triunfo – Barracas de carnes e vísceras**



Fonte: A Autora.

**Foto 70 – Novo Triunfo – Diversão na feira**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Esse pula-pula foi uma das primeiras coisas a serem montadas.

**Foto 71 – Novo Triunfo – Diversão na feira. Bingo**



Fonte: A Autora, 28/01/2004.  
Bingo no meio de uma viela entre as Praças Rui Barbosa e Pedro Macário.

**Foto 72 – Santa Brígida – Caminhão pau-de-arara**



Fonte: A Autora.  
Transporte de consumidores.

**Foto 73 – Santa Brígida – Frutas e legumes**



Fonte: A Autora.

**Foto 74 – Santa Brígida – Artefatos agrícolas**



Fonte: A Autora.

**Foto 75 – Santa Brígida – CDs piratas e outras quinquilharias**



Fonte: A Autora.  
Há vários desses vendedores, alguns até em grandes barracas, que colocam música para tocar a toda altura.

**Foto 76 – Sítio do Quinto – Barraca de utensílios e armarinho**



Fonte: A Autora. 27/02/2005.

**Foto 77 – Sítio do Quinto – Frutas e legumes**



Fonte: A Autora. 27/02/2005

**Foto 78 – Sítio do Quinto – Bacias de pneu**

Fonte: A Autora. 27/02/2005.  
Este senhor, é um dos que participa das feiras das três cidades. Mora em Lagarto / SE.

**Foto 79 – Sítio do Quinto – Potes de barro**

Fonte: A Autora. 27/02/2005.

**Foto 80 – Sítio do Quinto – Barraca de Móveis**

Fonte: A Autora. 27/02/2005.  
Esses móveis ficaram o dia todo ao sol.

**Foto 81 – Sítio do Quinto – Detalhe da feira**

Fonte: A Autora. 27/02/2005.

Em relação às feiras, foram apresentados até aqui, os aspectos mais gerais de cada cidade. As semelhanças entre elas são muitas e decorrem em parte pela proximidade de origem entre feirantes e consumidores, pois até onde foi possível verificar, são muito raros, entre os comerciantes, os que vivem em Paulo Afonso. A grande maioria deles vive em cidades pequenas ou povoados, de onde se desloca para trabalhar. Por outro lado, são feiras de cidades pequenas, que atendem a consumidores majoritariamente de baixo poder aquisitivo e cujas demandas são pouco diversificadas, comparativamente às de locais de maior renda: essencialmente abastecimento alimentar, eventuais compras de roupas e calçados e, especificamente, como constatado pelas entrevistas, em função da proximidade do início do ano letivo, aquisição de material escolar.

Ressalte-se que de um modo, ou outro, as feiras buscam atender a uma ampla variedade de demandas. Impressiona a variedade de artigos oferecidos. Ali são vendidos desde os mais diferentes tipos de alimentos, *in natura* ou industrializados, às confecções e calçados para homens, mulheres e crianças, assim como utilidades para o lar. Ao lado desses

produtos de uso comum e diário, essas feiras oferecem ferramentas e outros instrumentos ligados às atividades de produção agrícola e pecuária e outros, mais, de facilitação da vida em locais desprovidos de serviços de iluminação elétrica e distribuição de gás, como os candeeiros, *fifós*, e fogões a carvão ou querosene. Mas, mais interessante ainda é notar que ao lado de produtos, tão tradicionais e de uso antigos, se oferecem agora os produtos oriundos dos avanços da tecnologia, como pequenos aparelhos eletroeletrônicos de uso doméstico, calculadoras e jogos eletrônicos, fitas cassete, CDs, etc. Uma viagem no tempo, pois parte-se do século XVIII com os candeeiros e chega-se ao século XXI com as calculadoras eletrônicas.

A pesquisa na feira revelou um outro aspecto interessante. Marcelo Lopes de Souza (2003), referindo-se a pequenas cidades do interior brasileiro, citou uma frase do famoso humorista Millôr Fernandes, que há no Brasil cidades tão “pacatas que nem têm lugares que não devam ser freqüentados” (FERNANDES, M. apud Marcelo Lopes de SOUZA, 2003, p. 24). Sítio do Quinto, Santa Brígida e Novo Triunfo realmente não têm esses lugares. As informações obtidas dizem que uma tentativa de montar um estabelecimento, em Novo Triunfo, resultou na expulsão da moça que o tentou. A forte moralidade católica reinante em Santa Brígida não o permite. Em Sítio do Quinto a resposta, também, foi que realmente ali não havia. O fato é que como diferencial de uso do solo, territorialmente definido, tais lugares não existem nessas cidades e provavelmente em muitas outras. Mas o serviço existe, acontece e tem local e dia marcados para ser prestado em cada uma delas. As moças chegam nos mesmos horários e veículos que trazem os feirantes e consumidores para a feira e, ao final da jornada, com eles retornam a seus locais de origem. Durante o dia, elas são encontradas em um bar ou clube — situado tanto quanto possível na parte mais central da feira —, dotado de uma área reservada nos fundos, destinada ao atendimento dos clientes. O movimento de entrada e saída de inúmeros homens denuncia o local. É assim nas três cidades.

Corrêa (1989, p. 7) afirmou: [...] O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado [...]. Essa observação se aplica indistintamente a Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, pois nas vistas aéreas já apresentadas nesse trabalho, se observam descontinuidades na paisagem, formadas por várias praças, ruas ou avenidas de diversas larguras, tamanhos e comprimentos, que se entrecruzam, articulando os espaços residenciais, mesmo os mais periféricos, com as áreas centrais de localização dos serviços. Espaços que em 2000, suposta data das fotos, considerando-se o pequeno número de residentes, pode-se dizer que já exibiam certa complexidade. Também, pelo exposto, manifesta-se, nessas cidades, a existência de diferenciais nos usos do solo, já mencionados, mostrados através da identificação das áreas de concentração predominante das atividades comerciais e de serviços,



que não se confundem com aquelas onde só há residências. As áreas de concentração de serviços, apesar de espalhados e dispersos entre moradias configuram, portanto, claramente uma área central, um centro funcional, que exibe, desse modo, a ordem centralística identificada por Christaller (1966), nas cidades medievais, e que, segundo esse autor, permanecia, ainda que menos visível, pois no caso, se referia mais à função que à localização. Viu-se também, que as feiras ocupam, semanalmente, parte da área do centro funcional da cidade, reforçando sua condição de centro referencial, embora não necessariamente físico ou geométrico. As diferenças observadas no uso do solo dessas cidades são, assim, fragmentações que se articulam e se complementam entre si através da movimentação dos moradores locais no decurso de suas atividades diárias. Articulam-se ainda com espaços imediatos, como os de seu entorno, por se constituírem o referencial político, administrativo e de serviços do município. Também, se articulam com as demais cidades ao redor, através da rede de feirantes e comerciantes atacadistas e varejistas, como para obtenção de serviços de maior sofisticação, não suportados pela demanda local em função dos reduzidos portes demográficos e das rendas geradas. Nesse caso se enquadram, muito simplificada, por exemplo, os serviços de saúde, tipo hospital; os financeiros, como os empréstimos bancários; os de justiça e/ou cartoriais, e compras de mercadorias ou bens de maior valor, sofisticação ou tecnologia. Outras articulações ocorrem com espaços bem mais distantes, através das representações comerciais de atendimento aos varejistas sediadas em outros Estados. Há outras ainda mais sutis, via a integração nas redes de transmissão de dados, impostas pelas atuais necessidades de comunicação de informações, que precisam de elementos fixos — a exemplo das casas lotéricas e das agências de correio — como pontos nodais de uma rede de fluxos imateriais.

Essa articulação com os espaços imediatos se faz principalmente na prestação dos mínimos serviços concentrados nessas pequenas localidades aos bem mais numerosos residentes das áreas adjacentes, que incluem as de municípios vizinhos, absolutamente carentes deles. Isso que confere então a essas cidades a condição de centro de região, pois para elas convergem fluxos de pessoas em busca dos mais diversos serviços e mercadorias. Os fluxos financeiros são predominantemente de entrada.

No caso das relações com os espaços mediatos, estaduais ou nacionais, criam-se fluxos financeiros predominantemente de saída — e, provavelmente, maiores que os de entrada —, pois para a prestação desses poucos, mas muito necessários serviços, elas se inserem, principalmente, nas redes do comércio atacadista – varejista na condição de compradores ou distribuidores de produtos finais destinados ao consumo popular. Condição

pouco vantajosa, vinculada às poucas possibilidades de pressão nas negociações, tanto em função do baixo poder de compra, comparativamente a localidades de maior porte, quanto pelo fato de buscar artigos de consumo final.

Observe-se como Corrêa (1997) descreveu as relações detectadas nessas cidades.

[...] Como a realização da mais valia [...] se concretiza no mercado distribuidor [...], e que no capitalismo este mercado distribuidor organiza-se em um territorialmente amplo, complexo e diferenciado sistema de distribuição, isto é, a rede de localidades centrais, pode-se afirmar que esta rede constitui-se em uma estrutura territorial necessária ao processo de acumulação capitalista. [...] os assalariados desprovidos da posse dos meios de produção e sem produzir seus meios de subsistência, têm seus salários drenados, via comércio varejista e rede bancária, para os grandes centros de decisão econômica [...] Do mesmo modo parte dos lucros dos capitalistas é drenada para os centros de acumulação.

A distribuição varejista e da prestação de serviços para centros menores e áreas rurais, que envolve em aparência um fluxo de uma localidade central para fora, para sua área de mercado, é em essência um fluxo de drenagem. Em realidade esse fluxo para fora é, antes de mais nada, uma condição para que a drenagem de salários, lucros e rendas possa realizar-se. Assim, em termos muito gerais, o ato de um assalariado dirigir-se a uma localidade central, implica o pagamento de um preço ao varejista pelos produtos que adquire. Esse preço contém uma margem de lucro que é capturada pelo varejista. Por sua vez, o varejista da **pequena localidade central**<sup>25</sup>, ao adquirir esse produto do industrial estará possibilitando a realização da mais valia. Isso significa que o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, tem uma dimensão espacial e esta tem como um de seus lugares a rede de localidades centrais, tanto em nível regional como intra-urbano {CORRÊA, 1997, p. 20 e 21}.

Este texto de Corrêa se refere aos assalariados, mas é sabido que o pequeno produtor agrícola, está submetido ao mesmo processo pois, ou tem seus recursos drenados pelos créditos ou financiamentos bancários, quando tem acesso a eles, ou quando, sem acesso a créditos, se insere na condição de assalariado, do campo ou da cidade, para complementação da renda. Mostra, então, que o que parece um avanço e uma facilitação da vida econômica de pessoas de pequenos centros urbanos, na verdade, faz parte de uma lógica muito mais ampla do sistema capitalista, de drenagem das economias locais e também de manutenção dessa condição de parco desenvolvimento e de subordinação aos grandes centros.

Considere-se ainda, que diversos autores, entre eles, os já citados Christaller (1966), Corrêa (1989), Marcelo de Souza (2003) e Weber (1979), assumem que a característica de uma cidade é ser um local de mercado, ou de concentração de atividades comerciais, e de intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias e onde também a população não urbana se abastece (WEBER, 1979, p. 69-70). Desse modo, parece evidente que as áreas apontadas em cada uma dessas cidades, pelas unidades comerciais, de serviços e pelas feiras que ali se realizam, apresentam nitidamente essa característica. O que as diferencia são o tipo — apenas de consumo

<sup>25</sup> Não grifado no original

final —, a variedade e sofisticação das mercadorias ofertadas, assim como, o número e valores dos intercâmbios realizados, que, obviamente são muito menores que os de cidades de 20, 30, 50 mil habitantes ou mais. Tais cidades se configuram, portanto, em bem pequenos centros de gestão e intercâmbio, participantes de um sistema de cidades, bem mais amplo e complexo, ainda que em alto grau de subalternidade.

Entretanto, as vistas aéreas exibiram também, uma notável desigualdade entre as áreas de ocupação residencial notada, nessas fotos, através dos tamanhos das propriedades e extensão dos telhados e comprovadas por deambulações entre as ruas das cidades.

As fotos exibem, de um lado, áreas onde os lotes são grandes, assim como é grande a extensão dos telhados (e das construções) que os ocupam. Em alguns casos, se vêem até árvores portentosas, nos quintais, tudo isso evidenciando um padrão de moradia confortável em termos de espaço habitável, sugerindo uma renda financeira média local elevada em comparação com outras na mesma cidade. De outro lado vêem-se áreas onde lotes residenciais e telhados são evidentemente menores que as primeiras e onde os telhados são adensados, contínuos e ocupam praticamente todo o pequeno lote, quase não se distinguindo uma unidade da outra, sugerindo por seu turno, ocupação por famílias com menor padrão de rendimento médio local. Tornou-se evidente a existência de ao menos dois tipos diferentes de áreas ocupação residencial, levando a um novo diferencial no uso do solo determinado agora, claramente, pelos padrões de moradia, como reflexo dos níveis de rendimento, e da existência de diferentes estratos sociais.

Há, porém, um fato que deve ser lembrado, com respeito aos diferenciais de renda e padrão de moradia de habitantes de cidades pequenas. Esses diferenciais existem porque fazem parte da lógica de reprodução do sistema, no caso, o capitalista. No caso de pequenos aglomerados, como as cidades em foco, as diferenças rendimento existentes não o são na amplitude dos desníveis observados em grandes cidades, principalmente, nas capitais e, mais ainda, nas metrópoles. A partir dos padrões construtivos observados, por exemplo, pode-se dizer que não foram encontradas, em qualquer dessas cidades, casas monumentais, de muitos cômodos e finos materiais, com jardins e piscinas de alto luxo, embora existam nas três, várias unidades de excelente padrão de construção, beleza e/ou conforto. De outro modo, também não foram vistas casas de materiais aproveitados, ou cobertas com plásticos pretos, chamadas tecnicamente de habitação sub-normal, ainda que nas três cidades, se observem unidades evidentemente muito pequenas, de construção com materiais muito simples, de poucos e pequenos cômodos, contíguas umas às outras e ocupando quase inteiramente seus pequenos terrenos. Seu aspecto geral é de pouquíssimo conforto e grande precariedade e penúria.

As vistas aéreas de cada cidade serão novamente mostradas, indicando agora a localização de algumas dessas áreas. Observe-se que as residências de melhor padrão construtivo são, de modo geral, encontradas nas proximidades do centro funcional e as de menor padrão de qualidade, ou tamanho, são encontradas, tanto quanto possível, mais afastadas do centro. Essa periferização incipiente não implica, ainda, em altos custos de deslocamento para as pessoas, dado que essa maior distância do centro é relativa ao tamanho do aglomerado, mas sem dúvida exige maior sacrifício por parte dos que moram mais distante, portanto, das populações mais pauperizadas, para satisfação das necessidades que só podem ser realizadas pelas atividades centrais. Após as fotos de cada cidade com a indicação das áreas de concentração de melhores ou piores tipos de moradia serão mostrados exemplos específicos desses tipos.

**Foto 82 – Santa Brígida. Espacialização da ocupação residencial por diferencial de porte e padrão de construção**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Santa Brígida, através do fotógrafo José Rogério Alves Sobrinho [2000]. As áreas circulasdas em azul são nitidamente de grandes terrenos e casas e próximas do centro As delimitadas em amarelo são nitidamente menores e mais distantes.

É preciso salientar que nem todas as áreas das cidades estão assinaladas<sup>26</sup>, mas apenas o mais significativo, do que foi observado in loco. Como a observação está baseada na aparência externa dos imóveis, buscou-se verificar o que era predominante e em que local. Desse modo, o objetivo, menos que grande exatidão nas demarcações, foi evidenciar, através desses diferenciais de ocupação, a existência de distinções de renda e por essa via, de estratos de classe.

<sup>26</sup> Por diversos motivos ligados às técnicas de realização das fotos, que deixaram cada uma com predominância de coloração diferente das outras, não foi possível usar as mesmas cores, nas três cidades, para demarcar tais áreas, como seria desejável.

**Foto 83 – Santa Brígida – Casas de bom padrão de construção, na Praça Pedro Batista**



Fonte: A Autora.

Seus terrenos têm duas frentes. A casa térrea, à direita, é a residência oficial do prefeito e o sobrado, segundo informações, pertence a um ex-prefeito.

**Foto 84 – Santa Brígida – Casario popular, afastado do centro**



Fonte: A Autora.

Localizadas na Avenida Rui Barbosa, a poucas quadras da Delegacia.

A foto de Novo Triunfo, a seguir, foi batida de um ângulo diferente das antecedentes, vendo-se em primeiro plano o Colégio e o pequeno Cemitério, perto da quadra de esportes. A vantagem dessa foto é ter enquadrado inteiramente a cidade, facilitando a espacialização das áreas. Contudo, perderam-se detalhes que podem ser melhor observados e analisados nas precedentes.

**Foto 85 – Novo Triunfo – Espacialização da ocupação residencial por diferencial de porte e padrão de construção**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Novo Triunfo; [2000].

A área assinalada em verde indica ocupação por residências de melhor padrão construtivo. As áreas assinaladas em amarelo indicam ocupações por residências de padrão popular. É possível notar que a cidade está se expandindo nas áreas periféricas, sobretudo ao longo de vias de acesso. Em (1) o Colégio, em (2) o Cemitério.

**Foto 86 – Novo Triunfo – Área de assentamento de população pobre**



Fonte: A Autora. 16/02/2005.  
Casario da grande área circundada em amarelo à esquerda da Foto 85.

**Foto 87 – Novo Triunfo – Residências de alto padrão**



Fonte: A Autora.  
Área de expansão e ocupação recente por pessoas da administração municipal. Na data, em referência, essa rua estava em obras de pavimentação.

Sítio do Quinto, novamente, se revelou mais difícil de mostrar os mesmos diferenciais de renda entre os residentes, a partir da localização das habitações e do padrão de construção pelos tamanhos dos telhados.

**Foto 88 – Sítio do Quinto – Espacialização da ocupação residencial por diferencial de porte e padrão de construção**



Fonte: Foto sem autoria, cedida pela Prefeitura de Sítio do Quinto; [2000].  
As áreas assinaladas em vermelho indicam ocupações populares. Na área em amarelo são encontradas algumas das melhores residências da cidade.

**Foto 89 – Sítio do Quinto – Rua São João**

Fonte: A Autora.  
Rua localizada em área de assentamento antigo, assinalada no canto à direita da Foto 85.

**Foto 90 – Sítio do Quinto – Provavelmente a melhor casa da cidade**

Fonte: A Autora. 30/01/2004.  
Localizada na área assinalada em amarelo, dizem pertencer a um dos maiores produtores de feijão da cidade.

A grande atuação da prefeitura na abertura de ruas e construção de habitações conferiu maior uniformidade à cidade que quase se assemelha a um tabuleiro de xadrez, tanto pelo entrecruzamento das ruas e formação dos lotes, quanto pelo fato de se assentar em terreno plano, não acidentado — motivo pelo qual se usou aqui o termo *plateau*, dando a idéia de terreno ligeiramente alto e plano, formando uma unidade — que, no caso, apresenta apenas uma inclinação geral, num único sentido. Ademais, além das evidências reveladas pelos indicadores socioeconômicos municipais, mostrados no Capítulo 4, de que Sítio do Quinto goza, de modo geral, de melhor situação comparativamente a Santa Brígida e Novo Triunfo, a cidade, em si, parece contar com maior riqueza em circulação. Evidência do que parece ser um ambiente de maior circulação de riqueza é o enorme movimento de motos pela cidade e a existência de um serviço de caixa automática do Banco do Brasil, a despeito de não haver uma agência bancária. Contudo, diferenças de rendimento também existem nessa cidade, demonstrando a presença de diferentes estratos sociais, como mostrado nas Fotos 88, 89 e 90. O que explica uma área como da Rua São João e adjacências, de ruas, em boa parte, não pavimentadas, ocupadas por um conjunto de moradores em situação econômica tão claramente desvantajosa em relação a outras áreas da cidade, e tão próximas do centro comercial e da feira é o fato tal área integrar parte dos assentamentos mais antigos e espontâneos da cidade. Suas ruas, tudo indica, não estão incluídas entre as abertas pelo poder público municipal.

A parte inicial da pesquisa de caracterização dos espaços de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto mostrou muitas semelhanças entre elas, nos aspectos estruturais da organização socioespacial. Entre tais semelhanças estão, claramente, a existência de usos

diferenciais do solo, identificados na distribuição das atividades econômicas locais, por ampla, mas definida área central e pela variação na distribuição espacial dos distintos estratos sociais, nas três cidades.

Em outras palavras. O comércio e os serviços se estendem por larga área do centro, lado a lado com residências, mas por larga e espaiada que seja, é uma área que se revelou circunscrita, pois maior é o entorno onde só há residências. Em seguida, se constataram diferenças no padrão construtivo das moradias, evidenciando desníveis de renda e, a partir dessa característica, observou-se uma tendência à localização das melhores e mais amplas casas nas áreas centrais, mais próximas das principais unidades de serviços e comércio da cidade. Em contraposição, as casas populares mostraram tendência a uma localização mais periférica, ou se concentram nas áreas mais antigas dessas cidades.

Considerando, portanto que uma das características do urbano é a fragmentação do espaço determinado por diferentes usos do solo, mas que ao mesmo tempo, tal fragmentação articula as diferentes funções desses espaços, tem-se então que as cidades de Santa Brígida, Sítio do Quinto e Novo Triunfo têm as características básicas de um espaço urbano.

## 5.2 CIDADE E URBANO NO ÂMBITO DAS CONCEPÇÕES POPULARES

Em função da data de realização da pesquisa — fevereiro de 2005 —, as eleições municipais e a posse recente dos prefeitos eleitos influíram na disposição e nos modos de os entrevistados responderem aos questionários, nas três cidades. Isso foi especialmente marcante em Novo Triunfo, onde o clima político estava bastante agitado. Os moradores da cidade pareciam divididos e as manifestações espontâneas, contra e a favor do prefeito — eleito para um segundo mandato consecutivo — foram significativas. Com menor intensidade, pois a situação política estava sensivelmente mais amena, o mesmo aconteceu em Santa Brígida e Sítio do Quinto, onde as críticas à atuação da prefeitura em geral excluam os recém empossados.

Nas três localidades, as pessoas que responderam ao Questionário 1 — dirigido a comerciantes e profissionais atuantes no lugar —, formam a elite política e econômica local. Há uma elite política, pois desde a emancipação, segundo os relatos colhidos em cada uma das localidades, há famílias ou grupos políticos que vêm se alternando, por acordos mútuos, no poder municipal. Todavia, os mesmos relatos dão conta do surgimento de atritos quando o grupo ocupante do poder, no momento, resolve não honrar o acordo feito e tenta eleger um



apaniguado, de modo a se perpetuar no cargo, neutralizando os concorrentes. Em Santa Brígida, talvez por sua emancipação mais antiga, esse tipo de processo parece ter gerado novos grupos políticos na disputa pelo poder, permitindo que se observasse hoje, para o bem ou para o mal, uma alternância real entre esses grupos.

Essas mesmas pessoas formam também a elite econômica, pois, nas três localidades, além de deterem ou comandarem as maiores e melhores casas comerciais ou de serviços, praticamente todos têm uma propriedade agrícola produtiva. E, mais ainda, vários mencionaram aprovação em concurso público para preenchimento de cargos nas prefeituras, o que lhes confere uma terceira fonte de renda. Ressalte-se, ainda, que nesse estrato — por parentesco com o prefeito, ou não — é que são recrutados os eventuais ocupantes de cargos de confiança da prefeitura, como os secretários municipais de Administração, Educação, Saúde, Chefes de Gabinete, e outros.

Dos 20 entrevistados com o Questionário 1, em Novo Triunfo 11 eram funcionários públicos dos quais três federais — funcionários dos Correios —, três estaduais — a gerente da Cesta do Povo, a Enfermeira-Chefe do posto de saúde e o Delegado — e cinco municipais entre os quais dois professores, dois funcionários administrativos e um vereador. Os restantes eram donos ou gerente de lojas e mercados. Em Santa Brígida foram oito funcionários públicos, dos quais cinco municipais, dois estaduais e um federal. Uma pessoa aposentada da prefeitura. Os 11 restantes eram donos ou gerente / vendedor (um) de casas comerciais. Em Sítio do Quinto foram entrevistados sete funcionários públicos, dos quais um federal, quatro estaduais e dois municipais, excepcionalmente, entrevistou-se um trabalhador sem-terra, os 11 restantes eram lojistas. Um questionário foi eliminado.

Como resultado inicial dessas entrevistas ficou patente algo que já foi abordado acima, que o dia da feira é o mais importante para o comércio em geral. É o melhor dia para o movimento dos negócios e dos serviços, para toda a cidade. É quando os consumidores ou clientes, locais ou originários dos povoados e áreas vizinhas, constituem de 80% a mais de 90% do movimento de qualquer loja ou serviço, segundo respostas dadas pelos entrevistados. Outros dois dias também são bastante importantes em cada mês, quando não coincidem com a feira: o dia do pagamento dos benefícios previdenciários e o de pagamento dos cadastrados nos programas sociais do Governo Federal, tipo Bolsa-Escola, Fome Zero etc.

Buscou-se avaliar o quanto essa elite que vive na cidade contribui para seu crescimento, fortalecendo o comércio local através do consumo interno. Constatou-se pelas respostas que nas três cidades todos os comerciantes compram suas mercadorias fora do município e — as maiores lojas e supermercados — fora do Estado. Com isso, parte de seu

consumo pessoal também acaba sendo feito através dos representantes externos. Em termos de consumo pessoal, Santa Brígida sofre os efeitos da proximidade de Paulo Afonso, pois apenas três pessoas informaram fazer compras pessoais em Santa Brígida e, entre elas, uma disse que 50% do que adquire é de Paulo Afonso. Essa cidade oferece, aos olhos do consumidor de Santa Brígida, inúmeras vantagens que vão da maior variedade e qualidade dos produtos, à facilidade de crédito. Em Sítio do Quinto dez responderam comprar na cidade, mas a metade deles também compra fora, especialmente em Antas e Cícero Dantas. Duas outras pessoas declararam só comprar fora. Novo Triunfo apresentou o maior número de pessoas que consome na cidade, ou que pelo menos assim informou; de 20 entrevistados, 12 responderam comprar só na cidade.

Ao conceituar cidade, nas três localidades, as pessoas afirmavam que era algo muito importante: “É tudo” e faziam imediatamente referência à própria cidade, ao que pensavam faltar nela e à atuação esperada de um administrador, momento muitas vezes aproveitado para externar uma crítica.

— Precisa melhorar a cidade: Receber recursos e ter uma boa administração. Melhorar a educação (as crianças não têm dever de casa); construir hospital. Lazer é precário, os adolescentes entre 14 e 16 anos jogam bola e já bebem bebida alcoólica. (Novo Triunfo, comerciante, homem de 41 a 50 anos).

— Que tenha um centro bom para comércio. Transporte para se locomover da cidade para outro lugar (que aqui é ruim). Que tenha boas escolas (que aqui não tem). Uma boa administração (que aqui não teve). (Santa Brígida, balconista, mulher, menos de 30 anos).

— Uma localidade onde existe; prefeito, delegado, hospital, saneamento básico, energia, bancos e dentistas. (Sítio do Quinto, comerciante, homem, 31 a 40 anos).

— Cidades devem ser essencialmente saneadas. Devem oferecer fundamentalmente, educação e cultura e desenvolver o mais possível os meios de socialização para seus habitantes. Independentemente do tamanho, deve passar pela questão da cultura, saneamento, educação, sem isso não se pode chamar de cidade. (Santa Brígida, funcionário público, 41 a 50 anos).

Em respostas muito semelhantes a essas, duas outras características foram levantadas com certa frequência, em relação às cidades em geral: “uma cidade tem que ter emprego”, ou “tem que ter indústria para dar emprego para os jovens” e a outra era “uma cidade tem que ter um bom administrador que olhe para os pobres”.

Apesar de, claramente a cidade do entrevistado não corresponder às características, ou à imagem descrita por eles, quase todos reconheciam seus locais de residência como cidades, fazendo eventuais, ressalvas: “Pequena, mas é”, “É muito pobre, é pequena, falta muita coisa, mas é cidade”. Raras foram as pessoas que responderam negativamente à pergunta “Isto aqui é uma cidade?” Em Sítio do Quinto todos responderam

que sim, que ali era uma cidade. Em Santa Brígida apenas uma pessoa respondeu negativamente e em Novo Triunfo três.

— Não tem como se manter, não tem fonte de renda, a população daqui é trabalhador da roça. (Novo Triunfo, funcionária pública, menos de 30 anos).

— Não acho que seja porque precisa de tudo. (Novo Triunfo, professora, 41 a 50 anos).

— Falta muita coisa, um cinema, hospital. Farmácia tem que ter um farmacêutico. Não tem clube, clube, piscina pro pessoal. (Novo Triunfo, eletro-técnico, 31 a 40 anos)

— Porque falta muita coisa. Transporte. Aqui não tem rodoviária, professores qualificados, hospital, só tem posto médico. (Santa Brígida, gerente de loja mulher, menos de 30 anos).

A primeira resposta listada revela uma visão de senso comum, relativa à “pobreza” dos residentes da cidade compostos, em grande parte, de trabalhadores agrícolas. Nas outras respostas — inclusive na segunda listada, já que essa professora descreveu uma cidade, na questão anterior, afirmando que “tem que ter hospital, centro comercial, empresas que criem emprego” — há uma comparação, visão e desejo de cidade grande, revelados nos equipamentos que alegaram faltar. Desejo impossível de ser atendido por esses locais, em vista de não haver, entre outras coisas, suficiente demanda que o sustente.

Por outro lado, ao reconhecerem a condição de cidade a seu local de residência, alguns entrevistados apontaram as melhorias ocorridas ali, a partir da emancipação assim se expressando:

— ... desenvolveu mais depois de ser cidade. Melhorou a assistência médica, a educação, as vendas no comércio, etc. (Santa Brígida, dona de mercado, mais de 60 anos).

— Depois da emancipação, chegou o progresso, melhorou 100%, tem emprego, comércio, correio, Posto de Saúde, posto de gasolina, creche, Programa do Idoso. Os programas sociais do governo, em geral, 90% veio para o município. Tem em média 2000 aposentados. A renda gira em torno dessa prefeitura. (Novo Triunfo, funcionário público, 31 a 40 anos).

— Em vista do que era antes, hoje é como Antas, cidade vizinha. Quando a gente olha e compara a nossa é melhor. O prefeito paga em dia, é limpa, em termos de comércio, moda, sapataria não fica a dever nada. Só temos carência na saúde. (Novo Triunfo, comerciante, mulher, 31 a 40 anos).

— É uma cidade que está nascendo agora, depois que se emancipou. Falta muita coisa. (Sítio do Quinto, dono de loja de móveis, 31 a 40 anos).

Observou-se, também, que as pessoas que já tiveram experiência de cidade grande ou que viveram em São Paulo, tiveram oportunidade de conhecê-la, ou eventualmente a visitam foram mais exigentes nas avaliações que fizeram e nas expectativas que expuseram, deprimindo, pela comparação que fazem, o lugar onde residem. Esse é o caso de pelo menos

duas das pessoas cujas respostas estão listadas acima. Um outro exemplo desse comportamento foi dado por uma professora de Novo Triunfo, com menos de 40 anos idade, que mencionou comprar suas roupas em São Paulo, porque viaja para lá quase todos os anos. Observe-se a resposta dada à pergunta: “O que é para a Sra uma cidade?”: “— Aqui para ser uma cidade falta muito: cinema, shopping, rodoviária, pousada, biblioteca...”. Na continuação da entrevista ela reconheceu que Novo Triunfo é uma cidade porque a comparou com 20 anos antes, quando chegou ali, reconhecendo as mudanças desse período.

Entretanto, muitos dos que reconheceram nesses aglomerados uma cidade, o fizeram aceitando suas deficiências ou mostrando algumas qualidades, outros mostraram uma compreensão meramente legalista: “Foi emancipada é cidade”. “Tem prefeito é cidade”.

Depois de iniciada a pesquisa, duas novas perguntas foram incluídas nos três questionários: a) “Se o Presidente do IBGE lhe pedisse para classificar os moradores daqui em urbanos ou rurais, como o(a) Sr(a) os classificaria? Por que?” b) “E a si próprio, como se classificaria?”

Cerca da metade dos entrevistados — entre comerciantes e funcionários que responderam essas questões inseridas no Questionário 1, tanto em Novo Triunfo, quanto em Santa Brígida —, considerou os moradores locais como urbanos e metade como rurais. Em Sítio do Quinto, apenas quatro pessoas, em 16, classificaram os moradores como rurais.

Nas três cidades, os entrevistados que classificaram os demais moradores como urbanos justificavam quase sempre com base no que já haviam declarado antes, mas principalmente por serem moradores de uma cidade “e cidade é urbana”. Uma pessoa disse o seguinte: “— Classificaria a maioria como urbanos, porque de ir a São Paulo, Rio e Salvador já não são tão ‘bestinhas’...”. Tal declaração denota a mesma compreensão que associa rural com atraso e conservadorismo, comportamento muito comum, tão comum, quanto o das pessoas que classificaram os moradores locais como rurais, alegando, invariavelmente, que o faziam porque a maioria ali sobreviva da atividade agrícola.

Apesar disso foi interessante notar que entre esses casos — com apenas três exceções —, a classificação quanto a si próprio(a) foi urbana: “Eu sou urbano(a), tive um estudo melhorzinho”, “já vivi um pouquinho, já viajei”, “estou sempre buscando evoluir”.

Mas, a associação do urbano com avançado, progressista, moderno, etc. contribuiu para que alguns dos entrevistados classificassem a si próprios e a seus concidadãos como rurais, para registrar o descontentamento com aquilo que consideram atrasado na cidade. Num desses casos, o mais significativo, o descontentamento era tão forte que a pessoa, uma lojista, ao se classificar afirmou:

— Me considero rural porque de acordo com o desenvolvimento do mundo, isso aqui é um buraco. Por isso sou rural. A gente se acaba aqui dentro.

As três exceções apontadas acima foram pessoas que se classificaram como rurais por gosto, amor à terra, às plantas, etc:

— Me classificaria como rural porque gosto. Não tenho habilidade com foice, enxada, mas me sinto como rural. (Triunfo, funcionário público, professor, 31 a 40 anos).

— Me classificaria também como rural, porque gosto de trabalhar na roça. (Sítio do Quinto, funcionário público, professor, 41 a 50 anos).

— Me considero rural, prefiro ficar na roça. (Sítio do Quinto. Proprietário de uma loja de móveis, 41 a 50 anos).

Essas pessoas exercem profissões consideradas urbanas, comércio e serviços e, em princípio, não associaram rural com atraso ou conservadorismo. Ser rural para elas é anseio e idealização.

Os consumidores da feira foram abordados aleatoriamente — incluindo, dessa forma residentes citadinos, ou não, sem preocupação com proporcionalidade — e foram incluídos na pesquisa para que se pudesse identificar a existência de uma função central nessas cidades. A questão era saber se o comércio e a feira atendiam apenas aos moradores locais, ou se também atenderiam os de outras localidades.

Em Novo Triunfo, foram entrevistadas quatro pessoas vindas de povoados de Novo Triunfo: Lagoa do Badico, Lagoa Branca e Ouricui. Uma pessoa era de Viração, localidade pertencente a Jeremoabo. Dessas cinco pessoas, três eram trabalhadores agrícolas, uma era estudante e a outra, assistente do Posto de Saúde do povoado. Além das compras, três delas tinham aproveitado para procurar o posto de saúde — inclusive a senhora vinda do povoado Viração, de Jeremoabo —, uma já tinha ido comprar remédios na farmácia e outra precisava procurar o Prefeito, para pedir solução para um problema do povoado.

Além desses, foram encontrados fazendo compras, um cozinheiro aposentado que mora em São Paulo e estava em missão de evangelização e um morador de Antas, que tinha mesmo vindo às compras, pois é freguês da feira de Novo Triunfo. Soube-se, posteriormente, que em Antas não há uma feira, pois muitos não a consideram como tal, dado o número insignificante de barracas montadas lá, semanalmente.

Em Sítio do Quinto, onze pessoas entrevistadas durante as compras eram oriundas de povoados do município — Poço Preto, Lagoa das Mineiras, Planalto, Lagoinha e Tingüi. —, das quais, nove eram trabalhadores agrícolas e duas eram donas de casa. Quatro dessas pessoas, além das compras iam aproveitar para visitar parentes ou amigos. Uma pessoa tinha

vindo à feira apenas para comprar material escolar para a filha, senão não teria vindo.

Estavam também fazendo compras: uma contadora, residente em Antas, um comerciante de Jeremoabo e uma estudante que disse estar a passeio, residente no Povoado Tabuleirinho, município de Poço Verde, em Pernambuco.

Quatorze pessoas faziam compras na feira de Santa Brígida e eram residentes de povoados próximos, a saber: Marancó, Bugre e Briadeira. Entre elas foram encontradas duas professoras, uma das quais tinha vindo procurar vaga em escola da Prefeitura, e duas donas de casa, todas as demais eram trabalhadores agrícolas. A motivação principal para que essas pessoas estivessem ali, eram as compras, embora algumas tenham mencionado que, muitas vezes aproveitam o dia para ir ao médico, comprar roupas nas lojas ou pagar prestação de compras feitas, pagar contas de energia, receber a aposentadoria ou ver parentes.

Havia duas pessoas de Jeremoabo, sendo uma dona de casa que, tinha vindo visitar uma filha, e um agricultor, e duas de Pedro Alexandre, das quais um agricultor e um caminhoneiro que faz transporte de pessoas para a feira.

Constatou-se que os residentes nos povoados buscam a feira porque não têm alternativas mais próximas. Cerca de 50% deles informou não ter onde se abastecer perto de casa. Dos que disseram ter alguma alternativa, mencionaram mercadinhos muito pequenos ou bodeguinhas, preferindo deixar para comprar na feira. Já, quanto a alternativas de locais de compras para artigos não encontrados na feira, muito raros foram os que indicaram algum outro lugar. A grande maioria afirmou que encontra sempre tudo o que precisa porque só compra coisas simples, mas não encontrando, não compra em lugar algum. Fica sem o produto. A raras pessoas, de Sítio do Quinto e Novo Triunfo, que disseram ir a outros lugares buscar o que não encontraram na feira ou no comércio local, mencionaram como alternativas: Antas, Cícero Dantas, Jeremoabo e Ribeira do Pombal. As de Santa Brígida mencionaram Paulo Afonso e, com menor frequência, Jeremoabo.

As questões “O que é uma cidade? Aqui é uma cidade?”, assim como as que pediram para classificar os moradores da cidade, e a si próprios, em urbanos e rurais foram respondidas, pelos moradores das cidades — não mais selecionados entre as elites locais, mas entre consumidores da feira —, reproduzindo os mesmos padrões de compreensão da cidade e do urbano descritos acima. Os que não vêem suas expectativas contempladas, disseram entre outras coisas que “... não é cidade porque falta tudo e cidade tem que ter tudo que precisa”. Aqueles cujas expectativas são mais simples e, portanto, são mais facilmente atendidas, reconhecem a condição de cidade porque “... existe comércio, benfeitoria, prefeitura, uma casa de saúde, farmácia, mercado de feira”. Outra tipo de resposta comum foi a que reconhece

a cidade “porque tem prefeito”, “se é emancipada é cidade”.

Além disso, a associação do urbano com progresso, avanço, etc apareceu com uma pessoa que não reconheceu Novo Triunfo como cidade “... porque precisa muita coisa, hospital...”, mas solicitada a classificar os moradores da cidade em urbanos ou rurais, classificou-os como urbanos “... porque precisa de coisas melhores e sendo urbano ia melhorar mais ...”.

Por outro lado, os entrevistados residentes em fazendas e mesmo nos povoados, onde a sobrevivência está intimamente ligada à atividade agrária, com uma exceção, se consideraram rurais. Uma pessoa disse que tudo era urbano, “cidade é urbano e povoado é urbano. Só quem mora em fazenda é rural”.

As entrevistas com feirantes mostraram que muitos deles estão na atividade há muitos anos e outros que estão iniciando essa lida. Das respostas obtidas percebeu-se que trabalham, em média, três dias por semana. Quase todos os feirantes de Santa Brígida também trabalham em Paulo Afonso, de onde vários deles se originam e esses trabalham quatro a cinco dias na semana, além dos dias dedicados às compras de mercadorias.

Entretanto, as cidades onde vários deles declararam estar semanalmente são tão distantes, que parece impossível estar na 5ª.- feira, em Barra do Tarrachil — povoado junto do Rio São Francisco, no norte de Chorrochó, município no Noroeste, da RNe, — e no outro dia estar em Ribeira do Pombal. Verificou-se que esse tipo de deslocamento é feito por três feirantes do ramo de confecções, que fazem a feira de Sítio do Quinto, em períodos específicos do ano. Como esses feirantes residem em Paulo Afonso, supõe-se — pois isso não foi objeto de investigação — que consigam fazer feiras tão distantes porque rateiam os custos de transporte pessoal e das mercadorias. Abaré, junto de Chorrochó, também faz parte dessa lista de cidades que inclui também algumas de Pernambuco, Sergipe e de Alagoas.

Evidentemente, tão grandes deslocamentos não são a regra geral, pois há também aqueles que fazem só a feira de sua cidade, seja porque é apenas uma alternativa de complementação da renda, seja porque não dispõem de recursos para se locomoverem. Em Sítio do Quinto, duas pessoas, das 19 que responderam o questionário, declararam não fazer outras feiras; em Santa Brígida, cinco dos 17 entrevistados e em Novo Triunfo três em 20. E ainda há casos como de um pedreiro, que arma sua pequena banca na feira, só no período da Quaresma e Semana Santa.

As respostas dadas às questões sobre o que é uma cidade não apresentaram diferenças significativas em relação às demais categorias de entrevistados. Reproduziram-se as declarações de que cidade é muito importante, “é tudo” e também que tem que ter boa

administração, etc.

Majoritariamente reconheceram os três aglomerados como cidades, ou seja, dos 17 ali entrevistados, todos disseram que Santa Brígida é cidade. O mesmo fizeram 19 dos 20 entrevistados de Novo Triunfo e 18 dos 19 de Sítio do Quinto. Contudo as razões desse reconhecimento foram amplamente legalistas: “tem prefeito, é emancipada, é cidade”. Houve quem informasse que “... para ser cidade tem que ter de cinco a oito mil habitantes”.

Quanto a ser urbana ou rural, as respostas, grosso modo, também seguiram os padrões anteriores, com pequena preponderância dos que classificaram os residentes como urbanos. Mas houve um entrevistado que introduziu um elemento geográfico em sua avaliação. Essa pessoa já havia dito que “Se está no mapa, é cidade. Tem que respeitar como cidade. Mas é muito pequena”. Perguntado como classificaria os moradores, entendeu a pergunta com referência ao espaço da cidade e deu a seguinte resposta:

— Diria que são rurais porque é muito afastado da pista. Jeremoabo sim é urbana, porque é mais evoluída. Sítio do Quinto é rural porque é afastada da pista. Santa Brígida do mesmo jeito, rural porque é afastada da pista. Feirante de artefatos domésticos feitos de materiais reaproveitados, 51 a 60 anos, frequenta as três feiras.

As três categorias de entrevistados nessa pesquisa mostraram o quanto é forte o sentimento de que ser urbano é bom, porque é ser progressista, moderno e quantos outros adjetivos positivos se possa encontrar nessa linha de raciocínio. Por outro lado, a visão legalista valoriza e reforça essa opinião. “Se é emancipada ( ou se tem prefeito) é cidade, se é cidade é urbano e ser urbano é bom. Então é urbano”. E, se a realidade não é exatamente tão boa “... a gente diz que é urbano que é p’ra ver se melhora”. Portanto, quanto às questões sobre cidade e urbano, não se perceberam diferenças significativas seja a respeito do que é uma cidade, seja em relação às expectativas ou idealizações sobre cidade e a realidade vivida. Também não houve diferença importante quanto à compreensão dos processos que permitem a um aglomerado obter ou ser dotado de certos serviços.

Notou-se, entretanto, que os que responderam ao primeiro questionário, considerados a elite da sociedade local, ou ao menos, parte dela, foram mais contundentes em suas críticas, provavelmente, porque de um lado, têm expectativas mais altas ou sofisticadas, dado disporem de maior acesso à informação, o que os torna mais exigentes e, por isso mesmo, mais difíceis de satisfazer. De outro lado, o momento da realização da pesquisa, a menos de 60 dias da posse dos prefeitos, aguçou os ânimos, tornando, suas respostas “contaminadas” por suas expectativas, satisfeitas ou não. O fato de os demais entrevistados externarem quase as mesmas expectativas e críticas, apenas de modo menos contundente,



mostrou que o momento político não havia prejudicado o trabalho.

Do que foi possível observar das atividades comerciais e de serviços das três cidades, seja a partir da observação pessoal, seja com base nas informações colhidas nas entrevistas, notou-se que, tanto um quanto outro, são concordantes em gênero, número e grau, para usar uma expressão conhecida, com as condições econômicas locais dadas pelos salários e rendimentos de uma população numericamente pequena, mas ocupada — quando ocupada, pois não se podem esquecer as informações sobre ocupação da mão-de-obra do capítulo anterior — em ofícios de baixo retorno. Desse modo, não se ofertam serviços sofisticados, nada de “primeira linha”. São serviços e produtos essenciais para consumidores de baixo poder aquisitivo. Em outras palavras, o comércio e serviços dessas cidades integram o que Santos (1979b) chamou de circuito inferior da economia urbana cujas características básicas, entre outras, são as atividades organizadas em bases primitivas ou familiares, não burocráticas, com reduzido uso de capitais, tecnologia e empregos formais, baseadas em crédito pessoal.

Retome-se agora a questão da ocupação dos moradores dessas cidades, já apresentada no capítulo anterior. Viu-se ali que as pessoas de 10 anos de idade ou mais, residentes na área urbana — no caso o distrito sede — ocupadas em atividades não agrícolas, em Novo Triunfo, era 29,2% do total, enquanto as na atividade agrícola era de 20,5%. Nas mesmas condições em Santa Brígida, era de 26% e 12%. E, em Sítio do Quinto, respectivamente 19,5% e 19,7%. Assim, embora os residentes urbanos de Santa Brígida e Novo Triunfo estivessem ocupados em maior proporção em atividades não agrícolas, é difícil considerar esse diferencial importante frente a um contingente de não ocupados, que ultrapassava amplamente 50% da população de 10 anos ou mais. Deve-se lembrar ainda, que um número considerável dessas pessoas, pois isso foi constatado na pesquisa de campo, complementa sua renda com uma segunda atividade, constituindo aquilo que os estudiosos do Novo Rural vêm chamando de “*part-time farmers*”, ou seja, agricultores em tempo parcial, pessoas que residem na cidade e exercem ocupações na cidade e no campo. O contrário também existe, pessoas que residem no campo e complementam sua renda prestando serviços na cidade.

As entrevistas revelaram que Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, exercem a função de localidades centrais para o conjunto de moradores de seus municípios e atendem também os de outro municípios, pela maior proximidade. Acumulam as funções de gestão política e administrativa, às de centro comercial de abastecimento e de serviços, além de outras funções centrais, como as atividades religiosas ou culturais, de maior ou menor

relevância, associadas a especificidades locais ou outras de caráter sazonal.

Colocam-se, assim, algumas perguntas. Se os espaços são urbanos, como se detectou em Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto — ainda que não exibam as complexas fragmentações espaciais das grandes cidades — os moradores poderiam ser rurais? Se o espaço é socialmente produzido, um espaço urbano poderia ser produzido por pessoas não urbanas?

Por outro lado, se o urbano, além dos aspectos materiais já expostos, implica em outros de caráter imaterial, como a produção de uma cultura urbana, derivada do modo de vida e das relações que necessariamente se estabelecem em lugares adensados, deve haver uma contrapartida do rural. Ou seja, além dos aspectos materiais como habitações isoladas e modos de vida associados aos tempos lentos da natureza e ao trabalho na lavoura e pecuária, produz-se ainda hoje, uma cultura específica e autenticamente rural? Lembrando que Santos (1994) que distingue população rural de população agrícola, quem trabalha na agropecuária ou extrativismo, deve ser por isso chamado de rural? Ou rural é hoje, sinônimo de agrícola?

## 6 CONCLUSÃO: O URBANO POSSÍVEL

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar a questão de como classificar, ou que áreas devem ser ou não classificadas como urbanas. O objetivo aqui, além de contribuir para produzir algum conhecimento sobre as características e funcionamento de cidades bem pequenas, foi também entrar no debate sobre o que é ou não urbano.

Para tanto, partiu-se em busca dos diversos estudiosos dos processos que determinaram o surgimento das cidades e do urbano, bem como de suas características, de modo a encontrar um suporte teórico que permitisse analisar o espaço de três pequenas cidades do semi-árido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, pois a discussão em curso vem se dando exatamente sobre, pequenos núcleos, com pequenas populações. Fez-se então, ampla pesquisa bibliográfica e documental de modo a se construir um conceito operacional de cidade e urbano que viabilizasse o estudo analítico daqueles espaços, apoiado também em pesquisa de campo. Notou-se, porém, que o aparato teórico disponível se fundamenta na observação e análise de grandes cidades, de qualquer continente ou tempo histórico, sem referência, ou comparação com unidades de menor porte. A dúvida era se características identificadas em grandes cidades, ou mesmo se fenômenos próprios desses espaços, seriam adequados para o exame de pequenos aglomerados populacionais a ponto de neles se poder discernir, ou não, claramente, aspectos ou lógicas urbanas. Dava a incômoda sensação de se estar, muito perigosamente, correndo o risco de usar uma lente macroscópica para observar um fenômeno micro, que poderia ser obscurecido ou deturpado.

Todavia, os instrumentos à disposição eram esses e com base neles foi construído o conceito, que na dimensão física do urbano, considerou especialmente a fragmentação e a diferenciação no uso do solo como características essenciais do espaço urbano, associado a uma proporção considerável de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. A dimensão imaterial do urbano, não mensurável, seria detectada, ou não, nas entrevistas com residentes, as quais levantariam informações sobre modos de pensar e ver a vida nessas localidades, assim como em demais observações sobre costumes locais, levadas a efeito durante a permanência, em cada cidade, para realização da pesquisa de campo.

O uso de densidade demográfica tem sido tradicional nos mais diversos tipos de trabalho sobre questões urbanas e ou populacionais. Contudo, não parece adequado comparar, por exemplo, densidades de municípios pertencentes a regiões que se estruturaram distantes entre si, no tempo e no espaço. Por exemplo, no caso da Bahia, ainda que se listem as

densidades dos, hoje, 417 municípios, como estabelecer comparações entre as densidades encontradas nas áreas litorâneas, que vêm se formando e desenvolvendo ao longo de cinco séculos; com as do semi-árido, ocupado principalmente a partir de atividades que pouco contribuíram para um maior adensamento populacional, com as dos municípios da RE Oeste, cuja presença no cenário socioeconômico do Estado, começou a ser notada em meados do século XX. As distintas histórias socioeconômicas e de organização espacial determinaram densidades muito diferentes e, por isso mesmo, não comparáveis entre si.

Entretanto há ainda um outro problema. Densidades demográficas estabelecem uma razão entre população e área. No caso, as populações totais dos municípios, vivendo em aglomerados ou isoladamente, pela área total dos mesmos, incluindo áreas desabitadas, inabitáveis, de produção agro-pastoril, ou florestais. Como comparar, em estudos urbanos, densidades demográficas que incluem áreas agrícolas que, sobretudo, não integram a área da cidade? Em um estudo cujo tema é o urbano, urbanização, cidades etc., parece aceitável comparar as densidades entre as áreas das cidades, ou seja, as áreas dos distritos sede — assim mesmo, numa análise de caráter ahistórico —, ainda que internamente, esses distritos possuam vazios habitacionais ou até, algumas áreas de produção agrícola, como eventualmente, acontece, mesmo nas capitais dos Estados. Desse modo, comparações estariam sendo realizadas entre entes equivalentes. Será que o cálculo das densidades demográficas, considerando apenas as áreas e populações internas aos perímetros das cidades, teriam variações de amplitude tão grandes quanto as existente hoje em relação às que consideram áreas e populações totais dos municípios?

Portanto, porque não existem e não se calculam densidades demográficas apenas das cidades ou das áreas urbanas, não se considerou pertinente usá-las neste trabalho, que enfoca apenas os distritos sede.

O levantamento dos processos históricos de formação socioespacial regional contribuíram para se entender que as cidades selecionadas integram uma região periférica nos mais variados sentidos: geográfico, socioeconômico ou político. A Região Econômica Nordeste da Bahia, desbravada pela expansão da pecuária através do semi-árido, está, como se mostrou, distante dos principais centros, ou pólos de crescimento e desenvolvimento econômico da Bahia e de outros Estados. Suas riquezas minerais, quando em exploração, assim como em outros locais do Estado — à exceção do petróleo que hoje paga *royalties* aos municípios onde é explorado —, não melhoram as condições de vida e trabalho nos municípios onde ocorrem. Além do trato e uso industrial do sisal, em Valente, beneficiando áreas circunvizinhas a esse município, não existe, que se conheça nesse momento, qualquer

outra programação — ou iniciativa exógena ou endógena — de investimento que induza seu crescimento econômico e traga desenvolvimento social. Sua cidade mais importante, Paulo Afonso, cujo crescimento se deve à construção do conjunto de hidrelétricas que levam seu nome, não espraia sua riqueza.

Verificou-se, assim, que a RNe, comparativamente às áreas litorâneas do Estado, por exemplo, é bem mais carente de recursos e está como que “escolhida” para permanecer nessa condição de baixo crescimento econômico e, no caso específico, continuar como área de passagem para outros locais. Essa condição lhe é imposta pelos atuais processos de globalização como apontado, entre outros autores, por Araújo (1995), sendo que o mesmo acontece com boa parte dos Estados brasileiros — inclusive a Bahia —, em relação aos Estados do Sudeste e Sul do Brasil e se repete na relação desse com as potências econômicas mundiais. Caracterizada a região, o foco de análise desceu para o nível dos municípios.

Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida, submetidos a altos riscos de seca, vivem das atividades agropecuárias tradicionais, não intensivas em capitais ou tecnologia e, em grande medida, das transferências do Estado, da União e ainda dos benefícios pagos pela Previdência Social. Aparentemente não têm outra vocação econômica que a agropecuária. Desse modo, nas avaliações econômicas mais recentes, especialmente nas que analisam o desempenho agrícola, são tidos como de economia deprimida, ou em estagnação, situação coerente com a da maior parte da economia regional.

Trazendo o foco para o nível das cidades, o que se encontrou foram pequenos aglomerados populacionais, com a função de apoiar municípios de economia agrícola tradicional de baixo rendimento. A análise de seu espaço feita operacionalizada a partir do conceito, mencionado no Capítulo 2, construído baseado nos trabalhos de Corrêa (1989), Souza (2003) e Silva e Silva (1991): uma cidade — entendida, como espaço urbano e socialmente produzido — deve conter certo número de habitantes vivendo em um aglomerado, com certa centralidade econômica, algumas características espaciais, refletidas na multiplicidade de uso do solo, certa diversidade econômica articulada com a presença de classes sociais distintas; além de alguma proporção de residentes ocupados em atividades não agrícolas; e ainda deve ser entendida também, como centro de região e nesse sentido um sistema dentro de um sistema de cidades.

Primeiramente, não há dúvida de que tais cidades são espaços, que contam com certo número de habitantes — no caso, mais de 3.000 e menos de 6.000 — vivendo em um aglomerado com certa centralidade econômica, pois a pesquisa de campo mostrou que esses aglomerados concentram atividades diversificadas — serviços públicos, privados e comércio

—, que embora não sofisticadas, atendem as necessidades não apenas dos residentes locais, mas de todo o município e mesmo de povoados de outros municípios. Entre os serviços públicos estão o Posto de Saúde, o Colégio de Ensino Médio, o Correio — com as tarefas de comunicação, acumulando, agora, alguns serviços bancários — e as Prefeituras. A presença de uma prefeitura, com suas atribuições próprias de gestão e organização do município, constitui um fixo que atrai e orienta fluxos comerciais, políticos, financeiros, etc., atraindo ou criando novos fixos como postos de saúde, colégios, delegacia, que por sua vez atraem novos fluxos administrativos, financeiros, de pessoas, etc.

Acrescentem-se os serviços privados, a exemplo das lotéricas e especialmente das unidades comerciais, que criam também seus fluxos específicos. Essas se articulam com fornecedores de diversas partes da Bahia e do Brasil, através das mais diversas formas, desde os representantes viajantes, os modernos mascates, aos pedidos via telefone ou fax e, em alguns casos, via Internet. Em outras palavras esses fixos e fluxos compõem a organização espacial dessas cidades, distribuindo-se por uma ampla área, que se torna um referencial de centro comercial e de serviços, transformando-as em centros de região, como definido acima, para uma população muito maior que a residente estritamente em seus limites.

A pesquisa mostrou, também, que a feira acentua essa função central porque se realiza em uma área identificada como centro funcional, para ela convergindo, durante um dia inteiro, comerciantes que se deslocam desde municípios limítrofes, até de localidades de Estados vizinhos. Do mesmo modo, convergem para a feira além dos residentes no aglomerado, os consumidores vindos tanto dos povoados e áreas campesinas do entorno, como de municípios limítrofes. Vêm tanto para se abastecer na própria feira, como no comércio local e também para diversas outras atividades, que associadas à vinda à feira, por conta dos custos de deslocamento se tornam menos onerosas. Com isso vitalizam o comércio e a vida social, em localidades praticamente destituídas de alternativas de lazer.

Fica, desse modo, registrada a existência de certa centralidade e diversidade econômica, pela presença de unidades e fluxos de comércio e serviços, apesar da simplicidade, da pequena variedade e da pouca sofisticação dos serviços e produtos colocados à disposição do público usuário ou consumidor, além do irrisório volume de dinheiro envolvido no total das transações se comparados aos das grandes cidades. Ainda assim, essas cidades se constituem em pequenos lugares centrais, referidos a seu entorno — o município e áreas adjacentes — como local onde se concentram atividades comerciais, distribuidoras de bens e serviços e que para tal exercício se integram a uma rede de fornecedores, mesmo que de forma subsidiária ou tributária de localidades centrais mais importantes.

A análise de seus espaços internos demonstrou, também, que apesar do pouco tempo de existência como centro emancipado, existem diferenças no uso do solo. Há uma área que se pode considerar como centro funcional, pois nela são encontrados todos os serviços públicos, privados e o comércio. Outro tipo de uso do solo foi identificado pelo modo como se distribuíram as residências nessas cidades. As de melhor aspecto, porte e padrão de construção, indicadores de melhor nível de renda, foram encontradas mais próximas umas das outras e bem próximas das áreas centrais de comércio e serviços. A pesquisa constatou que muitos dos comerciantes, técnicos e funcionários públicos entrevistados residiam nessas áreas, em casas de muito boa qualidade. Constatou, também, que tais pessoas formam uma elite local e que é nesse estrato que são recrutados os eventuais ocupantes de cargos de confiança da prefeitura, como os secretários municipais, assessores e outros.

As residências de porte pequeno e de padrão construtivo de qualidade inferior ocupam pequenos lotes em espaços mais distantes das áreas centrais. Aliás, desde o primeiro contato com essas cidades, observou-se que as áreas de ocupação mais recente são periféricas, pela extensão ou abertura de ruas pelos poderes públicos municipais, pela criação e divisão dos lotes e pela expansão do número de casas populares também, freqüentemente, promovidos pelas mesmas autoridades municipais.

Verifica-se, portanto, nessas cidades, a existência de diferenciais de uso do solo, que fragmentam o espaço entre áreas predominantemente de comércio e serviços articuladas às áreas residenciais. Verificaram-se também fragmentações espaciais derivadas da localização diferencial dos diferentes estratos sociais de classe, com os estratos de maior renda residindo nas imediações do centro funcional.

A questão da ocupação da mão de obra se tornou, aqui, a mais polêmica. Efetivamente, em 2000, as proporções de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, nessas cidades, não chegaram a ser especialmente significativas, em relação às ocupadas em atividades agrícolas. Em Novo Triunfo e Santa Brígida os ocupados em atividades não agrícolas, em 2000, eram um pouco mais numerosos que os ocupados em atividades agrícolas, apesar de a soma de não ocupados e toda sorte de inativos compor, em qualquer dos três municípios e em qualquer situação de domicílio, um contingente extremamente importante, por ultrapassar 50% do total de pessoas de 10 anos e mais. Em Sítio do Quinto as proporções entre ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas se equivaliam.

Contudo, quase todos os entrevistados nos serviços e comércio dessas cidades mencionaram ter um sítio ou fazenda de onde retiram algum rendimento que ajuda a compor sua renda pessoal ou familiar. Entre esses, com exceção dos que têm o rural como ideal, e dos

profundamente insatisfeitos com a administração municipal, os outros se consideraram urbanos, ainda que pela mesma insatisfação, tenham eventualmente considerado os demais residentes locais como rurais. Por outro lado, tanto trabalhadores agrícolas, residentes ou não no perímetro dessas cidades, complementam sua renda com prestação de serviços na área urbana, como trabalhadores urbanos complementam renda prestando serviços na agricultura.

Portanto, pelas características ocupacionais não se avançou na questão do que considerar ou não urbano. Dada a diversidade de possibilidades de ocupação, multi-ocupação e sub-ocupação, para a complementação de renda nos diferentes estratos sociais, vem se tornando gradativamente mais difícil analisar e identificar o que é preponderante. Um analista pode considerar, para efeito de seu trabalho, que preponderante é o trabalho no qual o trabalhador auferir maior rendimento. Mas para quem trabalha o significado é outro já que dificilmente pode desistir de qualquer atividade de complementação de renda.

É preciso ainda levar em conta que a análise do exercício de uma atividade econômica em determinado setor da economia é pontual, não descreve processos econômicos ou sociais. Assim, parece pouco adequado classificar como rurais pessoas que apenas trabalham na agricultura, ou melhor, no setor primário da economia — outra classificação que tende a cair em desuso pela entrada de tecnologia e capitais intensivos nesse setor.

Classificar como rural uma população que vive em um aglomerado, como esses em foco, apenas porque vive preponderantemente da atividade agrícola, não é reproduzir o senso comum que diz que trabalhador agrícola é rural? Especialmente, porque essa classificação se faz sobre trabalhadores da agropecuária ou extrativismo e não sobre os que vivem dos rendimentos oriundos dessas atividades. Assim, um produtor de soja irrigada, na região de Barreiras, vivendo em sua fazenda, afastada uns poucos quilômetros de qualquer aglomerado, que controla sua produção, estoque e vendas através de processos informatizados, que controla suas ações na Bolsa de Nova York via Internet a cabo, seria rural? Provavelmente não, até porque esse tipo de pessoa tem sempre uma residência em uma capital, que apresenta como domicílio, inclusive para o Censo. Portanto, mesmo que a maior parte de seu sustento provenha de sua propriedade agrícola, essa pessoa não será classificada rural e isso está perfeito, pois não é uma pessoa rural, dado que não trabalha na agricultura, apenas administra a propriedade e não vive no campo.

Em que medida, portanto, considerar como rurais as pequenas cidades — sedes de municípios de vocação agrícola — é uma classificação embasada ideologicamente, pelo fato de serem pouco populosas e por isso não exibirem as complexidades e facilidades das grandes cidades, as quais são função da densidade e porte demográfico e subsidiariamente da renda



local? Considerar como rurais trabalhadores agrícolas residentes em aglomerados urbanos, reflete, ou não, certo tipo de preconceito por parte de estudiosos oriundos de grandes cidades? Entende-se assim, que se deve distinguir agrícola de rural, de vez que o termo rural tem conotações muito mais amplas que as de uma categoria ocupacional.

Entretanto, retome-se a pergunta: se o espaço é socialmente produzido, um espaço urbano, poderia ser produzido por pessoas não urbanas? O urbano, além de conformar um território implica em modos de pensar, sentir e agir, que no mundo da informação global, em que se vive hoje, não são mais característicos apenas do residir em aglomerados, mas vão muito além dele.

A penetração do urbano nas localidades estudadas se fez notar nos espaços das cidades, inicialmente, pelas vistas aéreas obtidas, que mostraram uma paisagem em que o conjunto de estruturas e objetos que conformam as áreas ocupadas por essas cidades, não se confundem com espaços rurais, que entendemos aqui como espaços concomitantemente de produção agrícola e residencial não aglomerado.

Na configuração da paisagem se observou uma enorme constância na preocupação em decorar a maioria das ruas à base de mudas de *Ficus*, podados ao modo de jardins europeus, reproduzidos pelos grandes centros urbanos brasileiros. Talvez essas plantas sejam resistentes ao forte sol do verão, à seca e às temperaturas bem mais baixas do inverno, mas não produzem flores ou frutos e a proteção da sombra que poderiam fornecer para amenizar o calor escaldante, praticamente desaparece com a poda artística. Mas seu uso nas cidades interioranas reflete o desejo de equiparação às grandes cidades.

Os modos de vestir, viver ou consumir não se mostraram diferentes dos observados em qualquer cidade grande, embora, obviamente, não sejam comparáveis aos modos de viver e consumir das elites, pois o acesso a produtos de maior qualidade ou sofisticação é restrito. Não é por acaso que havia mais de uma barraca de venda de CDs e joguinhos eletrônicos, provavelmente, de produção ilegal, nas feiras pesquisadas. Tais artigos, sumamente barateados pela produção ilegal, vão satisfazer uma demanda em expansão contínua, criada pela publicidade veiculada pelos modernos meios de comunicação de massa, como o rádio e a TV, que estão alcançando as localidades mais distantes. O período de realização da pesquisa de campo, segunda quinzena de fevereiro de 2005, coincidiu com a etapa final de uma novela de muito sucesso de uma poderosa emissora de televisão, com enorme audiência nacional. Os comentários sobre a novela e os destinos prováveis de seus personagens faziam parte das conversas entreouvadas em balcões de lojas, nos restaurantes durante os almoços, nos rápidos encontros entre conhecidos, nas feiras. Entretanto, em função

de uma determinação advinda dos centros de decisão de política e econômica do país, todos — na verdade as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país — estavam assistindo à novela uma hora mais cedo por causa de vigência do horário de verão. Nem por isso a novela perdeu audiência nesses lugares, evidenciando a força da televisão, como fonte de informação e lazer, mas, sobretudo, evidenciou o comando de lógicas oriundas dos grandes centros sociopolíticos, econômicos e administrativos do país, sobre os ritmos de vida locais. Explica também, pelo menos parcialmente, porque não se observaram diferenças culturais significativas entre o viver nessas cidades ou em outras, que não fossem determinadas apenas pelos padrões de conforto — em termos da variedade e qualidade de serviços e produtos — que podem oferecer.

A atenção às novelas mostra que os moradores dessas cidades estavam, “antenados” — para usar um termo da moda — com os acontecimentos veiculados pelas grandes emissoras nacionais, permitido pelas inúmeras parabólicas que já fazem parte da paisagem, não apenas dessas cidades, mas de qualquer lugarejo, por menor que seja. Os pequeníssimos, distantes e muito carentes povoados Ouricuri (cerca de 40 casas em torno de uma praça, encimada por uma igreja, ao lado de um pequeno cemitério), em Novo Triunfo e Colônia (esse, talvez maior que o Ouricuri, tanto em área como em número de residências, porém, aparentemente, não dotado de uma referência central), em Santa Brígida, exibiam parabólicas em mais de uma residência<sup>27</sup>. Desse modo os valores e costumes tipicamente rurais, que ainda sobrevivem nesses lugares vão desaparecendo, cedendo lugar a formas de comportamento e valores urbanos. As diferenças culturais vão sendo paulatinamente diluídas por esses meios de comunicação, que, no caso da TV, mesmo de menor acessibilidade por seu preço, apresentou boa penetração, percebida, principalmente, nas muitas antenas parabólicas que ornamentam os telhados das três cidades.

As características de estruturação do espaço urbano apresentadas por Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto são, portanto, bastante parecidas entre si. Parte dessa semelhança, obviamente, deriva do fato de serem pequenas e economicamente pouco desenvolvidas, sedes de municípios igualmente pequenos e economicamente pouco desenvolvidos participantes de uma dinâmica regional também de baixo desenvolvimento econômico.

As interações econômicas mais significativas do comércio dessas cidades com as de maior importância na rede urbana regional e nacional se faz via os feirantes e

<sup>27</sup> Em Sítio do Quinto visitou-se o povoado Tingüi, mas esse é tão maior e visivelmente mais complexo e próspero que não se faz necessário citá-lo, em referência à argumentação acima.

principalmente por transportadoras de mercadorias, bem como pelos representantes comerciais, que como os antigos mascates, se deslocam de cidade em cidade e de comprador em comprador, com seus catálogos — não mais a mercadoria viva como os mascates originais — e mostruários. Toda a organização desse comércio e suas mercadorias são típicas do circuito inferior da economia urbana, como descrito por Santos (1979). Os raros produtos eletrônicos como computadores foram necessariamente comprados em Paulo Afonso, Aracaju ou Salvador.

Mas o ambiente técnico informacional aos poucos vai se instalando. Assim essas cidades já contam com um simulacro de serviço bancário instalado nas agências de Correios e nas casas Lotéricas. Esses serviços vieram, aparentemente, atender à necessidade de pagamento de aposentados e distribuição dos demais benefícios da Previdência Social e dos programas sociais do Governo Federal e subsidiariamente incluir, de modo precário, todo um contingente populacional demandante de serviços bancários. Porém, como já foi discutido antes, o que parece um avanço e uma facilitação da vida econômica de pessoas de pequenos centros urbanos é, na verdade, um elemento de drenagem da economia local e de manutenção dessa condição de parco desenvolvimento em prol dos grandes centros.

Essas três cidades como se vê, integram uma região que exhibe, através de seus municípios, alguns dos piores índices de desenvolvimento do Estado, cujas articulações com o exterior são, por assim dizer, frágeis. São três cidades de uma região como que selecionada para ficar adormecida, longe do desenvolvimento social e econômico. São partícipes do movimento mais geral de globalização da economia na condição de absoluta subalternidade e desimportância.

Para voltar um pouco à questão do urbano, como atributo não só dos espaços, mas também das pessoas, independente do tipo ou condição de ocupação ou local de moradia e também da penetração dos costumes urbanos — em detrimento do rural —, especialmente daqueles de caráter mais globalizado apareceu no filme “Deus é Brasileiro”, de Cacá Diegues (2003). Perambulando num cenário interiorano do Nordeste brasileiro, típico do semi-árido dois personagens — um dos quais Deus e, outro, um rapaz que fugiu de um credor disfarçado de mulher — travam o seguinte diálogo:

— Você está ridículo com essa roupa!

Imediatamente o rapaz levanta a saia do vestido e o tira pela cabeça. Olhando para a orelha do rapaz que ostenta um brinco, volta-se Deus novamente.

— E esse seu brinquinho também não está com nada.

Ao que o rapaz responde:

— Não é brinquinho... é *piercing*!

Em conclusão as pequenas cidades de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto se revelaram como espaços dotados de estruturas simples, ocupados por uma população majoritariamente de baixo poder aquisitivo. Nelas não existe a complexidade das grandes cidades e nem poderia existir, pois são pequenas na área que ocupam e na população que abrigam. Contudo, as análises empreendidas sobre seus espaços, mesmo a partir de conceitos construídos sobre grandes cidades, permitiram verificar que existem neles as marcas materiais e imateriais do urbano.

Desse modo, a hipótese inicial deste trabalho, de que tais cidades não se constituíam em espaços urbanos não se confirmou. As cidades de Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto são efetivamente constituídas de espaços urbanos. Sobretudo, as pessoas que ali residem não apenas se sentem urbanas, como não se observaram sinais de existência de uma cultura genuinamente rural.

É um urbano, simples, precário, do semi-árido. O urbano possível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000. (Texto para discussão, n. 702). Disponível também em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2003.
- ALVARGONZALES, Rafael. *O desenvolvimento do Nordeste semi-árido*. Fortaleza: Departamento de Obras Contra as Secas, 1984. v. 1.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, nov. 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Sertão Sul*. Recife: SUDENE, 1984. (Série Estudos Regionais).
- ANDRADE, Thompson de Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: ABEP, v. 16, n. 1-2, jan./dez. 1997. Disponível também em: <www.nemesis.org.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
- ANDRADE, Thompson de Almeida; SERRA, Rodrigo Valente; SANTOS, Denis Paulo dos. *Pobreza nas cidades médias brasileiras*. Brasília: IPEA/NÊMESIS. Disponível em: <www.nemesis.org.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
- ARAUJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste, Nordeste: que Nordeste?* In: AFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP / Ed. UNESP, 1995. p. 125-156. (Federalismo no Brasil).
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia cultural da Bahia: Nordeste*. Salvador, 1997. v. 4.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Canudos na perspectiva científica*. Disponível em: <http://www.portfolium.com.br/artigo-lutigarde2.htm>. Acesso em: 15 ago. 2004.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- BELLO Monte. Disponível em: <http://www.portfolium.com.br/bello.htm>. Acesso em: 30 set. 2003.
- BORGES, Angela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: CEI, v. 3, n. 2, p. 57-71, set. 1993.
- BURGIERMAN, Denis Russo. Nem fanático, nem revolucionário. *Superinteressante*, São Paulo: Abril, v. 14, n. 2, fev. 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto. 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Palestra proferida aos alunos de mestrado, organizada pelo Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 14 jan. 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Tendências da urbanização brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). *Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Ed. da USP, 1994.
- CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES. *Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste*. Salvador: CEI, 1994. v. 11, 2. t.
- CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. Enklewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. Tradução do original em alemão, publicado em 1933.
- CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- CLAVAL, Paul. *La logique de villes: essai d'urbanologie*. Paris: Librairies Techniques, 1981. (Geographie Économique e Sociale).
- COELHO, Kelly Cristina de Oliveira Passos et al. *Novo Triunfo: uma história para tornar-se pública*. Novo Triunfo: Prefeitura Municipal, 1997. 61 p.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. Espaço e indústria no semi-árido baiano. Salvador: CAR, 1995a. (Série Cadernos CAR, 13).
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Nordeste da Bahia*. Salvador: CAR, 2000.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Recursos hídricos do Estado da Bahia: ênfase no semi-árido*. Salvador: CAR, 1995b. (Cadernos CAR, 19).
- CONSELHEIRO, Antônio. Disponível em: <http://www.portfolium.com.br/bello.htm>. Acesso em: 30 set. 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Os novos rurais baianos. In: CAMPANHOLA, Clayton Silva; SILVA, José Graziano da (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 13-35.
- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DA BAHIA. *Sistema de transportes*. Estado da Bahia. Projeção policônica. Salvador: DERBA, julho de 2000. 1 mapa.
- DEUS é brasileiro. Direção: Carlos (Cacá) Diegues. Produção: Renata de Almeida Magalhães. Intérpretes: Antônio Fagundes; Wagner Moura; Paloma Duarte; Hugo Carvana e outros. Roteiro: João Ubaldo Ribeiro, Cacá Diegues, João Emanuel Carneiro e Renata de Almeida Magalhães, baseado em conto de João Ubaldo Ribeiro. [S.l.]: Rio Vermelho Filmes; Globo Filmes; Columbia TriStar Filmes do Brasil; Luz Mágica Produções; Teleimage, 2003. 1 DVD, son. color.
- DIAS, Patrícia Chame. Tendências do crescimento demográfico nas regiões econômicas da Bahia entre 1980-2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SÍCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. v. 1 XX.
- ESTATUTO DA CIDADE. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. *Lex. Legislação Federal – Marginalia*, v. 65, tomo 7, p. 3153, jul. 2001.

FALCÃO, Márlío Fábio Pelosi, *Pequeno dicionário toponímico da Bahia*. Fortaleza/CE: Gráfica Santa Helena, 2001. (F178h).

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da et al. Considerações gerais sobre aspectos básicos do campo e da cidade. *Caderno de Ciências Humanas*, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, n. 2, p. 17-33, maio 1996.

FONTES, Oleone Coelho. *Lampião na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOSSA, Maria das Graças Rodrigues; FRANÇA, Mardone Cavalcanti. *Uma avaliação dos critérios de classificação da população urbana e rural*. In: ENCONTRO DA ABEP, 13. 2002, Ouro Preto, nov. 2002. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, nov. 2002.

FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Recife: Editora Massangana, 1982.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

GEOGRAFAR. A GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS NA ÁREA RURAL. *A Leitura geográfica da estrutura fundiária do Estado da Bahia. Banco de dados*. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Salvador: IGEO/UFBA/ CNPq, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do Censo demográfico*. IBGE: Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001. v. 1. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana*. Brasília: IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001. v. 3. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001. v. 4. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília: IPEA, 2002.

ISNARD, Hildebert. *L'espace géographique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.

LAGE, Creuza Santos. *Refletindo sobre o projeto de pesquisa em Geografia*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1998.

LE BERRE, Maryvonne. Territoires. In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (Org.). *Encyclopédie de Géographie*. Genève/Suisse: Economica, 1993. Tradução e adaptação de Creuza Santos Lage. Mestrado em Geografia / Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

LEÃO, Sônia de Oliveira. A Bahia está urbanizada? *Bahia Análise & Dados*, Salvador: CEI, v. 4, n. 2/3, p. 180-192, set. 1993.

LEÃO, Sônia de Oliveira. Padrões especiais de desenvolvimento urbano 1500-1930. In: SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara-Christine Nentwing. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989. p. 20-180.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOPES, Diva M. Ferlin. *Região Nordeste da Bahia: crescimento demográfico e tendências da composição por idade: 1980-1996*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2001. Mimeografado.
- LOPES, Diva M. Ferlin; DIAS, Patricia Chame Litoral, Semi-Árido e Cerrado: grandes áreas da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 11, n. 3, p. 61-68. dez. 2001.
- LOPES, Diva M. Ferlin; DIAS, Patricia Chame. *Região Nordeste da Bahia: mudanças sociodemográficas recentes: 1980-1996*. Salvador: SEI, 2000. Mimeografado.
- LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003. 144 p.
- MACÁRIO, George. *Conhecendo minha cidade*: Novo Triunfo. Novo Triunfo: [s. n., s. d.]. 7 p. Mimeografado.
- MARQUES, Marta Inêz de Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- MARTINE, George. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: CEI, v. 3, n. 2, set. 1993.
- MOTTA, Diana Meireles da; MUELLER, Charles Curt; TORRES, Marcelo Oliveira. *A dimensão urbana no desenvolvimento econômico – espacial brasileiro*. Brasília: IPEA, 1977. (Texto para discussão, n. 530).
- NASCIMENTO, José Anderson. *Cangaceiros, coiteiros e volantes*. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cangaco/livro.htm>. Acesso em: 21 maio 2004.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (Coord.). *Nordeste: as pequenas cidades e o planejamento local*. Fortaleza: BNB, 1981.
- PAQUOT, Thierry, Introduction. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry. (Org.). *Villes & civilisation urbaine: XVIII<sup>e</sup> – XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Larousse, 1992.
- PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles. *Cidades e urbanismo no mundo*. Lisboa: Instituto Piaget. 1997. (Coleção o homem e a cidade, 4).
- PERNAMBUCO de A a Z. Disponível em: <[http://www.pe-az.com.br/fenomenos\\_naturais/seca.htm](http://www.pe-az.com.br/fenomenos_naturais/seca.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2003.
- RAFFESTIN, Claude. O território e o poder (Terceira parte). In: *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Adilma de Jesus. *Formas modernas de comércio varejista em área residenciais populares na cidade de Salvador-BA: o caso do Shopping Center Ponto Alto, no bairro de Pau da Lima*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Román. *La urbanización del espacio rural en Galicia*. Barcelona: Oikos-tau, 1997.
- RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry. (Org.). *Villes & civilisation urbaine: XVIII<sup>e</sup> – XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Larousse, 1992.
- SANTA BRÍGIDA. Prefeitura Municipal. *Calendário de eventos, atividades cívicas e culturais*. Santa Brígida, 2004.
- SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.



- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo. Hucitec: 1994.
- SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países desenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Milton. *As cidades do terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1971.
- SANTOS, Milton. As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. In: *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 85-92.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços).
- SANTOS, Milton. *Manual de Geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1979b.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979a.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.
- SILVA, José Graziano da. *Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/rurbano/textos/downlo/rursober.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2003. Texto apresentado no Seminário Rurbano – Fase III, realizado em Campinas/SP, em 3 e 4 de julho de 2003.
- SILVA, Marlene M. Urbanização do campo: implicações teóricas e metodológicas para a Geografia agrária. *Revista de Geografia*, Recife: UFPE, v. 20, n. 1, jan./jul. 2003.
- SILVA, Sylvio.Bandeira de Mello e. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.
- SILVA, Sylvio.Bandeira de Mello e. SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.
- SILVA, Sylvio.Bandeira de Mello e. *Teorias de localização e de desenvolvimento regional*. *Geografia*, Rio Claro, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-23, out. 1976.
- SILVA, Sylvio.Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense; CEBRAP, 1975.
- SJOBERG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In *Cidades: A urbanização da humanidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- SOUZA, Guaraci Adeodato A. de. *Sucessão das gerações na Bahia: reencontro de uma totalidade esquecida*. 1996. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Cidade: Lugar e geografia da existência. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. *Novos estudos em geografia urbana brasileira*. Salvador: Ed. da UFBA, 1999.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: Reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade* São Paulo: Contexto, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Classificação dos municípios baianos*. Salvador: SEI, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. 2 v. (Série Estudos e Pesquisas, 60).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mão de obra agrícola*. Salvador: SEI, 2000b.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Baixo-Médio São Francisco*. Salvador: SEI, 2000a.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste*. Salvador: SEI, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999.

TEIXEIRA, Cid. *As grandes doações do 1º Governador*. In: *A Grande Salvador: posse e uso da terra*. Salvador: CEDURB, 1978. Cap. 3.

THOMLINSON, Ralph. *Urban structure: the social and spatial character of cities*. New York: Random House, 1969.

TRICART, Jean. *Cours de Géographie humaine*, Paris: S.E.D.E.S., 1954.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências: (1949-1999)*. Ilhéus: Editus, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e (Org.). *Novos estudos de Geografia urbana brasileira*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 4, p. 193-206, mar. 2001.

VELOSO, Caetano. *Circuladô vivo*. Polygram, 1992. Disponível em: <[http://www.caetanoveloso.com.br/sec\\_discogra\\_view.php?language=pt\\_BR&id=28](http://www.caetanoveloso.com.br/sec_discogra_view.php?language=pt_BR&id=28)>. Acesso em: 14 mar. 2005.

VIDAL, Francisco C. B. *Revisitando o GTDN: considerações sobre a questão do semi-árido*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999. Mimeografado.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WEBER, Max. *Conceito e categorias de cidade*. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**ANEXOS**

**Anexo 1**

**Questionário 1** - NT: \_\_\_\_; St B: \_\_\_\_; SQ: \_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/02/05

(Para profissionais liberais e assemelhados: professores, médicos, advogados, diretores ou dirigentes de órgãos públicos, delegados, lojistas).

Identificação: \_\_\_\_\_ Sexo: M \_\_\_\_; F \_\_\_\_.

Idade: abaixo de 30: \_\_\_\_; 31 a 40: \_\_\_\_; 41 a 50: \_\_\_\_; 51 a 60: \_\_\_\_; 61 e mais: \_\_\_\_.

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

Onde mora: \_\_\_\_\_

Profissão/atividade: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Origem da clientela: da cidade: \_\_\_\_; da roça: \_\_\_\_ outros locais, explicar: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Como vêm, os que vêm de fora? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Onde o Sr(a) faz compras? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para moradores da Cidade: O que é para o(a) Sr(a) uma cidade?

\_\_\_\_\_

Isto é uma cidade?

S \_\_\_\_; N \_\_\_\_; Por que \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O(A) Sr (a) diria que mora numa zona rural?

S \_\_\_\_; N \_\_\_\_; Por que \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Outras observações:

**Anexo 2****Questionário 2 - NT: \_\_\_\_; St B:\_\_\_\_; SQt: \_\_\_\_; data \_\_\_\_/02/05**

(Para consumidores da Feira). Dia da semana: \_\_\_\_\_

Identificação: \_\_\_\_\_ Sexo: M \_\_\_\_; F \_\_\_\_.Idade: abaixo de 30:\_\_\_\_; 31 a 40:\_\_\_\_; 41 a 50:\_\_\_\_; 51 a 60:\_\_\_\_; 61 e mais:\_\_\_\_.Local de nascimento: \_\_\_\_\_**Onde mora:** \_\_\_\_\_

(Caso informe morar fora da sede lembrar da última questão)

Profissão/atividade: \_\_\_\_\_

O que veio comprar aqui (principalmente)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Além das compras, tem algum outro motivo para vir a essa feira?Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tem alguma outra feira (ou fonte de abastecimento) mais perto de casa? S \_\_\_\_; N \_\_\_\_

Onde? \_\_\_\_\_ e de que tipo? \_\_\_\_\_

Caso não encontre aqui o que veio buscar, onde mais vai procurar? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para moradores do Município: O que é para o(a) Sr(a) uma cidade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Isto é uma cidade?

S \_\_\_\_; N \_\_\_\_; Por que \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para quem disser que mora num povoado:O(A) Sr (a) diria que mora numa zona rural?

S \_\_\_\_; N \_\_\_\_; Por que \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Outras observações:

**Anexo 3****Questionário 3 - NT: \_\_\_\_; St B: \_\_\_\_; SQ: \_\_\_\_; data: \_\_\_\_/02/05**

(Para Feirantes). Dia da semana: \_\_\_\_\_

Identificação: \_\_\_\_\_ Sexo: M \_\_\_\_; F \_\_\_\_.

Idade: abaixo de 30: \_\_\_\_; 31 a 40: \_\_\_\_; 41 a 50: \_\_\_\_; 51 a 60: \_\_\_\_; 61 e mais: \_\_\_\_.

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

**Onde mora:** \_\_\_\_\_

(Caso informe morar fora da sede, ou outro município lembrar da última questão)

O que vende na feira?: \_\_\_\_\_

Por que vende nessa feira e há quanto tempo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Vende também em outras feiras? S \_\_\_\_; N \_\_\_\_; Onde e quando?

<b>DIA</b>	<b>LOCAL</b>
2ª.	
3ª.	
4ª.	
5ª.	
6ª.	
Sábado	
Domingo	

O que é para o(a) Sr(a) uma cidade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Isto é uma cidade?

S \_\_\_\_; N \_\_\_\_; Por que \_\_\_\_\_

Outras observações:

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.